



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 166 - QUINTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Alton Freitas – PL-MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL
LÍDER DO PMDB – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	 LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Alton Freitas	LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)
	LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 154ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.000, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pela aprovação, no último dia 6, da resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão....

29319

Nº 1.001, de 2006, de autoria dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, solicitando voto de aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.....

29319

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2005, de autoria do Senador Flávio Arns, que altera o inciso II do art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para prorrogar o prazo de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, para fins de isenção previdenciária.

29319

Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolfo Tourinho, que altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS.

29320

1.2.3 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 141/2006, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 83, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

29323

1.2.4 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 40/2006-CN (nº 1.456-SGS-TCU/2006, na origem), autuado por solicitação do Presidente da

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.506, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/MI-DNOCS, no período de 7-6-2006 a 13-6-2006, execução das obras civis, fornecimento e montagem de equipamento da 2ª Etapa do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos-TC 010.514/2006-6.

29323

1.2.5 – Mensagem do Presidente da República

Nº 107/2006-CN (nº 796/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para 2004-2007. (Publicada em Suplemento a este Diário – Vol. I a V).

29323

1.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 43, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Marcos Guerra, que altera o inciso III do art. 15 da Constituição Federal.

29323

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Justificação de encaminhamento do requerimento de voto de aplauso ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o primeiro no Brasil a instalar três Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nas Comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão.

29327

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Homenagem à figura do paraibano que, em 5 de outubro, completaria 114 anos, o jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Mello.

29328

SENADOR PEDRO SIMON – Justificação de encaminhamento do requerimento de voto de aplauso à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha. O tratamento que o Rio Grande do Sul vem recebendo do governo federal. Considerações sobre os últimos acontecimentos ocorridos na área política.

29330

SENADORA IDELI SALVATTI – Saudação a todos os gaúchos, pela comemoração do aniversário da Revolução Farroupilha, hoje, 20 de setembro. Questionamentos sobre a representação apresentada pela coligação PSDB/PFL, acolhida pelo TSE,

objetivando cassar o registro da candidatura do presidente Lula à reeleição.....

SENADOR EDUARDO SUPILY – Lamento pelas denúncias e dossiês surgidos nos últimos dias. Recomendação ao presidente Lula no sentido de que possa aceitar participar de debate, através dos meios de comunicação, o que só o engrandeceria perante o povo brasileiro.

SENADOR ALMEIDA LIMA – Comentários sobre artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, intitulado *“Lula escala culpado”*. Considerações sobre a atual situação política do país.

SENADOR CÉSAR BORGES – Avaliação sobre os escândalos que vêm se sucedendo, desde o início do governo do presidente Lula.....

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Análise sobre a atual situação política do Brasil, eivada de escândalos. Anúncio da intenção de instalação de uma CPI destinada a apurar a real utilização de recursos do país com as ONGs.....

SENADOR SIBÁ MACHADO – Comentários sobre o discurso do presidente Lula, na 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York. Considerações sobre as negociações do Brasil com a Bolívia.

1.2.8 – Falas da Presidência (Senador João Alberto Souza)

Transferência para o próximo dia 4 de outubro, terça-feira, da reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcada para hoje, quarta-feira, dia 20.....

Convocação da 16ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para o próximo dia 5 de outubro.....

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Indagações e esclarecimentos sobre a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Registro da matéria publicada ontem no jornal **Correio Brasiliense**, intitulada *“O dia em que o sonho virou lei”*, da jornalista Conceição de Freitas.

SENADORA IDELI SALVATTI – Esclarecimentos a respeito da matéria intitulada *“Pavan protesta contra ‘mentiras deslavadas’ de Ideli Salvatti”*, publicada no **Jornal do Senado**, edição de hoje.....

SENADOR MARCO MACIEL – Registro de evento ocorrido hoje no Rio de Janeiro, de lançamento do programa do candidato do PSDB/PFL à Presidência da República, Geraldo Alckmin.....

1.2.10 – Leitura de requerimento

Nº 1.002, de 2006, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando a concessão de licença para desempenhar missão no Exterior, representando o Senado Federal, em visita à República Islâmica do Irã e ao seu Parlamento, de 7 a 13 de outubro próximo. **Deferido**, em virtude de a próxima sessão

deliberativa ordinária estar prevista para o próximo dia 3 de outubro.....

1.2.11 – Ofício

Nº 191/2006, de 14 do corrente, do Presidente da OAB, comunicando a eleição do advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto, para ocupar vaga reservada à categoria, no Conselho Nacional do Ministério Público.

29376

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada *“PIB brasileiro na lanterninha”*, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 31 de agosto último.

29378

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado *“De ataques e quadrilha”*, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de agosto último....

29379

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado *“Nem as crianças escapam”*, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 5 do corrente.....

29380

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro das comemorações, dia 21 de setembro, do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência....

29381

SENADOR MARCOS GUERRA – Considerações sobre decisão do STF sobre a exclusão do ICMS, da base de cálculo da Cofins, sinalizada como a correção de uma das injustiças tributárias do país.

29381

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 3, apresentadas à Medida Provisória nº 321, de 2006.

29382

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.864 a 1.890, de 2006.

29388

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 154^a Sessão Não Deliberativa, em 20 de setembro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. João Alberto Souza, Marcos Guerra, Romeu Tuma, César Borges e Wellington Salgado de Oliveira

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N^o 1.000, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter aprovado no último dia 6-9, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão, em cumprimento à Lei n^o 11.340/06. É o primeiro Estado no País a ter este tipo de juizado.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2006.

– Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N^o 1.001, DE 2006

Requeremos voto de aplausos à população gaúcha pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha.

Requeremos, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais da Casa, ato de aplauso à população do Rio Grande do Sul, pelo transcurso, no dia 20 de setembro de 2006, do 171º aniversário da Revolução Farroupilha. Requeremos, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Senhor

Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e, por seu intermédio, ao povo gaúcho.

Justificação

O povo gaúcho celebra, hoje, o mais importante evento de sua história política, a Revolução Farroupilha, que incorporou todas as etnias que, naquela época integravam a população do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha foi um evento nascido a partir de um movimento que surgiu na Praia da Alegria, às margens do Rio Guaíba e se compunha de um grupo de pessoas – os chamados Farrapos – que decidiu marchar sobre a capital, Porto Alegre, às vésperas do dia 20 de setembro de 1835.

O movimento visava combater os altos impostos que, à época, eram cobrados no local de venda de produtos como animais, couro, charque, mate e outros produzidos nas diversas estâncias que representavam, então, a economia gaúcha.

A Revolução durou 10 anos, sem vencedor nem vencido, com assinatura de Tratado de Paz em Ponche Verde, pelo Duque de Caxias e o General Davi Canabarro, em 28 de fevereiro de 1845. É comemorada, todos os anos, com desfiles militares e das diversas etnias que compõem a população gaúcha, sendo hoje feriado do estadual para propiciar maior brilhantismo às comemorações.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2006. – Senador **Pedro Simon** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado n^o 20, de 2005**, de autoria do Senador Flávio Arns, que altera o inciso II do art. 55 da **Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991**, para prorrogar o prazo de renovação do Certificado de En-

tidade Beneficente de Assistência Social, para fins de isenção previdenciária.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre*

prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS.

Ao projeto foi oferecida uma emenda.

A matéria encontra-se em regime de urgência e consta da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa do próximo dia 3 de outubro, dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2, de Plenário.

É a seguinte a Emenda oferecida:

SENADO FEDERAL

EMENDA (de Plenário) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006, QUE ALTERA O ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA PRORROGAR OS PRAZOS PREVISTOS EM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO DOS CRÉDITOS DE ICMS.

EMENDA Nº 2 - PLEN

Acrescente-se ao projeto o seguinte dispositivo:

"Art. 2º O art. 20 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 20.

.....
§ 5º - Para efeito do disposto no caput deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente deverá ser observado:

I – a apropriação será feita à razão de 1/6 (um sexto) por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

.....
III – para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do respectivo

crédito pelo fator igual a 1/6 (um sexto) da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;

IV – o quociente de 1/6 (um sexto) será proporcionalmente aumentado ou diminuído, *pro rata die*, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

V – na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de 6 (seis) meses contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do semestre;

.....

VII – ao final do sexto mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

JUSTIFICATIVA

No caso de prevalência do art. 20, § 5º com a redação que possui atualmente, bens cuja vida útil seja inferior a quatro anos (= 48 meses) não permitirão a recuperação do imposto pago na aquisição dentro de seu período de vida útil, o que viola o disposto no artigo 155, § 2.º, I, da Constituição Federal. Além disso, gera desvalorização do crédito ao longo dos quarenta e oito meses que as pessoas jurídicas tem para o creditamento do ICMS.

Ora, uma empresa, por exemplo, ao adquirir máquinas, está, logicamente, praticando um ato de comércio e participando de uma operação relativa à circulação de mercadorias, nada importando o desígnio com o qual foram elas adquiridas (revenda, destinação ao ativo fixo ou qualquer outro). Logo, quando ela se tornar devedora do ICMS, deverá abater do débito o 'montante cobrado nas operações anteriores', inclusive - é claro - o ICMS incidente na aquisição desses bens ou mercadorias, já que a CF não estabeleceu qualquer reserva a esse respeito, como o fez em relação à não-incidência ou isenção.

Ao restringir o creditamento do ICMS relativo à aquisição de mercadorias para o ativo permanente, em quarenta e oito meses, o artigo 20, § 5º em questão tentou, ao arreio dos ditames constitucionais vigentes, reprimir o sistema do crédito físico. Evidente, pois a inconstitucionalidade e desproporcionalidade do dispositivo.

Ora, há várias mercadorias que, adquiridas, passam a integrar o ativo permanente, mas cujo prazo de vida útil é inferior a 48 meses. Para ficar com situações já reconhecidas pelo Fisco Federal, podemos citar os seguintes exemplos, extraídos dos anexos das Instruções Normativas 162/98 e 130/99, da Secretaria da Receita Federal:

O que o referido artigo faz, desarrazoadamente, é desencorajar o avanço tecnológico industrial, que deveria ser saudavelmente fomentado pelo poder público. Nos dias atuais, a modernização do processo de produção é um dos grandes fatores determinantes do nível de competitividade de qualquer indústria.

Nesse contexto, a emenda que altera o prazo para creditamento para seis meses vem de encontro, não só com os anseios do setor produtivo, mas também do próprio governo, pois a partir do momento em que se permite o creditamento do ICMS em um prazo menor, as indústrias poderão recuperar parcela do imposto pago na aquisição de maquinário (ativo fixo), incentivando o investimento em tecnologia e competitividade, também gerando renda e crescimento econômico.

Sala das sessões, em 19 de setembro de 2006.

SENADOR MARCOS GUERRA

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO
DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

– Nº 141/2006, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 83, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

AVISO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 40, de 2006 – CN** (Nº 1.456 – SGS – TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.506, de 2006 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/MI – DNOCS, no período de 07-6-2006 a 13-6-2006, execução das obras civis, fornecimento e montagem de equipamento da 2ª Etapa do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos – TC nº 010.514/2006 – 6.

O expediente lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte;

(*) MENSAGEM
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 107, de 2006-CN (nº 796/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual para 2004-2007.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2006

Altera o inciso III do art. 15 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso III do art. 15 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.....

III – condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos, exigido o trânsito em julgado da sentença condenatória para a perda da capacidade eleitoral ativa. (NR).

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A coletividade brasileira assiste, a cada ano, a ocorrência de escândalos praticados por políticos inescrupulosos, aos quais foi confiada a representação popular.

Cremos que o ordenamento jurídico brasileiro não prevê, de forma satisfatória, maneiras de coibir fato tão danoso à Democracia, que exige a maior lisura possível no trato da coisa pública.

A nossa Constituição Federal, embora calcada em princípios que consolidam o Estado de Direito, precisa, a nosso ver, ser aprimorada nesse terreno, para que as leis possam impedir a assunção do mandato por aqueles que não souberam honrar o resultado obtido nas urnas.

Assim, surgiu-nos a idéia de tornar os preceitos constitucionais relativos aos direitos políticos mais rígidos e severos, de modo a vedar a elegibilidade dos cidadãos condenados criminalmente. Pensamos que a condição imposta pelo legislador constituinte, vinculando a inelegibilidade, no caso de condenação criminal, ao trânsito em julgado da sentença condenatória, dificulta e muitas vezes até obsta a suspensão dos direitos

políticos daqueles que não se mostram merecedores de representar a cidadania. Dessa impossibilidade, corre verdadeira ineficácia do preceito magno, erigido para moralizar a vida pública, e, consequentemente, auxiliar na edificação do sistema democrático.

Por tais razões, a Emenda que ora apresentamos objetiva permitir que a condenação criminal, ainda que em primeira instância já se mostre suficiente para desautorizar o cidadão a postular cargo eletivo.

Pensamos que a alteração aqui proposta não fere a cláusula pétrea da presunção de inocência, contida no inciso LVII do art. 5º da Constituição, pois no caso de assunção a cargos públicos, configura-se uma situação especial, em que o interesse público deve preponderar sobre o interesse individual. No ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello, ninguém duvida que, em direito público, é princípio elementar o da supremacia do interesse público sobre o interesse privado. Donde, qual a interpretação prevalente: a que faz preponderar um interesse estritamente privado, de um único indivíduo, ou a que confere predomínio ao interesse público? Não há nem sequer necessidade de responder a essa questão. (Folha de S.Paulo, em 7-7-98).

A medida está em consonância com a exigência constitucional relativa à reputação ilibada para os magistrados, e não tem por objetivo rotular o cidadão de culpado antes do trânsito em julgado da sentença, mas apenas impedir que o sujeito com reputação já manchada por primeira ou segunda condenação assuma missões tão importantes, que são a representação parlamentar e o governo administrativo dos vários níveis da Federação.

Procura-se, dessa forma, o resguardo do interesse público, que anseia por maior seriedade e ética por parte dos mandatários e representantes da Nação.

A proposição a nosso ver está em consonância com vários outros preceitos constitucionais, entre os quais o art. 37 da Lei Maior, que arrola a moralidade como um dos princípios a serem atendidos pela Administração Pública, e o § 9º do art. 14, que confia à lei complementar o estabelecimento de outros casos de inelegibilidade, considerando a vida pregressa do candidato. Sabe-se que uma lei, e acima de tudo a Lei das leis, deve ser vista no seu contexto, em que as disposições se conciliam para formar um todo lógico. As incongruências são apenas aparentes, e assim cabe ao intérprete do Direito harmonizar os diversos dispositivos para, a partir daí, vislumbrar coerência com as diversas células do diploma legal no seu conjunto. No caso em questão, pensamos possível conciliar a cláusula de presunção de inocência com o rigor requerido

para o exercício dos mandatos populares, rigor que se assenta no princípio fundamental proclamado no art. 1º da Constituição Federal, que insere a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil.

Em países onde vigora o sistema parlamentarista de governo, consegue-se com desenvoltura conciliar os dois princípios tão importantes – a presunção da inocência com o rigor relativo ao resguardo da moralidade pública no exercício dos mandatos. Como exemplo citamos a Holanda, uma das nações mais democráticas do mundo, que adotou o regime político de monarquia constitucional. Naquele país, de um modo geral todos podem se candidatar, desde que não tenham sofrido sentença definitiva de condenação criminal. No entanto, desde certo tempo, o Ministério da Justiça investiga todos os nomes formalmente aceitos pelos partidos para disputar as eleições, para, dessa forma, verificar a eventual existência de anulações judiciais dos direitos políticos decretados anteriormente em caso de atos terroristas. Além disso, os partidos averiguam a vida pregressa do candidato e expulsam de seus quadros aquele contra o qual pesem práticas passadas de irregularidades.

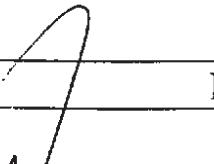
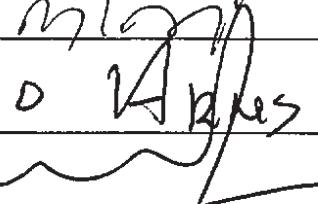
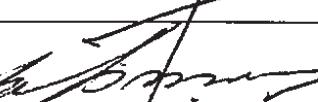
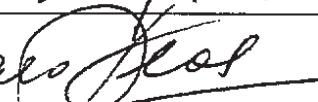
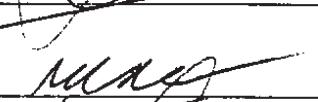
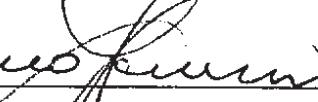
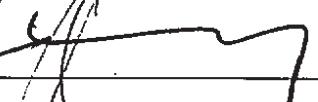
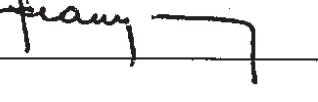
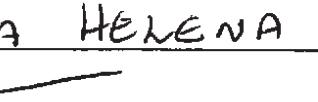
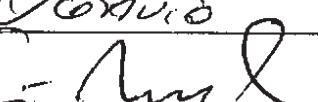
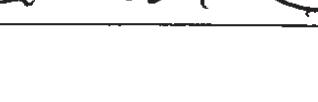
No caso dos postulantes a cargos que deverão cumprir funções governamentais, tais cidadãos terão entrevista com o Primeiro-Ministro, para responder se há fatos passados desabonadores. Se o candidato mentir, e se a mentira for posteriormente descoberta, o ocupante do cargo poderá ser sumariamente demitido.

Naturalmente, o parlamentarismo possibilita melhor tal vigilância sobre os agentes públicos. Sobretudo no que concerne aos responsáveis pelas tarefas do governo administrativo, pelo próprio caráter do regime é mais fácil garantir a lisura das instituições. Mas pensamos que o regime presidencial de governo também deve, na medida do possível, aprimorar suas leis para adotar mecanismos que possam evitar a prática da corrupção, que tantos danos causa à coletividade de um país.

No intuito, pois, de aperfeiçoar o nosso Estatuto Maior, dotando-o de mecanismos que resultem em benefício do interesse público, esperamos de nossos ilustres pares a acolhida da presente proposta de emenda constitucional, certos de que sua aprovação, ajudará a evitar a vitória nas urnas daqueles que não reúnem condições de honrar as aspirações dos cidadãos brasileiros.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2006.
– Senador **Marcos Guerra**.

	NOME	ASSINATURA
1-	<i>Paulo Júnior</i>	<i>Paulo Júnior</i>
2-	<i>Antônio Carlos</i>	<i>Antônio Carlos</i>
3-	PAULO RAM	<i>Paulo Ram</i>
4-	Augusto Boella	<i>Augusto Boella</i>
5-	Almíndia Cris	<i>Almíndia Cris</i>
6-	ARTHUR VERGELLO	<i>Arthur Vergel</i>
7-	<i>Leônio Borges</i>	<i>Leônio Borges</i>
8-	João Baptista Motta	<i>João Baptista Motta</i>
9-	<i>José ALBERTO</i>	<i>José ALBERTO</i>
10-		<i>Henrique CORTEZ</i>
11-	<i>Lvil Alvis</i>	<i>Lvil Alvis</i>
12-	FLEXA RIBEIRO	<i>FLEXA RIBEIRO</i>
13-	AELTON FREITAS	<i>AELTON FREITAS</i>
14-	SIBÁ MACEDO	<i>Sibá Macêdo</i>
15-	VALDIN RAUAPP	<i>Valdin Rauapp</i>

	NOME	ASSINATURA
16-	Romário	
17	Flávio Ribeiro	
18-		
19-	Guilherme	
20-	João Goulart	
21-	José Maria	
22-	Paulo Góes	
23-		
24-	Geovane	
25-	Guilherme	
26-	Aenorá Helena	
27-		
28-	Luiz Carlos	
29-	Marcelo	
30-		

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A proposta que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há oradores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos apresentando um requerimento de voto de aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Na próxima sexta-feira, dia 22 de setembro, entrará em pleno vigor a Lei nº 11.340, apelidada de Lei Maria da Penha, que modifica as penas para os agressores de mulheres, estabelecendo que o Poder Judiciário deve instituir juizados especializados para o andamento desses processos de violência contra a mulher.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina será o primeiro no Brasil, na próxima sexta-feira, a instalar

três juizados especiais nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão.

Visitamos o Presidente do Tribunal, Desembargador Pedro de Abreu, parabenizando-o, e gostaríamos de aqui deixar o registro, até para incentivar que outros tribunais de justiça dos demais Estados brasileiros também acelerem, agilizem a instalação desses juizados especiais, para que a Lei possa ser aplicada na íntegra efetivamente e de forma homogênea em todo o Brasil

Por isso, já está protocolado, e faço muita questão de fazer o registro, porque, para todos aqueles que defendem a harmonia entre os seres humanos e principalmente entre homens e mulheres, a Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.304, é muito importante, é um grande avanço, e o Judiciário do meu Estado – felizmente, eu diria tratar-se de um Estado feminino, pois Santa Catarina tem mesmo essa marca feminina –, com nosso Tribunal, fez jus a esta tradição catarinense de dar o exemplo num procedimento tão importante.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

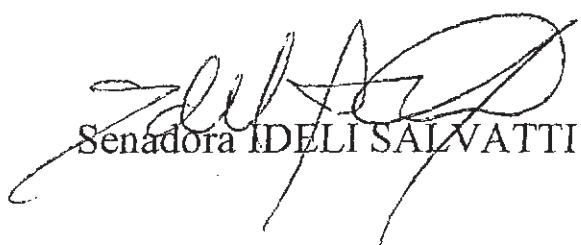
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO

, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 222 do RISF, Voto de Aplauso para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por ter aprovado no último dia 6/09, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão, em cumprimento à lei 11.340/06. É o primeiro Estado no País a ter este tipo de juizado.

Sala das Sessões,



Senadora IDELI SALVATTI

06/09/2006 18:24

O Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina aprovou nesta quarta-feira (6/09), por maioria de votos, resolução que institui Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Florianópolis, Chapecó e Tubarão. As novas unidades vão funcionar a partir de 22 de setembro, quando entra em vigor a Lei 11.340, de 7 de agosto deste ano, também conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à mulher que se transformou em símbolo de luta contra a violência doméstica no Brasil. Desta forma, a Justiça de Santa Catarina será a primeira do país a se adequar aos ditames da nova legislação, ainda que o Estado não se notabilize por índices alarmantes de violência contra a mulher. Segundo o presidente do TJ, desembargador Pedro Manoel Abreu, o pioneirismo da iniciativa teve por base sugestão formulada pelos próprios magistrados titulares das varas que sofrerão alteração de competência, que demonstraram sensibilidade diante da questão. Por outro lado, acrescentou Abreu, a nova legislação – ao entrar em vigor – ampliará automaticamente a atual competência das varas criminais para também atender os casos de violência contra a mulher. “Estamos nos adiantando para uma realidade, com a criação de varas especializadas no tema, que servirão de projeto piloto para iniciativas deste quilate em outras comarcas catarinenses”, explicou o magistrado. Na Capital e em Chapecó, as novas unidades funcionarão anexas às respectivas 3ª Varas Criminais, que passarão a se chamar 3ª Vara Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Seus titulares serão, respectivamente, os juízes Leopoldo Bruggemann e Sílvio Franco. Já em Tubarão, a nova unidade funcionará anexa à Unidade Judiciária de Cooperação da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), que doravante se chamará Unidade Judiciária de Cooperação da Unisul e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O titular será o juiz Paulo da Silva Filho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senadora, o requerimento está sobre a Mesa e será encaminhado na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Cavalcanti, por cessão do Senador Ney Suassuna, ambos do Estado da Paraíba. Em seguida, concederei a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, permitam-me rememorar, hoje, a figura de um paraibano que, em 5 de outubro próximo, completaria 114 anos. Ele trouxe o signo revolucionário daquele mês: revolucionário de 30 e revolucionário em todas as iniciativas do seu tempo – o jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

O lugar, o cenário onde menos se avultou o prodígio de suas iniciativas, o seu arrojo, foi o desta Casa, que ocupou por dois mandatos, um pela Paraíba e outro pelo Maranhão, nos anos 50. É que já tinha as suas tribunas.

Seu teatro de guerra era o “O JORNAL”, multiplicado em dezenas de outros títulos e em emissoras

de rádio e de TV por todo o Brasil, como se tomasse em seus ombros a obra da integração nacional que os outros meios comuns de civilização não haviam conseguido em séculos.

Seu contemporâneo e grande amigo, José Américo de Almeida, assim o definiu: “Tudo o que faz é loucura até ser feito”.

“Inquietava os amigos” – continua José Américo – “arrojava-se às empresas mais ousadas, quase sempre sem apoio material, sem nada de nada, dispondo apenas do fundo inesgotável de confiança em si próprio. Não lhe falassem no impossível, que não passava de um espantalho, atravessando no seu caminho, fácil de ser removido a pontapés”.

Num momento em que todas as iniciativas parece renderem-se à globalização, em que a auto-estima nacional se amofina, em que as decisões dos países centrais são recebidas como fatalismo, Assis Chateaubriand, um homem de direita acusado de entreguista, se vivo fosse, haveria de surgir como uma voz autônoma. Porque ninguém teve mais coragem de sustentar as suas convicções. E ninguém foi mais orgulhoso dos talentos de sua terra, do seu Brasil, do

seu Nordeste, do que esse vulto internacional encorajado de vaqueiro.

Quando recebeu a Ordem do Vaqueiro das mãos do prefeito de Jequié, Lomanto Júnior, no remoto ano de 1952, com a qual condecorou também a Rainha da Inglaterra, ele se definiu como um visionário “dos tabuleiros calcinados dos nossos sertões”.

Homem que sabia alternar a fúria das paixões com a poesia da alma romântica. Homem que se sentia à vontade no gibão de couro das caatingas nordestinas ou nos museus de arte nos centros maiores da civilização e da cultura brasileira.

Homem de ferro, de palavra tóxica, de temas explosivos e homem de São Francisco de Assis, pois nasceu em 5 de outubro, abriu postos de puericultura nos lugares mais ermos do Brasil. Também aprisionou beija-flores em viveiros ricamente cultivados, para lhes dar a ilusão da liberdade.

Biografado como gênio e demônio, como rei do Brasil, a sua legenda nunca se esgota.

A memória desse homem sempre nos vem à tona, a cada crise nova ou a cada falta de uma presença capaz de mobilizar homens e idéias, instituições e empresas por uma grande causa.

Nessa crise da aviação comercial, em que empresas-símbolo perdem asas, ouve-se a voz de Assis Chateaubriand. Deve muito a ele a aviação comercial, pois aquele paraibano, entre outras coisas, disseminou aeroclubes pelo Brasil afora, iniciativa que culminou com o apostolado do gaúcho porto-alegrense, Salgado Filho, em favor do “império do ar para os brasileiros”.

Instituiu a Campanha Nacional de Aviação e conseguiu a doação de 700 aviões “Paulistinha”, aeronave na qual tirei o meu brevê em 1965 e que ainda hoje voa pelos céus do Brasil.

A imprensa de Assis Chateaubriand antecipava-se a tudo isso. Não se limitava a informar, mas, sobretudo, a formar opiniões, a plantar idéias, a induzir os poderes da Nação, as lideranças nacionais e o próprio Estado a dar o salto que a modernidade exigia.

Mais uma vez, é José Américo quem dá este testemunho: “Fazia relações e, sem ser um aproveitador, metia na cabeça de amigos abastados, como forma de redistribuição da riqueza, que também tinham deveres. Se houve alguém capaz de arrancar dinheiro de um morto, ele fez mais difícil ainda: arrancou dinheiro dos ricos”.

Menino gago, emperrado, de pele e beiços de índio, reverteu tudo isso no mais ousado homem do seu tempo. Aos 16 anos, escrevia no mais tradicional jornal do Nordeste, o **Diário de Pernambuco**; aos 23, emulava com Sílvio Romero e José Veríssimo nas questões polêmicas da época. Nessa idade, conquista a cadeira

de Direito Romano da Faculdade de Direito do Recife. Vai para o Rio, torna-se redator chefe do **Jornal do Brasil**, e logo depois segue para a Europa, onde viveu proveitosa experiência cultural e jornalística, que é reunida em seu primeiro livro, **Alemanha**. Ganha o mundo, é a expressão que melhor o define.

Em 1924, adquire **O Jornal**, que viria a ser o líder da cadeia Associada. Em 1928, lança **O Cruzeiro**, que, em 1952, num Brasil de meio século atrás, chegou a circular com 740 mil exemplares.

Pasmem, Srs Senadoras e Srs Senadores!

No Brasil de hoje, isso significaria uma circulação superior a dez milhões de exemplares, vendidos unicamente em bancas, sem contar com nenhuma assinatura.

Pioneiro em tudo, inaugura, em 18 de setembro de 1950 – há justamente 56 anos –, a primeira emissora de televisão da América Latina e a quarta do mundo: a TV Tupi, em São Paulo.

Em 21 de abril de 1960, inaugura, na mesma data em que a cidade de Brasília era inaugurada, o jornal **Correio Braziliense** e a TV Brasília.

Entre os inúmeros feitos e as inúmeras iniciativas, sugere a Marconi a iluminação do Corcovado no Rio de Janeiro.

Expande seu império de comunicação a todo o País, chegando a 99 empresas.

É nomeado Embaixador do Brasil na Grã-Bretanha. Marqueteiro nato, põe por toda Londres faixas em perfeito português: “Umbuzeiro saúda Chatô”, em uma referência à cidade em que nascera, na nossa Paraíba. É lógico, deixou atônita a platéia que buscava nos dicionários a tradução do texto.

Brasileiro como nenhum outro, aspergia “canela de pau” pelos salões da nossa Embaixada na Inglaterra, para que todos pudesse sentir o aroma do Brasil, que ele chamava de “cheiro do Brasil”.

Seu nacionalismo está permanentemente caracterizado ao nomear todas as suas empresas com palavras indígenas, tais como: Tupi, Tamoio, Guarani, Poti, Itacolomi, Piratini, Marajoara.

Gigante em todas as militâncias de sua vida, seu grande heroísmo foi no ato final. Privado das mãos, imobilizado pela trombose, escreve e atua até a última palavra do seu ser consciente.

A memória que ele nos deixou é um filão que nunca se esgota.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, dois motivos me trazem à tribuna. O primeiro diz respeito ao requerimento que está na Mesa, na frente de V. Ex^a, assinado pelos três Senadores do Rio Grande do Sul – Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi e eu –, solicitando a esta Casa uma referência de homenagem ao 20 de setembro, data de mais um aniversário da Revolução Farroupilha.

O Presidente da Câmara dos Deputados, que é uma pessoa de grande cultura, muito conchedora da história do Rio Grande do Sul e simpática a ela, por conta própria solicitou, hoje, na Câmara dos Deputados, também uma referência à Revolução Farroupilha.

Andando ontem à noite por aquele acampamento, foi impressionante ver como ali, na beira do rio, milhares e milhares de gaúchos de todo o Rio Grande do Sul acampam ou passeiam. Fico impressionado como um Estado pode conservar, por tanto tempo, uma tradição tão profunda e pode guardar dentro de si um sentimento tão arraigado de amor à terra, de amor aos seus princípios, de amor à sua história. É emocionante como o Rio Grande do Sul guarda na sua alma o carinho, o afeto e o respeito aos feitos da Revolução Farroupilha.

Não me lembro, no Brasil, de nenhuma outra tradição, de nenhuma outra história eminentemente regional que esteja tão apegada a uma gente como a epopeia Farroupilha ao povo do Rio Grande do Sul.

Na verdade, foi emocionante a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um povo se levanta clamando por liberdade, clamando pelo direito de viver, de evoluir, de crescer, não aceitando a pressão esmagadora do poder central, querendo manifestar o seu pensamento, querendo que a sua economia, que estava florescendo, tivesse chance de avançar.

Um movimento empolgou o Estado inteiro. O Rio Grande viveu um momento de desafio, uma guerra contra o Império. Os farrapos, assim chamados, gente humilde, gente simples, ao lado dos grandes da época, chegaram a proclamar a República de Piratini, chegaram a ter o seu hino, a sua bandeira e a sua história, chegaram a lutar por dez anos contra as tropas federais em número infinitamente superior, em condições econômicas maciçamente maiores.

A história conta páginas fantásticas da Revolução Farroupilha. A história conta epopeias de glória, de luta, onde o nosso presidente nomeado e eleito,

Bento Gonçalves, com tantos heróis, como Garibaldi, com tantas figuras geniais, com grande capacidade de luta, conseguiram, durante dez anos, viver o seu ideal e conseguiram, apesar da trégua feita por intermédio de Duque de Caxias – após o que foi, inclusive, eleito Senador pelo Rio Grande do Sul –, que os ideais da Revolução Farroupilha se mantivessem até hoje.

É interessante olhar o povo do Rio Grande e procurar uma explicação. Qual a diferença do gaúcho que o marca e o caracteriza tanto, que o faz tão diferente da média, da normalidade das criaturas? Nas suas qualidades, nos seus defeitos, na sua garra, na sua história, no amor ao seu cavalo, no amor à liberdade, no apego à terra, enfim, o gaúcho vive até hoje uma história que se chama amor à dignidade, amor à família, à sociedade, ao pampa e ao Brasil.

Que movimento tão fantástico é este? Derrotado, era para ter sido extinto, para ter desaparecido. No entanto, ninguém se lembra de nenhum dos outros movimentos vitoriosos na história deste País que tenham uma página tão magnífica escrita na alma da gente gaúcha como a Revolução Farroupilha. E ela tem servido de apanágio nas horas amargas, nas horas difíceis, nas horas conturbadas que vivem o Brasil e o Rio Grande. Sempre fomos buscar na alma, na luta campeira, as razões de ser da nossa ação. O Rio Grande vive hoje uma hora difícil. O Rio Grande recebe um tratamento hoje, de parte do Governo Federal, tão duro e tão mau quanto o que recebia do Império em relação às questões do charque e às questões da economia do Rio Grande, que, deliberadamente, não desejava ver avançando.

Hoje vivemos uma hora muito dura no Rio Grande do Sul, uma hora difícil. Apesar de uma gestão excepcional, o nosso Governador Germano Rigotto vem enfrentando, por enquanto, com muita categoria, as dificuldades que temos pela frente. Com grandeza e com espírito público, ele vem melhorando – e melhorando muito – a economia do Rio Grande do Sul, apesar das dificuldades que encontra, muitas delas provenientes do Governo Federal.

Eu fico a imaginar se, naquela época, acontecessem as coisas que estão acontecendo agora. O que fariam os farrapos em defesa da sua terra? De um lado, o Rio Grande, há muito tempo, vem lutando para crescer. Foi uma guerra – e eu fui Presidente da Comissão – para conseguir que o Rio Grande do Sul conseguisse ter uma usina de aços planos, a Aços Finos Piratini, uma usina de aços especiais. Foi uma guerra para que o Rio Grande do Sul conseguisse ter uma unidade da Petrobras – a Refinaria Alberto Pasqualini. Foi uma luta tremenda para que o Rio Grande do Sul tivesse um pólo petroquímico.

Todos os investimentos destinados ao Rio Grande do Sul tinham o poder federal contra. E o argumento era que o Rio Grande do Sul estava muito longe, estava lá na fronteira com Argentina, e que o Rio Grande não tinha petróleo, não tinha gás, não tinha minério.

Lembro-me de que eu, Presidente das três Comissões Especiais – a da Usina de Aços Finos Piratini, a da Refinaria Alberto Pasqualini e a do 3º Pólo Petroquímico –, embora Líder e Presidente do MDB, partido de oposição, dizia aos Ministros da ditadura da época: pena que os senhores não são ministros no Japão, pena que os senhores não tenham nascido no Japão. Se vocês fossem japoneses e ministros no Japão, o Japão seria até hoje um conjunto de ilhas vulcânicas, e não esse país fantástico que cresce a cada dia. O Japão não tem minério, o Japão não tem petróleo, o Japão não tem matéria-prima e, no entanto, é essa economia fantástica. Os senhores querem nos reduzir a uma posição secundária de produtores de matéria-prima, o que nós não aceitamos. Luta difícil!

Hoje, o Rio Grande do Sul, como vários Estados, tem uma dívida com a União que federalizou, diga-se de passagem, no Governo anterior, todas as dívidas dos Estados. Só que essa dívida, hoje, tornou-se praticamente impagável, pois é uma importância que chega a ser de 18% do orçamento do Rio Grande do Sul.

Quando o Rigotto assumiu o Governo do Estado, negociou e, conversando com o Ministro da Fazenda e com autoridades brasileiras, foi ao exterior e conseguiu que o Banco Mundial assumisse essa dívida. O Rio Grande, em vez de pagar 18%, pagaria a metade disso, ganharia uma importância espetacular de cerca de R\$600 milhões anuais que poderiam ser aplicados em sua economia.

Resolvida a questão – e já mostrei isso nesta Casa –, o Banco Mundial, por intermédio de uma carta de seu diretor, enviou à Secretaria do Tesouro a comunicação e o pedido para buscar a competente autorização, necessária para a realização do empréstimo. O Governador Rigotto, o Secretário Caçapava, os três Senadores, a Bancada insistiram junto ao Governo Lula e aos Ministros para que essa carta, essa autorização saísse e a questão fosse resolvida. Não houve jeito. O tempo passou, passou e não houve jeito.

Agora, às vésperas da campanha, alguém do PT, no Rio Grande do Sul, levanta a tese de que é um erro absurdo o Estado estar pagando essa importância de juros para a União e que deve tentar negociar com um banco de fora um juro inferior. E o Presidente Lula, em campanha política, estando no Rio Grande do Sul, respondeu que a tese era absolutamente viável e compreensível e que ele estava totalmente de acordo.

Escrevi uma carta ao Presidente Lula, li-a na tribuna e a enviei a Sua Excelência, dizendo que estava muito satisfeito em saber que Sua Excelência era favorável àquele desejo do Governo do Rio Grande do Sul de trocar a dívida do Estado pelo empréstimo com o Banco Mundial. E se Sua Excelência era favorável, era muito simples: bastava dar um telefonema à Secretaria do Tesouro e determinar: “Faça-se”.

É claro que não houve resposta. Mas no Rio Grande do Sul continuam a cobrar: “Não, vamos chegar lá; e, se o Olívio ganhar o Governo do Estado, vamos resolver o problema dessa dívida do Estado”.

Aí parece que se estabelece uma chantagem política. Aí fica uma situação muito difícil, principalmente porque o cidadão foi três anos e meio ministro e podia, como os outros ministros provenientes do Rio Grande do Sul, ter ajudado para que isso acontecesse. Pelo contrário, parece que a frase era “não mexa, deixe como está. Por que vamos permitir que o Governo do PMDB do Rio Grande do Sul tenha mais R\$600 milhões para aplicar em investimento?”

Isso não é maneira de fazer política! Aprovamos o projeto nesta Casa. Aliás, recebi apoio das bancadas de praticamente todos os Estados quando mostrei o projeto em que o Rio Grande do Sul, tido como um Estado rico e poderoso, tinha algumas áreas que não poderiam continuar como estavam. Havia um empobrecimento dramático e cruel exatamente na zona mais linda, onde ocorreu a Revolução Farroupilha e nasceu o Rio Grande – a fronteira Oeste e a Zona Sul, Bagé, Pelotas, Rio Grande, São Borja, Uruguaiana, Alegrete, Livramento. Toda aquela região passa hoje por grandes dificuldades.

E nós nos encontramos numa posição difícil. Conseguimos aprovar no Senado um projeto de minha autoria, quando se tratou da matéria, permitindo que aquela região do Rio Grande do Sul fosse identificada à região do Nordeste no sentido de que pudesse receber empresas novas com estímulos do Governo Federal. O projeto foi recebido como um sopro de liberdade, de novidade e futuro de grandiosidade. Conseguimos aprová-lo no Senado e, mesmo sendo muito difícil, também na Câmara dos Deputados. No entanto, o Presidente Lula o vetou.

Tratava-se de um projeto singelo, cuja ação era por tempo determinado. Sempre disse que não queríamos que ele durasse o tempo todo, mas apenas o tempo necessário para reimpulsionar aquela região para que ela volte a ter condições de crescer e de se desenvolver.

O Rio Grande do Sul, repito, construiu a Aços Finos Piratini. O Governo Federal deixou, mas não foi ele que construiu a usina de aço; foi o Governo do

Rio Grande do Sul, com seu dinheiro. O Rio Grande do Sul construiu o Pólo Petroquímico, mas, para que pudesse sair, porque havia uma discussão se saía ou não saía, o Governo do Estado gastou US\$300 milhões nas obras de infra-estrutura, principalmente no tratamento dos poluentes, considerado até hoje o mais moderno do mundo. E o Dr. Fernando Henrique Cardoso resolveu privatizar o Pólo – num dos absurdos do Dr. Fernando Henrique, ele fez isso – e privatizou a Aços Finos Piratini.

Eu, em nome do Rio Grande do Sul, entrei com um projeto nesta Casa. O Governo do Estado construiu o início do Pólo, construiu a Aços Finos Piratini e entregou-os, de graça, para o Governo Federal levá-los adiante, sem nenhuma indenização, sem pedir nada. Mas no momento em que o Governo Federal privatizou-os, entramos com um projeto dizendo que o Rio Grande do Sul tinha o direito de receber de volta o dinheiro que havia aplicado.

O Senado aprovou o projeto por unanimidade, e o Governo vetou-o por inteiro.

No Governo Sarney, eu era Governador do Rio Grande do Sul. O Presidente Sarney viveu um governo difícil: a morte do Dr. Tancredo e inúmeros outros problemas. Para conseguir fazer alguma coisa em termos de obras federais no Estado, tive de aplicar o dinheiro do Governo do Rio Grande do Sul. Então, fiz um acordo com o Presidente Sarney e com o Ministro dos Transportes, por escrito, assinado em palácio: construiríamos centenas de quilômetros de estradas federais, com a autorização do Governo Federal, que se responsabilizaria a, no futuro, devolver-nos aquela quantia. Isso foi feito, as estradas foram construídas.

O tempo passou e, quando se concluiu o projeto e provado estava que se deveria receber o dinheiro, o Governo Lula disse que não; disse que não e não.

Quando eu era Governador, o PT promoveu praticamente uma convulsão social. Deputados novos, de primeiro mandato, queriam mostrar presença e fizeram uma rebelião. Estábamos às vésperas de ver, de um lado, os sem-terra invadirem grandes propriedades e, de outro, os proprietários se defenderem. Iámos para um caminho que eu não sabia aonde iria dar.

Falei com o Presidente Sarney, mas não havia dinheiro. Fui o único Governador no Brasil, que eu conheça, que, com o dinheiro do Governo, comprei terra a vista. É verdade que comprei terra a vista chorando no preço – um preço bastante razoável porque era pagamento a vista. E o fiz com o compromisso, assinado pelo Ministro da Reforma Agrária e pelo Presidente Sarney, de que aquele dinheiro não seria devolvido ao Rio Grande do Sul e que o Rio Grande do Sul, com aquele dinheiro, faria um fundo. Os recursos não vol-

tariam para o Tesouro do Estado, mas passariam a constituiria um fundo pelo qual se continuaria a prover dinheiro para comprar terras.

O projeto, aprovado aqui no Congresso Nacional por unanimidade, foi vetado pelo Dr. Lula.

Esse é o tratamento que o Rio Grande do Sul tem tido deste Governo. Eu digo isso neste dia 20 de setembro, dia de homenagem aos farrapos da Revolução Farroupilha, para mostrar que, de certa forma, a nossa luta continua. A luta por um Estado independente, forte, autônomo continua e continuará pelo tempo que for necessário.

As agressões de alguns candidatos lá no Rio Grande, nessa campanha – estranho, porque tenho um carinho tão grande aqui no Congresso e um carinho tão grande do povo do Rio Grande do Sul –, eu não consigo entender. Do candidato do PT, por exemplo, não consigo entender. Ele não fala da situação brasileira, não fala em nada do que está acontecendo. “O que está acontecendo de mal no Brasil tem uma culpa. O Senador Pedro Simon, nesses anos todos, foi muito fraco, não fez nada pelo Rio Grande. É um Senador incompetente e incapaz. Diga uma coisa que ele fez pelo Rio Grande do Sul!” Essa é a campanha do meu adversário.

Eu disse, ontem, quando estivemos num debate que terminou à 1 hora da madrugada, que viria aqui hoje. Viria para lembrar a Revolução Farroupilha, mas viria também porque não poderia deixar de falar, neste momento e nesta hora, sobre o que está acontecendo. Como é fantástico a sociedade brasileira se manter da forma como se está mantendo!

Hoje de manhã, mesmo com o compromisso de ter quórum no Conselho de Ética para uma decisão importante, não houve quórum, e ficou por isso mesmo. O Senado deveria ter decidido se as votações de cassação seriam feitas em voto aberto e não secreto, como é agora... Ficou por isso mesmo. E, agora, quando menos se espera, vemos, primeiro, o caso do grampo no telefone do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e de mais alguns colegas seus. É claro que sabemos que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é uma figura que não digo controvertida, porque para mim não é controvertida, é uma figura brilhante, extraordinária. É uma figura que tem voz, que tem autoridade, que fala, e às vezes fala coisas de que não gostamos, quando diz, por exemplo, que o Brasil é um País de faz-de-conta. É, parece que fazemos de conta. Mas abrir, como se abriu ontem, o levantamento de uma denúncia feita pelo PSDB e pelo PFL, para investigação do Presidente da República, que é convocado, e do Ministro da Justiça, a vinte dias das eleições! Meu Deus, aonde vamos chegar?

E é a Oposição que está fazendo isso, é a Oposição que criou esse fato? Ele veio ao jornal pela Polícia Federal, pela imprensa; ele veio ao jornal quando a revista **Época** disse que foi procurada por pessoas que queriam vender um dossiê contra líderes de oposição.

E, mais uma vez, o homem envolvido está no Palácio, é amigo do Presidente. Não sei, mas o Presidente Lula deveria fazer... Não sou dessas histórias, pelo amor de Deus, sou cristão, mas, mesmo no Cristianismo, às vezes, tem-se de expulsar o que há em volta de uma pessoa e que está fazendo mal.

Olha, Presidente, como Vossa Excelência andou mal-acompanhado esse tempo todo! E o pior é que as pessoas que lhe faziam boa companhia estão saindo, como o Frei Betto, que disse que não podia mais agüentar, que não dava para ficar.

Na reunião do grupo católico em que ele comunicou isso, eu lhe disse: "Mas você não podia sair, deveria ter ficado, porque num país onde as pessoas boas como V. S^a, que podem influenciar para o bem, saem, ficam as outras que influenciam para o mal". E ele respondeu: "Mas há momento em que sabemos que não dá mais para ficar. Não havia mais ambiente para ficar".

Ora, quantas pessoas... Eu gostaria que este grande nome, que é o nosso Suplicy, relembrasse aqui os grandes nomes da política, da economia, da cultura, que foram os heróis do PT e que, hoje, estão afastados. Quantos nomes que foram os que construíram a história do PT! Porque dessa turma de vigaristas que tem aparecido aí, de amigos do Lula que estão aí, nunca ouvimos falar, são pessoas que apareceram na campanha. Toda corrupção no Brasil começa na campanha – essa experiência nós temos. É na campanha que começa toda corrupção: a do Lula, a do Collor e qualquer uma outra.

Mas os homens, os outros, estão saindo. Tenho procurado telefonar, Presidente, para esses líderes do PT que se afastaram e que eram e que são meus amigos: "Escuta aqui, tu não achas que cometeu um erro em sair? Tu não achas que devias ter ficado lá?" Um agora é candidato a Governador de São Paulo. "Tu não achas que devias ficar lá?" "Não dava, Senador Simon, eu fiquei até o último momento que eu achei que dava para fazer alguma coisa. Em determinado momento, quando tu sabes que é mal recebido, que as tuas palavras não são nem interpretadas, nem analisadas, mas são recebidas com deboche por parte do Governo..."

Eu vim de Brasília a Porto Alegre, especificamente, para ouvir o parecer de V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – V. Ex^a está me concedendo um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, o aparte é seu.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, como é bom e reconfortante ouvi-lo e vê-lo na tribuna deste Senado. Como V. Ex^a engrandece esta Casa, como V. Ex^a verbaliza a indignação sincera de grande parte do povo brasileiro, porque V. Ex^a está hoje na tribuna verberando o Governo e o Presidente Lula, como estaria se o Presidente fosse Fernando Henrique Cardoso, como estaria se o Presidente fosse do PMDB. E tenho certeza de que eu faria o mesmo se o Presidente fosse do PDT. V. Ex^a não é do país do faz-de-conta, V. Ex^a não faz de conta que é ético, V. Ex^a não finge indignação se a bandidagem for dos seus adversários e não silencia ou compactua se a bandidagem for dos seus correligionários. V. Ex^a é realmente uma figura excepcional. Meus parabéns! Tenho grande orgulho de ser seu colega neste Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

A **Folha de S. Paulo** publicou uma foto enorme, em Belém do Pará, do Lula, do Jader e de mais quatro figuras, três do meu Partido, todas processadas no Supremo. O Sr. Jader está para ser julgado – não sei por que o Supremo não julga. A denúncia foi apresentada pelo Procurador-Geral e foi aceita no Supremo.

Outro dia, o Presidente Lula falou – o que é uma barbaridade! – que o Senado e o Congresso estão abusando das imunidades. Não, não estão abusando. O projeto teve origem em iniciativa de nossa autoria. Hoje, não precisamos mais dar autorização; não precisamos autorizar ninguém a processar Senador e Deputado. Podem fazer o que bem entenderem! Estão sendo processados? Mas o processo está na gaveta. Um é o Jader, o outro é um Senador também do Pará, também do PMDB; outro é um Deputado do PT que esteve envolvido com o mensalão; há também uma Senadora que está comprometida.

Diz a manchete, com palavras do nosso querido Presidente Lula: "Este palanque é uma aula de sociologia política para o Brasil". Meu Deus do céu! Onde é que nós estamos, Dr. Lula? "Este palanque é uma aula de sociologia política para o Brasil." Ele é o único que não está sendo processado. Agora, não está sendo processado, mas quem está sendo chamado para depor no Supremo Tribunal Federal é ele, Lula.

Hoje, são todas essas figuras. A aula de sociologia foi ampliada, porque até o Presidente Lula está sendo convocado pelo Supremo.

Não é possível!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Fui visitar o Senador Jefferson em seu gabinete e perguntei-lhe: “Eu vim aqui e cadê o negócio?” “Pois é! Garantiram-me que haveria quórum, mas não houve”. O Senador Jefferson tem uma pureza! Apesar de eu ser cristão, ser franciscano, não chego até ele. Perguntei: “Quer dizer que não apresentou o parecer?” “Não, não havia **quorum**”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, vamos lá!

“Não, não havia quórum”. “Mas, Jefferson, não havia quórum? Mas, se tu apresentas o teu parecer, o Brasil inteiro vai ficar sabendo.” “Mas isso seria uma indelicadeza com os colegas.”

Vejam a beleza e a grandeza do espírito do Senador Jefferson: “Mas eu estaria cometendo uma indelicadeza”! Numa hora como essa, em que os Parlamentares não compareceram, e o assunto era da maior importância, ele seguiu as mínimas letras de um comportamento ético perfeito. Alguém podia condená-lo se ele dissesse: “Bom, não veio ninguém. Era para ser hoje. Entrego para a imprensa”.

Nem eu lhe pedi. Estive em seu gabinete, falei e não lhe pedi, nem toquei no assunto, até porque V. Ex^a, provavelmente, não teria dado. Mas não pedi.

Pois não, Senador. Concedo-lhe um aparte

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, primeiro, quero externar, mais uma vez, a minha afinidade com a sua história e com as suas atitudes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só quero dizer uma coisa a V. Ex^a: O **Estadão** fez uma matéria exagerada e injusta com relação a mim, mas, com relação a V. Ex^a, assino embaixo. Foi uma matéria linda e que espelha realmente o que é V. Ex^a. Sinceramente, meus cumprimentos. Não estava em boa companhia, mas V. Ex^a merece.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe que tenho estima e expresso meu apoio a um dos seus adversários, o candidato ao Senado Miguel Rossetto, que foi Ministro do Desenvolvimento Agrário. Mas ele sabe também da estima e do respeito que tenho por V. Ex^a. Há poucos dias, participei de dois debates com a candidata Alda Marco Antonio, do seu Partido, o PMDB, ao Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gosto dela, sabia?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Ela, então, ressaltou o quanto importante é que o povo de São Paulo eleja também uma mulher, como há aqui a Senadora Ideli Salvatti e outras que significam o povo da sua terra. No debate, eu lhe disse que também há homens que significam o Senado, como o Senador Pedro Simon. Senti-me bem ao seu lado, e houve, na oportunidade, a citação do Senador Jefferson Péres na matéria. Felizmente, há um reconhecimento no Rio Grande do Sul e em São Paulo do vigor da sua atuação, pela maneira como V. Ex^a aqui expressa seus sentimentos, os sentimentos de quem sempre deseja saber e dizer a verdade. V. Ex^a também solicita de cada pessoa, tanto do Poder Executivo quanto do Parlamento, que tenha procedimentos os mais éticos. Quando V. Ex^a recordava alguns diálogos que teve ora com o Presidente Lula, ora com amigos do Presidente Lula, como o Frei Betto, lembrei-me de uma citação que considero tão importante e que está contida no livro do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, que dei ao Presidente Lula no início do seu Governo. O livro se chama **Desenvolvimento como Liberdade**. Nesse livro, Senador Pedro Simon, há uma referência de como é importante para um governante, para um chefe de uma organização comportar-se para prevenir problemas. Ele menciona os autores do Hui-Nan Tzu, inscrito nas pedras da China antiga, em 122 a.C. Vou ler a citação, e V. Ex^a saberá muito bem por que ela é relevante para o que há pouco disse: “Se a linha medidora estiver certa, a madeira será reta, não porque se faz algum esforço especial, mas porque aquilo que dirige faz com que assim seja...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Para não perder o raciocínio, vou precisar repetir. Peço a sua atenção: “Se a linha medidora estiver certa, a madeira será reta, não porque se faz algum esforço especial, mas porque aquilo que dirige faz com que assim seja. Da mesma maneira, se o dirigente for sincero e íntegro, funcionários honestos servirão em seu governo, e os velhacos se esconderão. Mas se o dirigente não for íntegro, os perversos farão como querem, e os homens leais se afastarão”. Senador Pedro Simon, quero dizer com toda a amizade que tenho pelo Presidente Lula: em razão de fatos como os que ocorreram em alguns momentos – e, agora, de novo –, é muito importante que ele tenha uma atitude segundo o que disse em Nova Iorque: “Vamos procurar esclarecer inteiramente os episódios, com o maior rigor, doa em quem doer”. Vamos deixar claro isso e responsabilizar quem porventura agir de maneira a prejudicá-lo e a prejudicar, inclusive, o Senador Aloizio Mercadante, candidato em

quem tenho a maior confiança, meu parceiro nas eleições em São Paulo. É importante que todos tomemos uma atitude a fim de colaborar para desvendar inteiramente esses tristes episódios. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e digo o seguinte: houve apenas um momento, desde que esses fatos aconteceram, em que inclusive vim a esta tribuna prestar homenagens: foi quando o então Ministro da Educação Tarso Genro, que, diga-se de passagem, estava fazendo um trabalho muito bom no Ministério da Educação, renunciou a sua Pasta, assumiu a Presidência do PT e lançou a sua proposta para o Partido: “Temos de refundar o PT. Não nos interessa a decisão da Comissão de Ética, da CPI, da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República ou do Supremo Tribunal Federal. Devemos ter a nossa comissão de ética. O problema é nosso, do PT. Precisamos nos reunir com o nosso Partido, com a nossa tradição, com a nossa história, com a nossa biografia, observar as coisas que aconteceram e ver o que vamos fazer, punindo quem tem que ser punido, doa em quem doer, nem que se tenha que renovar o PT”.

Vim a esta tribuna e o endeusai, mas o Lula cedeu àqueles que não queriam o Tarso com essas idéias. E ele não foi escolhido Presidente. O Presidente é esse que está aí, agora comprometido novamente.

A questão é esta: até quando o Lula vai permanecer nessa posição?

Tudo começou quando denunciamos o Waldomiro, que não foi demitido. Ele pediu demissão. Agora, no último caso, o cidadão que trabalhava com ele, no Palácio, também pediu demissão. Não foi demitido.

A pergunta é uma só: há uma palavra de esperança de que o Governo do Lula será diferente? Estando nos palanques, com a equipe do PT, o Sr. Jader, de um lado, e o Sr. Suassuna, de outro, o que vai ser o Governo do Lula no segundo mandato? No primeiro Governo, ele tinha o Brasil do seu lado e o respeito do Congresso. No segundo, em 1º de janeiro, terá que começar a prestar contas. É capaz de, nessa data, quando vier para cá, ele ainda estar respondendo, perante o Tribunal Superior Eleitoral, à investigação que começou agora, porque ele está sendo comunicado lá em Nova Iorque. Mas qual é o ato, qual é a ação, qual é a movimentação, qual é a expectativa que esse Governo dirá ter para essa sociedade que está aí, estarrecida, não sabendo o que vai fazer?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, quero expressar a minha confiança de que o Presidente Ricardo Berzoini, que esteve com o Presidente no final da manhã de hoje, esclarecerá, ainda nesta tarde, todos os pontos, tornando claro tudo o que, efetivamente, aconteceu. Nós, do Partido dos

Trabalhadores, precisamos contribuir para o esclarecimento desses episódios, assim como da questão do dossiê sobre os ex-Ministros José Serra e Barjas Negri. Essa é a minha expectativa, porque conheço bem o ex-Ministro José Serra, que foi nosso colega no Senado. Por tudo aquilo que ele sempre defendeu, acredito que será o primeiro interessado em contribuir para esclarecer por que houve aquilo durante o tempo em que era Ministro. Que ele explique por que aconteceram aquelas comemorações mostradas no dossiê e por que aqueles Deputados, hoje envolvidos no caso dos sanguessugas, estavam ali, como que fazendo uma festa. Como houve aquilo? Que grau de conhecimento ele tinha?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acredito que o Presidente Ricardo Berzoini, ainda hoje, esclarecerá inteiramente esses fatos. Também é próprio que a Nação brasileira espere que José Serra e o atual Prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, com quem sempre tive uma relação de maior respeito e seriedade, manifestem-se a respeito. Sempre ouvi de José Serra e Barjas Negri palavras na defesa do interesse público, mas, numa situação como essa, eu me sentiria na responsabilidade de logo esclarecer. E que tudo seja esclarecido antes de 1º de outubro. Faltam 11 dias para as eleições e é importante que o povo brasileiro tenha essas coisas esclarecidas o quanto antes. Essa é a nossa responsabilidade. Que a Polícia Federal, a Justiça, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público estejam averiguando os fatos, muito bem, mas o que é de responsabilidade nossa, eu, como candidato ao Senado envolvido nesses episódios, em São Paulo, sinto-me na responsabilidade de esclarecer. conversei com o Senador Aloizio Mercadante e tenho plena confiança de que ele jamais teria admitido a compra de dossiê, da forma como foi descrita pela imprensa nestes dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Encerro, Sr. Presidente. Ainda haverá tempo de voltar. Talvez, quando V. Ex^a estiver mais calmo ou outro Presidente mais tranquilo, eu volte para continuar o debate dessa tese.

O Brasil está com uma interrogação, perguntando o que vai acontecer. A 12 dias de uma eleição, o Presidente da República, em Nova Iorque, é interpelado. O que vai acontecer?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O requerimento referente à Revolução Farroupilha, de autoria de V. Ex^a e dos Senadores Paulo Paim

e Sérgio Zambiasi, encontra-se sobre a mesa e será encaminhado na forma do Regimento.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, em permuta com o Senador Marco Maciel.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apenas gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável muito breve se, porventura, não puder fazer uso da palavra até às 16 horas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de saudar todos os gaúchos no dia de hoje pela passagem desta data muito importante na história do Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha. Nós, que temos uma convivência fraterna mas acirrada com todos os gaúchos, sabemos o quanto eles têm de realce e de relevância para as comemorações cívicas que dizem respeito à história dessa parcela importante do povo brasileiro, do “povo do Pampa”, como costumamos chamar.

Sr. Presidente, inicio meu pronunciamento exatamente por onde começou o Senador Pedro Simon. O noticiário de hoje dá conta de que o Tribunal Superior Eleitoral acolheu a representação apresentada pela Coligação PSDB–PFL, que tem como candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin.

Essa coligação tem como objetivo cassar o registro da candidatura do Presidente Lula à reeleição. E, ontem – porque a ação foi protocolada e já estava repercutindo na imprensa –, o professor e jurista Dalmo Dallari, da Universidade de São Paulo, respondendo a algumas perguntas do **Terra Magazine**, já tratou desse assunto. Entendo que as observações feitas pelo jurista Dalmo Dallari sobre essa questão são absolutamente pertinentes. Entendo que elas merecem ter o registro aqui da tribuna para colaborar com todo esse debate que o Senador Pedro Simon iniciou nesta tarde.

Quando o **Terra Magazine** pergunta ao Dr. Dalmo Dallari qual pode ser o resultado do pedido feito ao Tribunal Superior Eleitoral pela Coligação PSDB – PFL, ele responde desta forma:

Isso é pura encenação eleitoral. Esse pedido não tem a mínima consistência. Um

dado que me chama a atenção é que essas ameaças de ação judicial estão sendo usadas como cortina de fumaça para que não se pergunte sobre o conteúdo do dossiê. Que tipo de acusações ele tem? Seria essencial conhecer isso.

Terra Magazine faz nova pergunta: “Mas, independente disso, o TSE pode tomar alguma medida contra a candidatura de Lula?”

O Professor Dalmo Dallari responde:

Se não houver alguma coisa consistente, o TSE não pode fazer nada. O que foi publicado até agora pela imprensa não dá base nenhuma para uma medida judicial. Se não for mostrado o dossiê, o assunto morre. São apenas intrigas, sugestões, acusações vagas.

Terra Magazine insiste: “E existe algum outro fórum competente para fazer algo?”

Dalmo Dallari responde:

Não. Num outro fórum, seria a mesma coisa. Porque o Judiciário não se movimenta a não ser com base concreta. De fato, essa encenação toda é absolutamente inconsistente. O PSDB faz bravata com a intenção de desviar a atenção para o conteúdo do dossiê.

Considero importantes essas respostas do jurista e professor Dalmo Dallari, reconhecido por todos como uma pessoa extremamente ponderada, para que possamos ter a clareza. Vários jornais trataram do assunto ontem, mas, infelizmente, eu não pude estar presente no Plenário do Senado, tendo em vista que tinha uma agenda de acompanhamento do Ministro dos Transportes em Santa Catarina, uma agenda extremamente positiva, atendendo a muitos pleitos do meu Estado. Mas a imprensa deu a entender – pelo menos está nos noticiários – que a Oposição tenta criar esse clima de crise institucional, de que haverá cassação de registro, voltando-se, novamente, em alguns discursos, também, à questão do **impeachment** do Presidente.

Quero deixar consignadas algumas questões, além dessas afirmações muito fortes do jurista e professor Dalmo Dallari, e trazer para este debate algumas questões que reputo absolutamente pertinentes. Ao se falar em cassação de candidatura, em **impeachment**, em crise institucional, a primeira pergunta que deve ser feita é: houve omissão do Presidente no exercício do cargo? Houve omissão? O Presidente deixou de agir? O Governo deixou de agir? Isso cai por terra de forma retumbante, porque o episódio que causa tanta celeuma, inclusive foi motivo da ação junto ao Tribunal Superior Eleitoral, encaminhada pelo PSDB

e pelo PFL, é a tal possível negociação – ou sabe-se lá o quê – desses documentos que atingiram o Serra. Como isso veio a público? De onde saiu? Como é que eclodiu? Nada mais, nada menos, de uma ação da Polícia Federal. Não foi ninguém, a não ser um órgão de Governo no exercício pleno da sua tarefa institucional de investigar, de buscar estar atento a toda e qualquer ação que possa ter incidência criminosa. Foi daí que saiu. Então, como é que isso pode passar pela cabeça ou dar sustentação a qualquer pedido de cassação de registro de candidatura ou de **impeachment**, como alguns voltam a falar, se foi exatamente a Polícia Federal, esta Polícia Federal que vem demonstrando à exaustão essa sua atuação republicana, com operações em cima de operações, operações significativas, contundentes, numerosas, prendendo, atuando, de forma inequívoca, doa a quem doer... Foi a Polícia Federal, que está sob as ordens do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que está sob as ordens, em última instância, do Presidente da República, que fez com que isso viesse a público. Assim, a questão da omissão está absolutamente derrubada pela ação de Governo nesse episódio; absolutamente derrubada.

A outra questão que poderia subsidiar essa crise institucional ou a ação para cassação ou para um processo de **impeachment** do Presidente é a do benefício. O candidato se beneficiou. Isso também cai por terra. Eu fico às vezes ouvindo determinadas coisas... A população tem capacidade de analisar bem, apesar de muitos não acreditarem na capacidade de avaliação das pessoas. O Presidente Lula lidera as pesquisas. Todas as pesquisas apontam, há vários dias, há várias semanas, que ele ganha no primeiro turno. Inclusive o **Datafolha** anunciou ontem. Já com três dias da tal crise institucional que tentam construir, a pesquisa do Datafolha de ontem confirmou: ganha no primeiro turno; mantém-se estável o quadro.

Se não bastasse as pesquisas, o que ele ganharia? O que o Presidente Lula, em uma situação eleitoral tão favorável a ele, ganharia? Que benefício ele, candidato a Presidente da República, apontado por todas as pesquisas, já há um tempo significativo, ganharia com um dossiê contra o Serra, que é candidato ao governo do Estado, não é nem seu opositor na campanha à Presidência da República, como a coligação do candidato Geraldo Alckmin encaminhou?

Se não fosse isso, a pesquisa do Ibope divulgada na semana passada, que tenho em mãos, coloca ainda uma outra questão que considero absolutamente relevante. Vou pegar aqui não as intenções de voto, mas todo um processo de monitoramento da avaliação do Governo desde o início. Nessa rodada da pesquisa CNI/Ibope, a avaliação positiva do Governo Federal

atingiu seu segundo patamar mais elevado, perdendo apenas para a marca de 51% registrada em 2003, no início, nos três primeiros meses após a posse. Foi de 51% nos três primeiros meses. Agora, em setembro, a avaliação “ótimo” e “bom” é 49%. É a melhor avaliação desde o início do Governo. O saldo de avaliação retornou ao mesmo nível registrado no primeiro ano de Governo, com ganhos em praticamente todos os segmentos investigados. Apenas entre os que recebem mais de dez salários mínimos por mês houve queda na avaliação do Governo Federal.

O Presidente candidato à reeleição, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, tem, em todas as pesquisas, a liderança. Todas as pesquisas apontam que Sua Excelência ganha no primeiro turno. Recebeu uma avaliação de Governo... Olha, depois de tudo o que aconteceu, da contundência da Oposição, de tudo o que houve neste período, terminar o Governo com “ótimo” e “bom”, equivalente a quando começou, demonstra que, efetivamente, a avaliação da população sobre as ações do Governo está muito desconectada da de determinados Líderes da Oposição.

Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a faz uma análise muito precisa da conjuntura política e sobretudo dessas tentativas de desestabilizar a candidatura do Presidente Lula. Muito bem faz V. Ex^a em ressaltar a importância das palavras do Professor Dalmo Dallari, mencionando algumas das respostas. Gostaria de complementar, citando outro trecho.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Penso que essas reflexões do Professor Dalmo Dallari são muito importantes, até pela maneira como todos aqueles que são do meio jurídico brasileiro o respeitam. Quem sabe o Ministro Marco Aurélio de Mello possa ver as palavras do Professor Dalmo Dallari como uma recomendação de bom senso, porque S. Ex^a diz que o Judiciário não se movimenta a não ser com base concreta. Toda essa encenação, de fato, é absolutamente inconsistente. O PSDB faz bravata com a intenção de desviar atenção para o conteúdo do dossiê. E, quando o **Terra Magazine** pergunta sobre a declaração do Ministro Marco Aurélio de Mello de que “a eventual participação de um assessor de Lula no caso é ‘um elo muito forte, e que isso é ruim’”, vem a recomendação de Dalmo Dallari ao Ministro, Presidente do TSE:

Antes de mais nada, acho que o Ministro está abandonando a prudência, que é um requisito essencial de um bom juiz. Porque ele

emite uma opinião política, e não jurídica. Com isso, quando o processo chegar ao Tribunal, se chegar, ele deverá declarar-se impedido pra julgar. Ele tem uma opinião pré-concebida. Ele mesmo está se impedindo.

Pergunta novamente o **Terra Magazine**: “Ele também está com uma postura política, então?”. E Dalmo Dallari responde: “Eu acredito que sim. Só posso interpretar dessa maneira. Ele está abandonando a prudência que deve ser marca fundamental de um juiz e entrando na disputa eleitoral”.

Gostaria que o Presidente Marco Aurélio de Mello, que tem todo nosso respeito, ouvisse isso como uma recomendação. S. Ex^a tem tido muitos méritos ao desenvolver essa campanha de bem informar os eleitores brasileiros sobre o que vai ocorrer dia 1º de outubro. Todos nós precisamos estar muito bem informados a respeito de quem vamos escolher para Presidente, Governador, Senador, Deputado Estadual e Federal. Aliás, trata-se de uma campanha que merece todo o nosso elogio, feita pela Justiça Eleitoral no Brasil, caracterizada pela neutralidade, pela maneira adequada com que chama a consciência dos eleitores para votar, para exercer seu direito consagrado na Constituição. Felizes somos nós brasileiros, por estarmos vivendo diferentemente do que há 20 ou 25 anos, período em que não podíamos escolher o Presidente e o Governador por eleições diretas. Espero que o Presidente Marco Aurélio de Mello possa até levar adiante as averiguações, mas com uma postura de isenção e de imparcialidade recomendada pelo Professor Dalmo Dallari.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Vou conceder o aparte aos dois outros Senadores, César Borges e Sibá Machado, mas queria terminar a linha de raciocínio que comecei. Está derrubado por terra o argumento da omissão, uma vez que todo esse episódio veio a nu, a público, por ação de Governo, da Polícia Federal. Em segundo lugar, a hipótese de benefício do Presidente, do candidato à reeleição, também se derruba, porque Sua Excelência não ganha nada com isso; pelo contrário, não teria necessidade disso em hipótese alguma – estão aí todas as avaliações das intenções de voto e a avaliação de Governo. Se não bastasse isso, o IBGE, na semana passada, apresentou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que traz dados extremamente relevantes a respeito de como a melhoria da qualidade de vida da população vem-se desenrolando durante o Governo Lula.

Está aqui: o rendimento médio real do trabalhador brasileiro apresentou, em 2005, crescimento de quase 5% em relação ao ano anterior. Como o ganho foi maior entre os mais pobres, o IBGE considera que

houve queda na concentração das remunerações, mais uma vez. Em 2005, o nível da inflação foi mais baixo do que no ano anterior, e houve crescimento em setores importantes da economia. O IBGE demonstrou que a inflação mais baixa, aliada ao reajuste do salário mínimo, fez com que os ganhos de renda mais expressivos ocorressem exatamente na metade inferior. Inclusive, vários jornais noticiaram que, diferentemente do ano passado, a classe média também – além dos que ganham menos – teve ganhos significativos de renda nessa evolução. O índice de Gini, que mede a distribuição de renda, exatamente essa diferença entre pobres e ricos no mundo, apresentou, em 2005, o menor resultado desde 1981. A taxa de ocupação, ou seja, o percentual de pessoas ocupadas, tem o maior índice desde 1996. Portanto, são as pesquisas de intenção de voto, a avaliação de Governo, o resultado concreto no cotidiano das pessoas.

Se isso não bastasse para demonstrar que o Presidente Lula, indiscutivelmente, não tinha absolutamente nada a ganhar com uma operação desse porte... Não sei como se adjetiva uma operação como essa; já há vários adjetivos, que não quero citar, mas o próprio Presidente Lula declarou como abominável. E Sua Excelência tem, em sua biografia, uma prova inquestionável de não admitir, de não se utilizar desse tipo de procedimento, porque, na eleição passada, que não tinha a intenção de voto que tem hoje, a avaliação que tem hoje, os resultados no cotidiano, na vida das pessoas para apresentar, Sua Excelência rechaçou de pronto o dossiê Cayman. Não só rechaçou, como fez mais: foi comunicar ao alvo, às pessoas que seriam alvejadas na divulgação daquele dossiê. Sua Excelência fez isso.

Portanto, os dois pressupostos para embasar tanto a ação no TSE, como qualquer questão relacionada à retomada de discurso de **impeachment** estão derrubados peremptoriamente pela ação de Governo nesse episódio e por ficar configurado, de forma indiscutível, que esse tipo de procedimento não traz benefício algum, pelo contrário, ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Ouço, com muito prazer, o Senador César Borges e, em seguida, o Senador Sibá Machado.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senadora Ideli Salvatti. Estranha-me, na sua fala, a relativa confusão que V. Ex^a faz com relação ao uso da Polícia Federal. V. Ex^a imagina que a Polícia Federal seja uma política de Governo. A Polícia Federal tem de ser republicana; ela é do cidadão brasileiro. Ela não pode, em hipótese nenhuma, e nunca deveria estar a serviço de governo ou política de governo. Ela tem uma política, sim, de segurança para a população.

Polícia de investigação. Muitas vezes, a Polícia Federal não tem de obedecer à ordem do Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Para ser republicana, ela tem autonomia. Lamentavelmente, V. Ex^a confunde isso e imagina que essa é uma política do Governo Lula. Não é política coisa nenhuma, mas uma tarefa da Polícia Federal. Lamentavelmente, a Polícia Federal está privilegiando esses criminosos, agora presos, dando-lhes um tratamento diferenciado, em primeiro lugar, porque não divulgou as fotos dos R\$1,7 milhão apreendidos em moedas nacional e americana. Para quê? Para proteger a candidatura do Presidente Lula. Em segundo lugar, não expôs, em momento nenhum, esses criminosos à imprensa livre. Essa é a realidade. Pergunto a V. Ex^a: a quem beneficiaria isso? Devemos perguntar quem são os criminosos que estão por trás. Até agora, tudo leva a crer que é o Partido dos Trabalhadores, o partido de V. Ex^a. Uma pessoa que estava, não digo no porão, mas na sala vizinha ao Presidente da República teve de pedir demissão rapidamente. Demissão a pedido, porque o Presidente Lula não demite absolutamente ninguém. Nunca demitiu um ministro. Todos são seus companheiros. É pedido de demissão voluntária do Sr. Freud Godoy. É o que aconteceu. Qual o benefício? Muito claro. O Presidente Lula é o representante do Partido dos Trabalhadores, ele privilegia, faz a promiscuidade entre Partido dos Trabalhadores e Governo em todas as áreas do Governo. O objetivo era desestabilizar uma figura política como José Serra, que deve ganhar o governo do principal Estado do País, o mais forte, o Estado de São Paulo. Está muito claro. Imaginem se ele pudesse alavancar a candidatura do Senador Mercadante para ganhar em São Paulo? Estaria aí perfeito o plano. Segundo V. Ex^a, as pesquisas indicam que o Presidente Lula vai ganhar. Não interessa a mim se a pesquisa indica isso ou não, não interessa saber se ele está popular ou não, o que interessa saber – e V. Ex^a deve fazer a reflexão – é que, para o bem das instituições brasileiras e para o bem do País, temos de averiguar tudo que for criminoso e contra a lei. E, lamentavelmente, desde maio de 2005, este País tem assistido, estarrecido, ao Partido de V. Ex^a, aos Ministros do Partido de V. Ex^a, que trabalham na sala ao lado do Presidente Lula, e aos assessores especiais, que cuidam dos negócios pessoais dele, como o Sr. Freud Godoy, envolvidos nessas questões. Eu gostaria de estar discutindo com a senhora a questão de economia, que V. Ex^a abordou agora. Mas, não. Temos de estar discutindo esse lamaçal que o Partido dos Trabalhadores promoveu, sob a leniência ou a conivência do Presidente Lula. Passar o tempo todo dizendo: "Eu não sabia de nada" ou "Todos fazem da mesma forma" e não explicar a origem desses R\$1,7

milhão, não é possível. De onde saiu esse dinheiro? É dinheiro público? Saiu do contribuinte brasileiro? De onde veio? Nunca vi! "Abominável" é simplesmente uma palavra lançada pelo Presidente, mas, ele não abominou as ações dos Correios. Ao contrário, tentou aqui impedir a CPMI dos Correios. Portanto, agradeço a V. Ex^a e peço que não faça essa confusão. A Polícia Federal não está aí para fazer a política do Sr. Lula nem do Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores partidarizou até a Petrobrás. O Partido dos Trabalhadores usa dinheiro de uma empresa como a Petrobras, que tem a participação de toda a sociedade brasileira, para fazer política em vários Estados na tentativa de eleger partidários do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, para eu poder, depois, concluir.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, tenho, desde ontem, acompanhado os debates na Casa e gostaria de separar o episódio em si da emoção de um momento pré-eleitoral. Quero só reafirmar que a Polícia Federal é, sim, um instrumento de Estado. Agora, sabemos que na história da Polícia Federal, de vez em quando, ela foi utilizada a bel-prazer do governante, ela foi instrumentalizada em alguns momentos. Sabemos que, quando se quer deixar livre uma instituição para trabalhar, deixa-se, mas, quando não se quer, pode-se muito bem dar pitacos no seu rumo, no seu futuro, nas coisas que deve fazer. Sr. Presidente, recebi uma nota, divulgada pela **Agência Estado**, que mostra plenamente isso. Quero concordar em que o ex-Senador e ex-Ministro José Serra, candidato ao governo do Estado de São Paulo, deve estar chocado porque ele deveria ser o alvo dessas coisas, como o foi por ocasião do famigerado relatório das Ilhas Cayman. Agora, o que ele diz na nota é inaceitável! Agredir duramente o Senador Aloizio Mercadante é algo que não pode ser aceito! Quero até admitir que ele esteja agindo dessa maneira por ter sido citado o nome dele. Concordei plenamente, na reunião de ontem da CPI, em deixar a investigação de todos esses episódios, do conteúdo dos documentos apresentados pelo Sr. Luiz Antonio Vedoin para depois das eleições, porque qualquer análise que for feita agora estará no calor da paixão. Não pode ser feita agora. Então, sabiamente, foi decidido deixar para depois das eleições. Assim com certeza será o papel que a Polícia Federal e outras instituições deverão fazer: vão analisar, sim, o conteúdo. Independentemente do crime de se ter utilizado um artifício desse no período de uma eleição, tem-se que analisar também o conteúdo. Sabe-se que foram tiradas fotos do ex-Ministro José Serra ao lado de Parlamen-

tares que estavam envolvidos com a Planam, e essas fotos são de conhecimento público, já foram divulgadas e não merecem que lhes destinemos tempo. Sabe-se que há indícios de que foi naquela época que mais de seiscentas ambulâncias foram negociadas. São tantas coisas que merecem, sim, explicações, e nós não fomos fazer cavalo-de-batalha na CPI porque estamos vivendo um período de eleições. Deixemos que aconteçam as eleições. Agora, os fatos serão analisados, sim, depois das eleições. O que queremos fazer aqui é separar uma coisa da outra: quem cometeu esse crime, que é um crime, tem que ser rejeitado, tem que ser recusado, refutado, tem que pagar por ele, separar isso de uma discussão eleitoral. E, neste caso, a defesa que V. Ex^a faz elucida os fatos, a Polícia Federal trata do assunto com a isenção que o caso merece e, com certeza, trará à tona todas as explicações que se fizerem necessárias. Qualquer nome citado, se lhe for perguntado, ele vai jurar inocência. Portanto, deixa virem as eleições e nós teremos, digamos assim, a cabeça mais tranquila para analisar esse fato após as eleições. E, nas urnas, o povo é que vai dizer se quer governador A, governador B; presidente A, presidente B. Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Sibá.

Para encerrar o meu pronunciamento, quero dizer que é claro que a Polícia Federal é Polícia de Estado. Ela não é do governo A, nem do governo B. Agora, no Governo Lula, a Polícia Federal tem dado demonstração inequívoca de agir assim. E quando pega algum indício de ilegalidade de alguém, seja de que partido for, prende. Prende! Toma a iniciativa, desmonta a quadrilha. E eu não tenho de outros governos esse tipo de exemplo. Eu gostaria até de fazer um levantamento assim: o Presidente do partido tal; ações da Polícia Federal que levaram à prisão correligionários do seu próprio partido. Seria interessante fazermos essa pesquisa, Senador Siba, seria talvez muito interessante!

Quanto a essa história de CPI, está muito ruim ficarmos aqui fazendo contraponto. Mas, vamos lembrar – até peço a ajuda para o Senador Suplicy que é de São Paulo – quantas CPIs, na Assembléia Legislativa, não foram possíveis de serem abertas? Quantas, Senador Suplicy?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, o Governo, por suas Lideranças, o PSDB e o PFL, impediram que se realizasse qualquer comissão parlamentar de inquérito. Foi necessário que a Oposição de lá, constituída pelo Partido dos Trabalhadores, obtivesse, junto ao Supremo Tribunal Federal, o direito de realizar as CPIs, o que agora estará sendo

efetivado. Estão, então, escolhendo quais, porque mais de 70 iniciativas de CPIs ficaram na fila.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Na fila: 70 CPIs; ficaram “setentando”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mais de 70. Agora, estão escolhendo quais são as cinco que podem, simultaneamente, ser realizadas.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a foi a favor da CPI dos Correios?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, tudo tem de ser apurado. É preciso punir quem estiver envolvido, e isso tem de ser feito de forma muito contundente.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senadora Ideli Salvatti, por favor, responda se V. Ex^a foi favorável à CPI dos Correios.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, posso terminar minha fala?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Por favor, responda-me só essa pergunta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, já concedi um aparte a V. Ex^a. Por favor, deixe-me terminar, para não prejudicar o andamento da sessão.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a não pode responder somente “sim” ou “não”?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, se V. Ex^a me permitir, vou terminar o meu discurso.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Claro que permito. É a resposta. V. Ex^a foi contra ou a favor da CPI dos Correios?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador César Borges, não lhe concedi o aparte e vou terminar o meu pronunciamento.

Tudo tem que ser apurado, tudo. Nós, inclusive, e o próprio Presidente Lula temos interesse inquestionável nessa apuração. Se alguém do PT esteve comprovadamente envolvido com isso, com o dinheiro, tem de ser punido mesmo, porque realizar uma operação dessas, quando estamos a poucos dias da eleição, que tem todos os elementos para ser uma eleição de recondução do Presidente a um segundo mandato, é algo que precisa ser apurado mesmo, mesmo! Como tem que ser apurado e, às vezes, a tendência é buscar desviar o assunto, quero até fazer o registro, já que o Senador Roberto Cavalcanti, o primeiro orador, deixou algo para mim aqui. S. Ex^a não pôde usá-la, mas me passou esta matéria do **Correio Braziliense** de quinta-feira. As questões relacionadas à necessidade de se investigar a atuação dos sanguessugas na gestão do Serra já estava no **Correio Braziliense** de quinta.

Como há outra manchete: "Máfia atuava também na época de Serra", no **Correio Braziliense** de quinta.

Isso já estava na imprensa, já estava vindo, e temos de apurar e investigar tudo. Agora, *impeachment*, cassação de registro de candidatura a poucos dias da eleição, isso efetivamente é algo que não podemos admitir, porque o povo brasileiro vai...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou concluir. O povo brasileiro vai às urnas no dia 1º. O povo brasileiro vai decidir o que quer, com a capacidade de análise, de entendimento, de avaliação que tem a respeito de tudo o que acontece neste País. Tenho ouvido coisas, Senador Marcos Guerra, a respeito do povo brasileiro que são de envergonhar. Primeiro, porque há voto envergonhado do povo brasileiro, depois desinformado, depois comprado pelo Bolsa-Família.

A sensação que me dá é que há os que não se conformam com o direito soberano que o povo brasileiro tem de decidir na eleição, mesmo que isso não agrade a determinadas lideranças. O Presidente Lula já até comentou: "Parece que tem gente que quer trocar de povo". Como não conseguem trocar a avaliação do povo brasileiro, querem trocar de povo.

É muito importante que, nesse processo eleitoral, respeitemos o povo, respeitemos sua avaliação, bem como o resultado das urnas. Devemos debater sobre isso e nos comprometer com as apurações e com as punições devidas. No entanto, em primeiro lugar, devemos estar comprometidos com a Constituição do Brasil, que diz que o poder emana do povo brasileiro e, em seu nome, será exercido, por delegação, pelo voto soberano e democrático.

Por isso, Sr. Presidente, às vezes, fico muito preocupada com determinadas avaliações e até com demonstrações de desapreço por esse maravilhoso povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy para uma comunicação inadiável. V. Ex^a disporá de até cinco minutos para seu pronunciamento.

Peço aos Srs. Senadores que não ultrapassem o tempo determinado, pois há vários oradores inscritos presentes no plenário.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra, prezada Líder, Senadora Ideli Salvatti, Srs e Srs. Senadores, Srs.

Visitantes do Senado Federal, muitas pessoas devem estar se perguntando o que eu, Senador Eduardo Suplicy, estou achando dessas lamentáveis denúncias e dossiês publicados nos últimos dias.

Estou triste.

Eu estou na política porque acredito que é possível praticá-la com ética. Acredito que é possível fazer política e ter como objetivo principal a construção de uma nação justa. É possível fazer política sem mentir, sem enganar o povo, sem dar golpes baixos. Acredito que dá para fazer política falando e buscando a verdade, toda a verdade.

Eu acredito nisso.

É assim que tenho agido em toda a minha vida. Vou me empenhar ao máximo para ajudar a esclarecer tudo em mais esse episódio. É muito importante que o PT, que nós, do Partido dos Trabalhadores, a Polícia Federal, o Ministério Público, a CPI e a Justiça Eleitoral se empenhem, com toda a nossa colaboração, para apurar os fatos. Que fatos e informações tão graves eles revelam?

Acho que José Serra e Geraldo Alckmin também devem ser os primeiros a colaborar para a revelação completa da verdade. Isso também vale para todos nós do PT, para o Presidente Lula, para o Senador Aloizio Mercadante e para mim próprio. Todas as pessoas no Brasil, todos nós, o povo brasileiro quer a verdade.

É com ética, com seriedade, com honestidade e com a verdade que, um dia, vamos mudar a sofrida vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, quando aqui houve a votação da sistemática de procedimentos de registro de arrecadação de recursos e das despesas de nossas campanhas eleitorais, defendi, assim como a Senadora Patrícia Saboya Gomes, no dia em que votamos essa matéria, que pudéssemos ter a transparência, em tempo real, tanto das fontes de arrecadação como das despesas de nossas campanhas. O Deputado Chico Alencar, quando era nosso companheiro, apresentou essa idéia como sugestão à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Consistentemente com aquela minha posição, que infelizmente não prevaleceu, resolvi tornar transparente, mesmo antes de 1º de outubro, toda a arrecadação, as respectivas fontes e despesas.

E, Sr. Presidente, qualquer eleitor, qualquer pessoa, poderá acessar o meu site, que é www.suplicy131.com.br. Vou repetir e peço à TV Senado que mostre corretamente para os nossos telespectadores, porque tenho um site do Senado, mas, para efeito da campanha eleitoral, tenho um site específico, de responsabilidade da Glória Di Mônaco, contratada com a responsabilidade pela minha campanha. A despesa

para ter esse *site*, que é da ordem de pouco mais de R\$30 mil, também está devidamente registrada junto à Navigators, cuja diretora responsável é a Glória Di Monaco. Então, www.suplicy131.com.br e ali poderão as pessoas analisar todas as receitas e despesas da minha campanha eleitoral, as respectivas fontes. E gostaria até de registrar que eu me sinto honrado de ter entre as pessoas que contribuíram quatro dos maiores juristas brasileiros, como Celso Antonio Bandeira de Mello, Fábio Konder Comparato, Godofredo da Silva Telles e Dalmo de Abreu Dallari, com contribuições que cada um poderá ver ali. Há também contribuições de algumas instituições, inclusive financeiras, de empresas brasileiras. Com cada pessoa com que dialoguei eu disse: "O senhor (ou a senhora) está dando uma contribuição para que eu, no Senado, possa defender o interesse público, nunca qualquer interesse de grupo privado, de grupo econômico". E as pessoas disseram: "Exatamente por isso, então, quero dar uma contribuição". E assim o fizeram. Fiz questão de que isso fosse registrado a fim de que se tornasse transparente, no tempo da eleição. Era esse o registro que gostaria de fazer.

Ainda quero fazer uma recomendação ao meu querido amigo que tanto quero ver eleito novamente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua Excelência, na última segunda-feira, ao dar uma entrevista à jornalista Mônica Bergamo, mencionou que não recomenda o sistema de reeleição. Prefere que ele não exista mais. Mas agora se sentiu na responsabilidade de ser candidato novamente a fim de assegurar que o Partido dos Trabalhadores continuasse no Governo, na Presidência.

Faço, aqui, uma recomendação. Levando em conta que o Presidente tem a consciência crítica de que quem está no âmbito da Presidência tem mais vantagens na disputa eleitoral, considerando esse aspecto, a minha recomendação ao Presidente é que ele aceite, ainda nos próximos dez dias de campanha, participar de debates pelos meios de comunicação – quem sabe até reunindo todos os meios de comunicação –, uma vez que outros que o haviam convidado não contaram com a presença de Sua Excelência.

A minha recomendação é que ele aceite, ainda no primeiro turno, o debate, dando um exemplo fortíssimo que levaria, inclusive, o candidato José Serra a aceitar participar de um debate com os candidatos Aloizio Mercadante, Orestes Quércia, Plínio de Arruda Sampaio e outros.

Portanto, eu tenho a convicção...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – ...de que os candidatos Geraldo Alckmin, Heloísa Helena, Cristovam Buarque e os demais tratariam com o maior respeito o Presidente Lula, e ele seria engrandecido perante o povo brasileiro se resolvesse aceitar este conselho que espero chegue ao Conselho Político da campanha.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Almeida Lima.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria apenas de aproveitar este momento histórico para mostrar ao Brasil que o povo é sábio, soberano e consciente. Felizmente, ainda existem petistas que podem ser aplaudidos neste plenário, como o foi o Senador Eduardo Suplicy. Eu me congratulo com o Senador Suplicy por passar ao largo de todo esse mar de lama em que seu Partido está metido. Se o Presidente Lula tivesse ouvido S. Ex^a e o compositor Chico Buarque de Holanda, que o aconselharam a criar aquele Ministério, certamente estaria livre dos problemas que enfrenta hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Como anteriormente anunciado, tem a palavra o Senador Almeida Lima.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, povo brasileiro, a jornalista Eliane Cantanhêde, colunista da **Folha** em Brasília e comentarista do telejornal SBT Brasil, da Rede SBT, escreve o seguinte artigo, colhido há poucos instantes na Internet, que faço questão de ler neste instante:

Lula escala "culpado"

O governo recorreu a uma estratégia óbvia e que não é nenhuma novidade: tirou do Planalto e jogou para o PT a culpa pela compra de um dossiê contra tucanos pela bagatela de R\$1,7 milhão. Lula mantém o poder, mas transforma o PT na sua Geni.

Mantém-se, assim, o mesmo script de todos os escândalos que têm aparecido no atual governo, e que não são poucos: o Planalto leva um susto, Lula fica indignado, um Ministro é escalado para falar em "armação",

Márcio Thomaz Bastos entra em ação para reduzir danos e a culpa acaba sempre nas costas do partido.

No final, Lula vai amontoando cadáveres: José Dirceu, Antonio Palocci, Jose Genoíno, Waldomiro Diniz, Delúbio Soares, Silvio Pereira, aos quais vêm se somar, agora, Freud Godoy que trabalha há 16 anos com Lula e com o PT, tem gabinete no Palácio do Planalto e função na campanha da reeleição, e Jorge Lorenzetti, petista desde criancinha e também linha de frente do comitê.

Prossegue a jornalista:

A diferença entre Freud e Lorenzetti é justamente o gabinete. Então, Lula, Tarso Genro, Mercadante, Ricardo Berzoini e todos os lulistas criam a tese de que Freud, na verdade, não teve nada a ver. Foi um pequeno equívoco. Quem estava metido com a compra do dossiê era mesmo o Lorenzetti. Porque um, Freud, é Lula, de Lula, de dentro do Planalto. E o outro, Lorenzetti, é PT, do PT e fora do Planalto. Então, pau no Lorenzetti e pau no PT.

Encontrado o culpado de plantão, agora é rezar para não ter que encontrar os chefes. Porque, senão, coitado do Berzoini, ou coitado do Gilberto Carvalho, secretário particular de Lula e, em tese, chefe direto de Freud no Planalto. A cabeça de um dos dois, ou dos dois, terá que ser dada de bandeja para salvar a pele do chefe Lula.

Completado o círculo, é só manter a mesma ladainha do complô das elites: da oposição, da imprensa, dos ricos. Só não dá para citar a Febraban, que essa não acha nada demais na compra de dossiês contra adversários, desde que os lucros bancários continuem como estão – na estratosfera.

É assim que a eleição passa, as pesquisas vão confirmando o favoritismo de Lula já no primeiro turno e nada muda. Só tem um detalhe. Essa história toda não acaba em primeiro de outubro e, se Lula vencer, já vai começar o segundo mandato com a classe média de cara virada, formadores de opinião enojados e um monte de cadáveres que, na verdade, não são cadáveres. São mortos-vivos. E estes sempre aparecem. Para assombrar.

Ora, senhor presidente,

Até quando esse povo vai brincar com a gente. É muita cara de pau. É muito fingimento. Vamos tirar a máscara desse povo.

Sinceramente, ninguém agüenta mais isso. Sempre a mesma conversa de que Lula não viu nada, não sabe de nada. Estão brincando com as nossas consciências. Vamos dar um basta nisso!

Chega de hipocrisia!

Essa história de vir falar da Polícia Federal dos outros Governos não vem ao caso. É uma matéria que não está na ordem do dia, em pauta. Quando digo isso, digo com muita tranquilidade, porque nunca pertenci a governo algum. Sempre estive na Oposição, embora não seja profissional de Oposição. Desejo chegar ao Governo, mas não para fazer dele um instrumento de barganhas ilícitas como este está fazendo. Portanto, posso muito bem falar. Tenho autoridade moral para tanto.

Eles não têm nada que falar da Polícia Federal de outros Governos. Aliás, é bom que se frise, a deste Governo, como disse a Senadora Ideli Salvatti há poucos instantes, não vem cumprindo a sua obrigação coisíssima nenhuma! O comportamento da Polícia Federal e do Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, são completamente diferentes. Quando falo da Polícia Federal, não falo dos seus quadros; falo exatamente dos agentes que têm o comando da Polícia Federal e que integram este Governo, pois quando determinados fatos, investigações, apurações não são controladas pelos escalões superiores, vêm a público e, depois, não há condição de segurar. Mas aquelas que podem ser seguradas são seguradas, a exemplo das imagens, das fotografias desse episódio que não vieram a público. E não venha o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos afirmar que a Polícia Federal, no Governo de Lula da Silva, tem se comportado dessa forma, porque não é dessa forma que se tem comportado.

Quanta hipocrisia! Quantos e quantos escândalos neste País vimos a televisão mostrar quase que diariamente! A prisão de políticos. Políticos algemados. Aqueles que declararam à Polícia Federal que vão se apresentar saem de um Estado distante de helicóptero, de avião, para irem se entregar em São Paulo, e, quando o helicóptero encosta, está ali a rede de televisão para filmar aquele político ou filho de político que vêm deliberadamente se apresentar; e ali vai para a televisão.

Portanto, o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos mentiu. E essa é uma postura de hipocrisia – e é preciso que se diga com todas as letras. S. Ex^a, no dia de ontem, Sr. Presidente, assumiu os canais de televisão para dizer que as imagens e fotografias do R\$1,7 milhão não foram mostradas porque se trata de um comportamento da Polícia Federal, que, neste Governo, não faz as coisas de forma espalhafatosa,

não procura transformar determinados episódios em fatos políticos.

Isso é mentira, isso é hipocrisia, isso não é verdade! Em quantos episódios, neste País, essa mesma Polícia Federal – não os seus quadros, pois, quando me refiro a essa instituição, não estou fazendo referência aos seus delegados ou aos seus agentes, mas ao Governo, que tem o poder de mando e de controle – age dessa forma quando deseja, porque não pode mostrar?

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, Senador Almeida Lima, interromper o seu discurso, mas eu até havia me inscrito hoje para falar sobre esse assunto. Permita-me roubar um minuto do seu pronunciamento. A jornalista Denise Rothenburg dá uma nota à “Questão de Ângulo” de que haveria alguma influência minha sobre a Polícia Federal, o que teria precipitado a prisão dos dois que estavam no hotel com o dinheiro. Seria glória para mim se esse fato fosse verdade.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu diria o mesmo, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Entretanto, Sr. Presidente, eu seria um policial fora de forma ao não permitir que se completasse a operação com a prisão em flagrante quando da entrega do dinheiro. Eu nunca diria “prenda já” para explodir a operação antes que se tomasse conhecimento de que havia gente do Governo envolvida. Ontem, com todo o respeito que tenho pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, que é meu amigo de São Paulo, assustei-me quando S. Ex^a foi à televisão – e eu estava na Conferência da Interpol com S. Ex^a – e disse: “Não vamos gerar a imagem do dinheiro para não servir de instrumento político à Oposição”. Então, S. Ex^a está intervindo no processo. Foi o questionamento que me fiz e assustei-me, notadamente pela formação jurídica que S. Ex^a tem. Desse modo, há realmente intervenção, porque o delegado que preside o inquérito – e V. Ex^a, como jurista, sabe – é a autoridade competente, no processo penal, para decidir o que se deve ou não fazer no inquérito. Se quiser, que avoque para nova distribuição. Mas intervir diretamente é assustador. Conheço a Polícia Federal e afirmo que não há nenhuma mudança entre os Governos anteriores e este. Há, sim, evolução tecnológica, o que é natural, porque, desde a época em que lá estava, tornou-se praxe a realização de cursos no exterior, formação profissional, a inteligência como objetivo principal, a compra de equipamento. Enfim, ela vem evoluindo,

o que é natural em uma estrutura policial que, tendo nascido ruim na época de Getúlio Vargas, pois era só do Distrito Federal, ao se tornar nacional, começou a procurar a sua evolução institucional, com a criação da academia, com a formação profissional, com a ida de centenas de policiais ao exterior a fim de fazerem cursos – eu mesmo autorizei a irem ao exterior – de especialização, de investigação, de infiltração, com o uso, por exemplo, do grampo telefônico, instrumento que a nossa legislação permite, desde que com a autorização judicial – contribuição que o Congresso tem dado. Então, não adianta dizer que é a polícia de fulano ou de beltrano; a polícia é do povo brasileiro, é nacional, e, portanto, tem obrigação e não crédito. Ela pode sofrer o débito por falhas no seu comportamento, mas tem tido sucesso porque está cumprindo com a sua obrigação legal. Agora, várias operações foram feitas, de vulto, com a cobertura da televisão e das rádios, algemando parlamentares e tudo isso sem nenhuma restrição de qualquer autoridade de comando. Não se podem repetir fatos passados dessa administração, com televisão e tudo, inclusive de dinheiro. Quer dizer, são as culpas...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, só para somar ao que V. Ex^a diz. Naqueles casos, naqueles fatos, quando há esse espalhafato noticioso, o Ministro da Justiça disse que não poderia intervir, que isso era natural. Agora, entretanto, ele intervém. Veja que V. Ex^a tem toda razão. A hipocrisia está presente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pura hipocrisia.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O que me assusta é ter assumido que interveio. Ele deixou claro que não permitiria a geração da imagem do dinheiro. Pelo menos, eu ouvi isso. Não sei se estou ficando fora de órbita. Quero homenagear a Polícia Federal pelo amor que lhe tenho e pela ética que o seu Diretor-Geral tem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Vi e ouvi.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Ele me disse claramente que nunca permitiria qualquer tipo de intervenção na atividade-fim da Polícia Federal, que é prestar serviço ao povo brasileiro. A Interpol está reunida no Rio de Janeiro; em evento a cuja abertura compareci, porque tenho essa vocação policial que não sai do meu sangue nem com a idade, Senador Almeida Lima, e lá ficou claro que o Brasil tem um papel importantíssimo nessa atividade internacional. Essa troca de informações, essa ida permanente ao exterior para a realização de cursos, enfim, tudo isso colabora com a eficiência e a definição de uma atividade mais

responsável e que deve, sem dúvida alguma, passar para as polícias estaduais. Agora, intervir é destruir toda a infra-estrutura que se formou para bem servir e garantir os direitos da sociedade. Desculpe-me, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e o contra-aparte do Senador César Borges. Devo dizer que vou incorporá-los todos ao meu pronunciamento, visto que muito me honram. Permite-me apenas discordar de uma colocação que V. Ex^a fez, Senador Romeu Tuma. Aliás, não se trata nem de discordância, mas é que o perfil de V. Ex^a é – quem sabe – até mais elevado do que o meu, quando fala de sua estranheza em ver o Ministro se comportar dessa forma. Devo dizer que, para mim, não é mais desde muito tempo. Há muito digo que S. Ex^a não merece mais minha credibilidade – já o fiz da tribuna desta Casa em outra ocasião. Porque, como todo o Brasil sabe, não se trata de um Ministro de Estado da Justiça. Trata-se, na verdade, de um advogado criminal do Palácio do Planalto, de um advogado criminal de todos esses que estão a cometer crimes na esfera do Poder Executivo brasileiro, o que é lamentável.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Almeida Lima, e nós que pensávamos que Lorenzetti fosse apenas aquela ducha que se usa no banheiro das nossas casas para esfriar ou para esquentar a água. Mas eu queria apartear V. Ex^a, jurista que é – e fez citações aí –, sobre o vazio pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Aliás, como tudo do PT, as verdades são só pela metade. Queria até convidá-la a vir a plenário porque vamos discutir o seu pronunciamento ponto por ponto. Queria até pedir permissão a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Fique à vontade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ela citou a Constituição, só que tem de fazê-lo sem desrespeitá-la. O cidadão exerce o mandato em nome do povo brasileiro, mas não pode desonrá-lo no seu exercício. Como ela não é obrigada a ser constitucionalista, nem eu – V. Ex^a é que o é –, estou mandando para o gabinete, com um cartão meu, um exemplar da Constituição. Sempre é bom ter ao lado para que, quando citar o artigo, cite aqui também o Capítulo VII, Seção I, Art. 37. Senadora Ideli Salvatti, a senhora receberá

um exemplar da Constituição para não citá-la mais à toa, apenas no que lhe interessa. O Art. 37 diz: “A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:” E segue uma série de itens. De forma que a Senadora Ideli Salvatti, para exercer a função de Senadora da República, que lhe foi conferida pelo povo, tem de obedecer às regras da Constituição que citou. O Presidente da República está também obrigado a obedecer a esta Constituição. O que está se querendo na realidade, o que o PT quer é rasgá-la. Ora, querer que não se cumpra a lei no Brasil virou piada, meu caro Senador Almeida Lima. De modo que queria apenas fazer esse registro. Vou fazer chegar às mãos dela essa Constituição, para que, tendo ao seu lado, ela não cometa impropriedades como cometeu agora, quando o Brasil todo ouve a sua interpretação, evidentemente favorável e em defesa dos criminosos que, a toda hora, são descobertos no Governo a que ela pertence. Aliás, eu pensei que ela viesse à tribuna explicar a ONG de Santa Catarina e o Lorenzetti ligado a ela. Pensei que ela viesse à tribuna pedir desculpas ao povo brasileiro pelo fato de seus companheiros estarem envolvidos nisso. Falarei a seguir. Muito obrigado.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, permitindo-me acrescer que não devemos esquecer que ela, assim como o Presidente da República e todos nós, assumimos o solene compromisso de cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil. Isso é extremamente importante.

Ora, nós não podemos conviver com esse tipo de situação. Sempre que há um fato, vamos nos reportar aos Governos anteriores e a outros fatos, como seesses legitimassem a bandalheira que se pratica hoje? Quando se fala em CPI, vem uma referência às CPIs de São Paulo. O que nos interessam as CPIs de São Paulo? Interessam à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e aos Deputados Estaduais de São Paulo. Dizer que aqui tem havido um comportamento diferente do adotado em São Paulo? O que podemos dizer com isso, Senador César Borges?

O Brasil todo sabe e vai se recordar que, em 2004, quando desejávamos abrir, aqui neste Senado, a CPI dos Bingos, não só o PT, como toda a Base de sustentação, negou, e a Mesa, mesmo com maioria suficiente, presidida pelo Senador José Sarney, indeferiu

o encaminhamento de instalação daquela Comissão Parlamentar de Inquérito. E foi necessário exatamente um mandado de segurança proposto, salvo engano, pelo Senador Jefferson Péres e pelo Senador José Agripino, Líder do PFL, ao Supremo Tribunal Federal, para que o Supremo pudesse determinar a instalação daquela Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque, pela vontade do Presidente Lula e pela vontade da própria Senadora Ideli Salvatti, aquela CPI não teria sido instalada.

E, agora, vem à tribuna, como se os demais fossem tolos, bobos, como se o povo brasileiro não tivesse memória, falar de CPIs e de outros Estados. O que é preciso, Sr. Presidente, é a apuração dos fatos; o que é preciso é vir dizer onde foram buscar esse dinheiro. Não estamos precisando, neste momento, de palavras de juristas, nacionais e de renome, que mais parecem ou transpiram parecer ser uma tentativa de amordaçar o trabalho, a opinião, a palavra, de uma autoridade constituída da magnitude do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio Mello. Admoestações ao Ministro? O que eu ouvi aqui do nobre Senador Eduardo Suplicy, pela leitura de uma palavra do jurista Dalmo Dallari, é admoestação ao Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, como se S. Ex^a, o Ministro, não tivesse se comportado com dignidade no exercício de suas funções.

Quem mais do que o Ministro Marco Aurélio Mello tem-se comportado com dignidade? Quem mais no exercício da Magistratura? Dispensáveis, portanto, as palavras do nobre jurista que, para mim, soam mais como admoestação, como mais uma tentativa de frear a atitude e a atividade do Judiciário, que, aí sim, precisa, cada vez mais, ser cobrada, exigida. Como instituição, já deveria ter tomado providências mais sérias, mais firmes. Não apenas o Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, mas todo o corpo judiciário deste País.

Portanto, Sr. Presidente, concluo minhas palavras, afirmando que não adianta o Palácio do Planalto tentar dar uma de caça às bruxas e nomear culpados. O que é preciso fazer neste momento, diante da suspeição de parcialidade de S. Ex^a o Ministro da Justiça, é que o Tribunal Superior Eleitoral avoque para si toda a investigação desse episódio, valendo-se, sob a sua direção judiciária, dos instrumentos de investigação que o Estado brasileiro possui, inclusive a Polícia Federal, mas não sob as ordens, orientações e comando do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que, neste instante, a meu ver,

de acordo com a minha consciência, não reúne condições para, enquanto Ministro de Estado, exercer tal função e tal comando nessa investigação.

A suspeição de parcialidade de S. Ex^a está mais do que caracterizada. Portanto, S. Ex^a não pode assumir a administração, o comando, a diretriz, a direção de uma investigação de tamanha magnitude.

Em outros países, houve histórias idênticas. Vimos presidentes renunciarem para não sofrerem *impeachment*. Não se esqueçam do *watergate*, que se tratou de uma espionagem não em um departamento de governo, mas na sede de um partido político.

Aqui, só nesta semana, presenciamos este episódio do dossiê, e o mais grave: a espionagem; não na sede de um partido político, mas na sede, no gabinete e no telefone da autoridade jurídica superior eleitoral deste País quinze dias antes das eleições gerais. E não estamos vendo nenhuma tomada de decisão a respeito, nenhuma providência à altura para dar um basta em tudo isso e poder-se estabelecer a legitimidade do pleito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por cessão do Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a verdade é que o País está estarrecido com tudo o que tem vivenciado neste malfadado Governo do Partido dos Trabalhadores.

O Presidente Lula assumiu o Governo com uma proposta de modificar, no País, as práticas políticas, criticando as práticas do Governo passado e dizendo que empunhava a bandeira da moralidade, a bandeira da ética, enfim, dos princípios republicanos no trato da coisa pública. Ganhou a confiança de 53 milhões de brasileiros, que depositaram seu voto nele. O povo brasileiro deu ao Presidente Lula um crédito de confiança: ouviu, aceitou e acatou a proposta do PT de forma democrática, justa. Não houve nenhuma tentativa golpista de se desestabilizar o Governo. Ao contrário, Senador Sibá Machado, vi aqui membros do meu Partido dando apoio ao Governo do Presidente Lula, apoiando a aprovação inclusive da reforma da Previdência, aquela minirreforma, tímida reforma que foi feita e que, se não houvesse alguns votos da Opo-

sição, não teria seria aprovada. Quer dizer, a própria Oposição predispos-se a ajudar o novo Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o que não esperávamos, o que lamentamos profundamente é que, decorridos menos de dois anos, os escândalos começassem a espocar. Primeiro, o caso do Waldo-miro Diniz, que também não foi demitido. Começou por ali, pediu demissão. Negou-se tudo e abafou-se o caso pela força da maioria em determinado momento. Vencida a maioria pela consciência dos Parlamentares, abafou-se pela Mesa. A Mesa não permitiu a instalação da CPMI dos Bingos, e aqui disse muito bem o Senador Almeida Lima: foi preciso recorrer-se à Justiça, ao Supremo Tribunal Federal para se instalar a CPMI. E os escândalos se sucederam.

Depois, houve o problema dos Correios. Mais uma vez, o Presidente da República, a Senadora Ideli Salvatti e tantos membros do Partido dos Trabalhadores foram contra. Ela não respondeu, mas respondeu agora por ela. O Senador Sibá Machado, que está aqui, era contra a CPMI dos Correios. Foram vencidos. Vencidos por quê? Porque eles chegaram à conclusão de que deveria haver uma CPMI? Não. Foram vencidos porque houve uma fala pública do ex-Deputado Roberto Jefferson, dizendo que havia, sim, um esquema, o que assombrou todo o País. E aí a CPMI foi instalada.

Tentaram abafar o caso elegendo uma Comissão Diretora, composta de um membro do PT, Senador Delcídio Amaral, hoje candidato ao Governo do PT no Mato Grosso, e do PMDB, o Deputado Osmar Serraglio. O Governo queria abafar tudo, e nós, depois, verificamos os escândalos sucessivos: a primeira negativa pública do Delúbio Soares, respaldado pela direção do PT, pelo Deputado José Genoíno; depois apareceram os empréstimos, o Marcos Valério e outro fatos. A própria Mesa Diretora e o Relator da Comissão não puderam fazer o que o Governo desejava. A partir daí, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios elaborou um relato, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que apontava o mensalão, seus autores e indicava ao Ministério Público os que deveriam ser indiciados.

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador-Geral da Justiça, indiciou nada menos do que 40 pessoas, revelando muito bem que ali havia uma organização criminosa. Ora, meu Deus! Isso dentro do Governo Federal, em que estavam envolvidos membros do Partido dos Trabalhadores, pessoas do calibre do capitão do time.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, hoje, na Bahia, veicula-se uma propaganda do PT em que aparece o time do Presidente Lula. Apresentam os deputados federais que o apóiam. Por que não apresentam o capitão do time, José Dirceu? Por que não apresentam José Genoíno? Por que não apresentam Delúbio Soares? Por que não apresentam o Silvio Pereira, aquele do *Land rover*, e assim por diante?

Todos eles, paulatinamente, pediram exoneração de seus cargos, nunca demitidos. Saíram do Governo sempre com elogios e agradecimentos do Presidente Lula. Os escândalos vão se sucedendo. Há uma cartilha de R\$11 milhões para tecer elogios sobre a atuação do Governo Federal. Ninguém sabe como essas cartilhas foram feitas. A desculpa para encobrir, talvez, o desvio de recursos públicos foi colocar-se a culpa no PT, que virou realmente a “Geni” do Governo do Presidente Lula. As cartilhas foram entregues ao PT porque este faria a distribuição. Pelo amor de Deus! É inaceitável, Sr. Presidente! É uma promiscuidade entre Governo e Partido, entre sindicatos, com a CUT, com a UNE, todos municiados financeiramente com recursos federais!

Estamos vivendo um momento extremamente grave na República Brasileira. Sobe uma defensora do PT e diz: “Não. O Presidente está popular. As pesquisas indicam que vai ganhar a eleição”. E daí? Se o Presidente ganhar a eleição e estiver popular, devemos rasgar as constituições? Devemos jogar fora a moral, a ética? Tudo é permitido porque o Presidente está popular? Ora, vamos ter um pouco, um mínimo de consciência política, de honestidade intelectual. Não podemos aceitar isso, Sr. Presidente. A cada dia um novo escândalo, agora há mais um, em uma tentativa insidiosa de destruir candidaturas, reconhecida até pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, por meio de dossiê falso. De onde saíram os recursos para pagar esse dossiê? De onde veio o valor de R\$1,7 milhão, Senador Sibá Machado? Dos sindicatos? Dos Ministérios? Será que foi de Marcos Valério? Marcos Valério depositou dinheiro na conta do Sr. Freud Godoy. Não sei se V. Ex^a sabia desse depósito, mas ele existe. O Sr. Freud Godoy tem uma empresa de segurança em nome da esposa dele, Senador Romeu Tuma, trabalhando para a CUT e para o PT! Pelo amor de Deus! Se é popular, o Presidente não precisa ser digno!? Se é popular, o Presidente pode ser imoral?! Se é popular, o Presidente pode malversar os recursos públicos!? Aonde vamos chegar?

Eu já vim a esta tribuna dizer do meu receio com o futuro do País, numa eventual vitória do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula, que não se desassociam. O Presidente Lula e o PT são a mesma coisa. O Presidente Lula coloca a culpa no PT, porque sabe que o PT tem, por dever de ofício, aceitá-la, para livrar a cara do Presidente Lula, que mantém o poder. Mantendo o poder, o Presidente vai continuar com essas práticas.

Agora, com esse novo escândalo, cada vez mais, comprova-se o envolvimento íntimo proveniente do Planalto, não da casa de alguém do PT. Não é o Presidente Berzoini, que já deu três versões para o fato. O coordenador da campanha do Presidente já deu a versão e revelou que sabia do fato. Já há a terceira versão, Senador Romeu Tuma, que, com muita propriedade, preside esta Casa nesta hora. Terceira versão!

Não é apenas isso, mas é também o auxiliar, amigo íntimo do Presidente, que cuida dos seus negócios, que assiste a seus filhos, que cuida de sua vida pessoal, que é fotografado com ele, usando traje informal, caminhando lado a lado, em diversas fotografias. Refiro-me ao Sr. Freud Godoy, que lhe disse: "Durma tranqüilo, Presidente". Por que disse isso? Porque, provavelmente, alguém assumirá a culpa em lugar do Presidente, como dizendo "nada chega ao Presidente Lula!".

Assim, fica a Nação brasileira à mercê dessas ações, e o Partido dos Trabalhadores com duas linhas deploráveis de raciocínio: a primeira é simplesmente dizer sempre que o Presidente Lula não sabia de nada; o Presidente Lula não sabe de nada; o Presidente Lula não vê nada. Ora, meu Deus! No Palácio do Planalto, auxiliar da sua inteira confiança, amigo íntimo de décadas, que trabalhou em todas as suas campanhas! Ora, temos amigos assim, com os quais trocamos idéias. E esse era um amigo íntimo dele, assim como José Dirceu,

E a linha de raciocínio é: "O Presidente Lula não sabe de nada". Então, ele não pode governar um País da complexidade do Brasil. Não pode governar um País que quer se ver livre de corrupção, do uso indevido da máquina governamental para favorecer partido político.

E o outro raciocínio, Senador Tuma, é: "Todos fazem". É como naquela entrevista dada em Paris: "Todos fazem". Então, vamos banalizar a ilegalidade, a corrupção. É o que fez aqui, agora, a Senadora Ideli Salvatti, dizendo que, com relação à CPI, em São Paulo

não se deixou implantar. Então, aqui também, qual é o problema? Vamos nivelar. S. Ex^a pensa que esse é o raciocínio que justifica ela, o seu Partido e o Presidente da República terem sido contra as CPIs.

Nesse último escândalo, toda a Nação está comentando e, particularmente, a mídia está noticiando à larga, fazendo uma cobertura enorme sobre o assunto. Hoje, todos os jornais noticiam na primeira página que o Presidente Lula diz o seguinte: "Oposição quer melar o jogo". Os culpados desses atos somos nós! O culpado da ilegalidade, da criminalidade dentro do Governo é a Oposição, porque queremos "melar o jogo"! Pelo amor de Deus! É pedir um pouco ao povo brasileiro que raciocine. Vamos raciocinar. Esses fatos estão aí. Foi a Polícia Federal, que tem que ser republicana, mas não cumpriu inteiramente seu papel, porque as fotos deveriam estar publicadas, porque só assim o povo entende claramente. Quando o assalariado vê aquele monte de dinheiro, cédulas de 50 e de 100 dólares, a rodo, é que ele entende.

Aí o Ministro Márcio Thomaz Bastos logo passou a ser legalista: "Não! Nós não permitiremos!" Paciência... Hipocrisia, muita hipocrisia.

E o Presidente Lula diz que nós queremos "melar o jogo". Fizemos alguma coisa para que acontecesse compra de dossiê, Senador Romeu Tuma? O que tem a Oposição com isso? Estamos aqui cumprindo o nosso papel de denunciar, de repercutir na Casa do povo o que está acontecendo. A grande imprensa está fazendo isso, mas nem todos têm acesso ao **Globo**, ao **Estado de S. Paulo**, à **Folha de S. Paulo**, ao **Jornal do Brasil**, ao **Correio Braziliense** ao **Valor Econômico**, todos estão noticiando. Então, é nosso papel vir aqui falar, para quem nos ouve, a população brasileira, do perigo que corre este País, até de uma ditadura, porque há um Presidente que quer fechar o Congresso, um Presidente que disse que não liga para o que se diz aqui desta tribuna, nem da Câmara dos Deputados. Para ele pouco importa. E que, por meio de uma procura de fidelização do voto dos mais humildes, num populismo barato, inaceitável para os tempos modernos, um populismo "à la Chávez", quer se perpetuar no poder, porque o projeto desse Governo é manter o poder.

Agora, vejam bem: será que nós, Oposição, estamos manipulando os escritos dos articulistas mais respeitados do País, de uma Dora Kramer, de uma Eliane Catanhede, de um Clóvis Rossi, para citar alguns de tantos que estão escrevendo a cada dia sobre isso? De

Merval Pereira? Vejam o que Merval Pereira diz em seu artigo “Sinais de Lula”, Sr. Presidente e aqueles que nos ouvem. Observem que todos esses articulistas, há quatro anos, tinham sinceras esperanças de que o País mudaria para melhor com o governo do PT, o governo do Presidente Lula. E todos reconhecem, sem exceção – fora aqueles pelegos que estão, manipulados, recebendo recursos e aqueles falsos filósofos ou falsas filósofas a serviço do PT –, mas, felizmente, a grande imprensa tem até essa capacidade de autocritica, de ver: “Confiamos, demos um voto de confiança...”, porque, afinal de contas, foram 53 milhões de brasileiros! Eu não votei em Lula, mas tenho amigos que votaram, e a decepção é muito grande.

Ouçam o que diz Merval Pereira em “Sinais de Lula”. Com isso, estou respondendo à Senadora Ideli Salvatti, porque S. Ex^a usou como linha de raciocínio do seu discurso exatamente o que está aqui sendo destruído por Merval Pereira. Ele diz:

A tese de que não interessava a Lula criar nenhum tipo de tumulto estando com a eleição praticamente ganha no primeiro turno – o que nova pesquisa do Datafolha confirmou ontem – não exime o presidente de culpa, pelo menos indireta, no caso da compra de um suposto dossiê contra os candidatos tucanos. Supondo que Lula não tenha sido informado da operação, mesmo com tanta gente ligada a ele diretamente envolvida, é o responsável pelo clima de leniência que envolve, desde o primeiro momento, os autores dos crimes, eleitorais e comuns, que vêm sendo cometidos nas cercanias do Palácio do Planalto.

Quem está dizendo isso não é o Senador pela Bahia César Borges, do PFL. Eu acabei de ler o que diz Merval Pereira no jornal **O Globo**, de 20 de setembro de 2006.

E mais, Sr. Presidente:

Desde quando, na famosa e estranha entrevista que concedeu na Embaixada do Brasil em Paris, o presidente Lula justificou o dinheiro que circulou do PT para os partidos aliados como sendo de caixa dois de campanha eleitoral, “o que se faz tradicionalmente no Brasil”, ele acendeu o sinal verde não apenas para os que participaram das operações de caixa dois, que aconteceram, como também dos outros tipos de transações que comprovadamente ocorreram, como o mensalão.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez o Presidente...

(Interrupção do som)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...desonra aqueles que dizem que o fundamental é a sinceridade, o reconhecimento do erro e a sua correção. Se não houver esse **animus** da sinceridade, da crítica sincera, da autocrítica que todos aqueles que militaram numa esquerda utópica, mas idealista, sabem do que se trata, desde que seja uma autocritica sincera, não há salvação.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador, permite-me um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não há salvação. Vamos continuar nesse mesmo mar de lama. E, se as eleições vierem a favorecer o Presidente Lula, fico entristecido. Lamento, porque sei que o nosso País vai sofrer mais escândalos perante os seus concidadãos e perante a comunidade internacional, como está acontecendo hoje.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador César Borges, sei que o meu aparte vai causar muita indignação ao povo brasileiro neste momento. Vasculhando os *e-mails* que recebemos e a Internet, deparo-me aqui com o endereço <http://contasabertas.uol.com.br>: “ONG ligada a Lorenzetti recebeu R\$18,5 milhões do Governo Federal”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quem é Lorenzetti, Senador?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Lorenzetti, o churrasqueiro do Planalto, exatamente um dos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É o churrasqueiro do Planalto?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Aponta o Siafi o número, o convênio, o cadastro, a consulta do convênio, conveniente: Fundação Interuniversitária de Estudo e Pesquisa. E diz a matéria: “A ONG Unitrabalho, que tem como colaborador Jorge Lorenzetti, acusado de estar envolvido na compra do dossiê para incriminar tucanos, recebeu R\$18,5 milhões da União desde o inicio do governo petista até setembro deste ano. Coincidência ou não...”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Qual é o nome da ONG, Senador?

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Unitraba-
lho.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Será que daí saíram R\$1,7 milhão? De R\$18 milhões, R\$1,7 milhão significa 10%.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – E diz: “Coincidência ou não, desse dinheiro, R\$4,1 milhões foram pagos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) na última quinta-feira (15/9), um dia antes de Gedimar Pereira Passos e Valdebran Padilha serem presos portando R\$1,7 milhão. Este ano, a Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho) recebeu R\$ 4,4 milhões dos cofres federais, dos quais mais de 90% foram pagos na semana passada”. E a matéria prossegue. Ou seja, vejam os senhores e o povo brasileiro quem está recebendo dinheiro deste Governo e para o que está recebendo. Vejam o perfil, o cadastro, a vida pregressa, os atos, as ações dessa camarilha. É o que eu disse na tribuna na tarde de ontem, Senador César Borges: existe o dinheiro que sai “pela via oficial” – entre aspas –, a exemplo dessa, que se investigarmos saberemos aonde chega, e existe o dinheiro saído pela via oficial, como os mais de R\$10 milhões das cartilhas em que o TCU conseguiu colocar as mãos, identificando a ilegalidade; e existe o dinheiro que é pego nas cuecas, nas malas e malotes. Veja que Governo é este e em que País nos encontramos! Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Acatando o seu aparte, faço uma contribuição a ele com uma matéria de **O Globo**, de hoje: “Jorge Lorenzetti é petista, já foi dirigente da CUT...

(Interrupção do som)

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador César Borges, cometi uma injustiça. Não vou citar o nome, mas quero agradecer ao colaborador, um cidadão brasileiro que me encaminhou essa informação. Eu fui checar exatamente no site “contasabertas” e constatei isso. Portanto, quero retribuir a esse cidadão – não citarei o nome porque não estou autorizado para tanto – a grandiosa colaboração que ele prestou neste instante. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado.

Jorge Lorenzetti é petista, já foi dirigente da CUT, candidato do PT à Prefeitura de Florianópolis, ligado ao presidente do PT, Ricardo Berzoini, e ao Deputado cassado José Dirceu. Trabalhava até ontem na campanha pela reeleição de Lula, e é acusado de interme-

diar a compra de dossiê contra tucanos. Foi ele quem apresentou Freud Godoy a Gedimar Passos, preso pela Polícia Federal com R\$1,7 milhão em dinheiro vivo para a compra do dossiê. Lorenzetti fazia churrascos para Lula na Granja do Torto.

Também quero falar sobre Oswaldo Bargas, uma nova personagem:

Ex-secretário e ex-chefe de gabinete do Ministro do Trabalho no Governo Lula [que, inclusive, é candidato a Governador da Bahia, mas que aquele Estado vai rejeitar porque vai dar vitória ao Governador Paulo Souto, Jaques Wagner, que criou o programa Primeiro Emprego. Lula disse “vá, Wagner, crie duzentos e cinqüenta mil empregos por ano”. E ele criou dois: para ele, no Ministério do Trabalho, e para a filha, na GDK. Lamentavelmente.], petista, ex-dirigente da CUT, é muito ligado a Berzoini e também teria negociado a compra do dossiê. [Veja bem, Sr. Presidente!] É casado com a secretária particular de Lula no Palácio do Planalto. É coordenador do programa de governo de Lula, na campanha pela reeleição, sobre reforma trabalhista.

Ora, é a campanha do Presidente e seu alto *staff* fabricando dossiê contra partido adversário. Será que isso não é motivo de investigação, de análise e de cassação de registro pelo Tribunal Superior Eleitoral? Se não o for, nada mais o é, tudo é permitido.

Eu pedi, Sr. Presidente, a cassação de registro do PT quando aquele Partido reconheceu o caixa dois, porque reconheceu um crime; foi réu confessou o Partido dos Trabalhadores. Quem pratica um crime desse e, inclusive, confessa-o não pode continuar na cena democrática brasileira, Sr. Presidente. É esse o receio que tenho.

Espero que, nessa eleição, o povo brasileiro decida. E vamos respeitar. Não há nenhum golpista. Agora, lamentarei profundamente pelo destino da minha Pátria, desta Nação, se continuarmos desta forma: tratando as coisas públicas como se fossem coisas privadas, particulares, de forma patrimonialista e partidária.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DATA/MÊS/ANO:	EDITÔRIA:	CADERNO:	PÁGINA:
OGLOBO	20 set. 06	País	A	43

7) Naquela mesma noite, Bargas telefonou para avisar que o denunciante voltara atrás e não queria mais apresentar o material, nem dar entrevista.

Uma semana depois, a revista 'IstoÉ' publicou a entrevista em que Darci e Luiz Antonio Vedoin, os donos da Planam, acusavam Serra e Barjas Negri".

MERVAL PEREIRA

Sinais de Lula

• A tese de que não interessava a Lula criar nenhum tipo de tumulto estando com a eleição praticamente ganha no primeiro turno — o que nova pesquisa do Datafolha confirmou ontem — não exime o presidente de culpa, pelo menos indireta, no caso da compra de um suposto dossiê contra os candidatos tucanos. Supondo que Lula não tenha sido informado da operação, mesmo com tanta gente ligada diretamente a ele envolvida, é o responsável pelo clima de leniência que envolve, desde o primeiro momento, os autores dos crimes, eleitorais e comuns, que vêm sendo cometidos nas cercanias do Palácio do Planalto.

Desde quando, na famosa e estranha entrevista que concedeu na Embaixada do Brasil em Paris, o presidente Lula justificou o dinheiro que circulou do PT para os partidos aliados como sendo de caixa dois de campanha eleitoral, "o que se faz tradicionalmente no Brasil", ele acendeu um sinal verde não apenas para os que participaram das operações de caixa dois, que aconteceram, como também dos outros tipos de transações que comprovadamente ocorreram, contra o mensalão.

Lula emitiu diversos sinais de que não abandonaria "os companheiros", e disse isso em diversas ocasiões, não se vexando de reber no próprio Palácio do Planalto os petistas acusados de mensaleiros.

Além de insistir, em diversos pronunciamentos, em que não sabia se houve o mensalão — chegou mesmo a afirmar em certa ocasião que não existiu —, o presidente acobertou todos os políticos ligados àquela operação e, à medida que seu prestígio popular foi se firmando, passou a se sentir mais e mais seguro para avançar na direção de garantir a impunidade aos envolvidos no esquema.

A tal ponto que, dias antes de eclodir o mais recente e mais explosivo escândalo de seu governo até o momento, o da compra de um dossiê que supostamente conteria provas contra adversários tucanos, Lula se sentiu forte o suficiente para atrair toda a sociedade com atitudes desatadiadoras e provocantes políticos em

diversos estados do país.

Num dado momento, abraçou o ex-governador de Minas Newton Cardoso, candidato ao Senado por uma coligação branca esdrúxula com o PMDB, e chamou-o de "estadista". Em outra ocasião, foi ao Pará e beijou a mão do deputado Jader Barbalho, em tempos idos o exemplo mais acabado para o PT de político corrupto.

Na Paraíba, fez questão de abraçar o senador Ney Suassuna, acusado de estar envolvido no escândalo dos sanguessugas, e chamou-o de "leal", o que, na lógica sindicalista que rege as relações deste governo, significa mais do que "honesto" ou "competente".

Essas atitudes aparentemente extemporâneas têm uma razão política de ser: todos os envolvidos são do PMDB, partido do qual Lula dependerá num segundo governo para ter um mínimo de governabilidade. O que o presidente está fazendo é demonstrar que topa fazer qualquer tipo de jogada política, desde que conte com a "lealdade" do PMDB.

Da mesma maneira que transmite a idéia de que, com sua popularidade, enfrentará qualquer crítica da sociedade para apoiar seus "companheiros", Lula dá um sinal para dentro de suas hostes de que não devem temer represálias ou punições, pois ele estará sempre disposto a dar a mão a quem precisar, mesmo que num primeiro momento tenha que jogar cargas ao mar. No momento seguinte, todos encontrarão abrigo no seu governo, de uma maneira ou outra.

DOCUMENTO (AUQUE SEFERI)
REFERE

A lógica do jogo bruto sindicalista que predomina nas relações internas deste governo fica exposta nas figuras que agora estão envolvidas no episódio da compra do dossiê dos sanguessugas. Já na campanha de 2002, enquanto a farsa marqueteira do "Lulinha paz e amor" era montada para as aparições, não apenas pagava-se com depósitos em paraísos fiscais as contas de Duda Mendonça, como montava-se uma "equipe de guerrilha" na campanha para atacar os adversários e evitar ataques.

O grupo era formado por membros da confiança pessoal de Lula, muitos deles sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores, conforme reportagem da revista "Veja" de 2003. O hoje presidente do PT, Ricardo Berzoini, era o orientador político e, com base em pesquisas, passava as instruções sobre os alvos a atacar. O sindicalista Osvaldo Bargas, velho amigo de Lula, era a ligação entre o grupo e o candidato, levando-lhe as informações mais relevantes.

Os dois aparecem agora na história do dossiê, segundo revista "Época", que foi procurada por Bargas antes de material ter ido para na "IstoÉ". Hoje, na campanha de reeleição de Lula, o grupo tem um outro nome, mais pomposo, "Núcleo de Informação e Inteligência", mas a função continua a mesma.

Quem chefiava a equipe de "analistas de informação" é o petista histórico Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da CUT enfermeiro de profissão, que exercia a função de diretor financeiro do Banco do Estado de Santa Catarina e

DATA	OGLOBO	DATA MÉDIA:	20 set. 06	EDITÔRIA:	País	CADERNO:	A	PÁGINA:	8A
------	--------	-------------	------------	-----------	------	----------	---	---------	----

'A quem interessa?'

Em viagem à Nova York, o presidente Lula preferiu minimizar hoje as acusações partidárias da oposição, reiterando que não foi responsável pelos assessores próximos, Jefé e Berzoini.

1 **presidente Lula.** 1989, cuida de imóveis da família Lula em São Paulo, tem uma empresa de segurança que presta serviço à campanha do PT, ao diretório do partido e a órgãos ligados ao partido

O acusado de intermediar a negociação da compra do dossiê contra os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin é Freud Godoy, assessor direto do

2 **Jorge Lorenzetti** é petista, já foi dirigente da CUT, candidato do PT a prefeito de Florianópolis, ligado ao presidente do PT, Ricardo Berzoini, e ao deputado cassado José Dirceu. Trabalhava até ontem na campanha pela reeleição de Lula, e é acusado de intermediar a compra do dossiê contra tucanos. Foi ele quem apresentou Freud Godoy a Gedimar Passos, preso pela PF com R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo para a compra do dossiê. Lorenzetti fazia churrascos para Lula na Granja do Torto

3 **Gedimar Passos** O ex-agente federal também trabalhava na campanha do presidente Lula, cuidando da parte de análise de mídia, subordinado a Jorge Lorenzetti. Afirmou em depoimento à PF que agiu a mando da executiva nacional do PT.

4 **Osvaldo Bargas** Ex-secretário e ex-chefe de gabinete do Ministério do Trabalho no governo Lula, petista, ex-dirigente da CUT, é muito ligado a Berzoini e também teria negociado a compra do dossiê. É casado com a secretária particular de Lula no Palácio do Planalto. É coordenador do programa de governo de Lula, na campanha pela reeleição, sobre reforma trabalhista

5 **Valdebran Carlos Padilha da Silva** Petista, foi preso juntamente com Gedimar com R\$ 1,7 milhão para a compra do dossiê

ANTIGOS COMPANHEIROS

ROBERTO JEFFERSON

Depois de um indicado pelo PTB do então deputado ser flagrado recebendo propina nos Correios, O GLOBO publicou reportagem mostrando que o então presidente do partido conseguira postos importantes na máquina federal e usava estes cargos para arrecadar recursos para campanhas eleitorais. Lula chegou a se solidarizar publicamente com Jefferson, quem já tinha dito que daria um boneque em branco. Mas o deputado viu que sua esquerda estava vindo à mira.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por vinte minutos.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me esclareça, então, qual o momento da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpe-me. V. Ex^a pode repetir?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex^a me diga qual o momento da minha inscrição, pois fiquei agora em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a falará após o Senador Heráclito Fortes. O Senador Marcos Guerra teve de se retirar, então, V. Ex^a será o próximo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Senador Heráclito Fortes está com a palavra, por permuta com o Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso que poucas vezes assomei a tribuna com a cabeça embalhada como está hoje. Tentei selecionar fatos graves que envolvem o Governo do Presidente Lula, mas isso é impraticável, porque, ao abrirmos qualquer jornal deste País hoje, vemos notícias estarrecedoras. É o churrasqueiro, é o marido da secretária, é o protegido, é uma verdadeira quadrilha instalada no Palácio do Planalto.

Imagino a tristeza de Oscar Niemeyer. Ao conceber Brasília, chamado por Juscelino Kubitschek, inspirou-se na simplicidade da sua arquitetura moderna, no arrojo das suas linhas, para construir um palácio onde seriam abrigados não só o Presidente da República, mas também as principais e mais importantes figuras de Governo. Niemeyer, nos seus 98 anos, jamais imaginou que um palácio presidencial fosse servir de abrigo e ter as suas dependências utilizadas por quadrilheiros.

Não há outro termo, Sr. Senador César Borges, para se usar.

Não fique o Governo pensando que é com alegria que tratamos de um assunto dessa natureza. Como político, gostaria que a situação não chegasse ao ponto que chegou, de uma verdadeira degradação moral de um governo que a tudo diz que não sabe e cujos líderes se sucedem na tribuna para dizer que é

perseguição da Oposição, como se esses fatos fossem gerados por nós.

Venho dizendo, ao longo destes três anos, Sr. Presidente, o que vou repetir agora, com este plenário vazio e as galerias repletas de jovens e de senhores que vêm aqui ver o funcionamento desta Casa. Meus jovens, a Oposição brasileira, neste momento, tem uma frustração muito grande: em três anos, quase quatro anos de governo, não tivemos a capacidade de criar uma crise sequer para o Governo Lula, porque o próprio Governo criou todas. Será que o Waldomiro saiu da Oposição? Será que o Delúbio era do PSDB ou do PFL?

Será que aquele rapaz que transportou, num ato de coragem, dólares na cueca, pertencia a que quadro e a quem? Todas as crises – e vou ficar por aí – do Governo são de sua geração própria.

Este Governo, que, quando na Oposição, criticava a tudo e a todos, destruiu reputações, condenou homens que, ao longo do tempo, conseguiram mostrar sua inocência. Aquele partido que era senhor absoluto da virtude, proprietário exclusivo dos bons propósitos, não resistiu ao contato com a caneta; a caneta que, a princípio, o Brasil todo esperava que servisse para construir uma grande Nação, com os olhos voltados para as questões sociais e não para a ostentação de luxo e de riqueza. Nunca o trabalhador foi tão maltratado. Lembrem-se as filas que o Sr. Ricardo Berzoini impôs aos aposentados no primeiro ano de Governo. A Varig fecha por insensibilidade do Governo, a Volkswagen entra em crise, a Bolívia humilha os trabalhadores da Petrobras, um brasileiro é morto na Inglaterra, outro desaparece no Iraque, e o Governo dos trabalhadores silencia.

Quando as greves acontecem, a Liderança do Partido dos Trabalhadores faz uma pergunta diferente da que fazia antigamente: o que o trabalhador pode perder?

Sr. Presidente, é triste ver – os jornais mostram isso – que, nos setores de atividade produtiva do País, só uma classe apóia e está a favor deste Governo: os banqueiros. Vamos ter oportunidade de ver, nas doações de campanha, que eles são justos, são reconhecidos, são gratos, porque nunca ganharam tanto dinheiro como ganham agora. Os lucros são mostrados sucessivamente. Não tivemos ninguém importunado.

Mas o estarrecedor é ver a Liderança do PT vir aqui para tentar, com meias-verdades, enganar a Nação. A Líder do PT foi aguardada pela imprensa ansiosamente, os brasileiros ligaram a televisão no canal da TV Senado para ouvir a justificativa do Governo, que começa, minhas senhoras e meus senhores, já da premissa errada: querer se basear nos erros do passado.

O atual Governo não foi eleito para corrigir tudo isso, para romper com as estruturas arcaicas com as quais o Brasil convivia? O Partido das virtudes de ontem e que hoje sabe que está no banco dos réus procura uma companhia desesperadamente, não quer ficar sozinho, e cita fatos com meias-verdades.

Diz que não aconteceram apurações no governo passado. Aconteceram, sim. Deputados do partido do governo foram cassados, Deputados renunciaram, o Presidente do Banco Central foi preso, em uma CPI, nas dependências do Senado. A memória seletiva deste Governo não faz bem à Nação.

A verdade tem de ser transparente. Não se justifica um erro com outro. Não se justifica o malfeito com outro malfeito.

Reconheço que, neste momento, as apurações e as prisões são em número bem maior. Mas é preciso que este Governo tenha humildade de reconhecer que o número de ladrões que colocou a serviço da sua estrela é infinitamente maior do que aquele com que a Nação brasileira acostumou-se a conviver em governos passados, com focos isolados de corrupção, sempre combatidos. Verificados **in loco** os fatos, os responsáveis eram afastados e punidos.

Agora, os responsáveis são promovidos.

Abrimos o jornal, caro Sibá Machado, e lemos a notícia, que vem do Ceará, de que o Deputado Federal mais votado poderá ser aquele beneficiário do dólar na cueca. Pela televisão, vemos o Presidente Lula saltitando, com uma alegria de fazer inveja a hiena, ao lado dos cassados, dos punidos, dos corruptos. Vemos, Senador Sibá Machado – o PT, pela sua história, não merecia isso –, um ex-Governador de Minas Gerais que, em um passado não tão distante, foi condenado, agredido, espezinhado e denunciado pelo PT – hoje de braços dados com o PT –, dizer que não aceita subir no palanque do PT ladrão; que só subirá no palanque do PT honesto. Quem é o julgador dos honestos do PT, Senador Sibá Machado? É Newton Cardoso? Aliás, que saudade daquele PT de V. Ex^a que se reunia para punir os que saíam dos trilhos. Foi-se o tempo em que o Partido expulsou Beth Mendes e Airton Soares porque votaram – vejam só, minhas senhoras e meus senhores – no Colégio Eleitoral, quando o Brasil pedia democracia e a única porta, no fim daquele túnel de longos anos de escuridão, era exatamente a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. No entanto, foram punidos. A última punição foi a da Senadora Heloísa Helena, cujo pecado foi pedir que o PT continuasse fiel à sua pregação de 25 anos, em busca de liberdades e de proteção aos menos favorecidos do País.

No entanto, Senador Sibá Machado, o PT, que prometeu investir no social, na primeira oportunidade que teve, comprou um avião por R\$180 milhões, pagando adiantado. Eu não discuto a compra do avião, até porque o Presidente Lula tinha de copiar o seu colega Chávez, que tinha comprado um avião igual – o Presidente queria aparecer para o colega! Vi, na minha vida inteira, a Venezuela seguir os passos do Brasil; hoje vejo o Brasil imitar a Venezuela e querer também – pasmem, senhores! – imitar a Bolívia, instalando uma Constituinte no Brasil neste momento. Uma Constituinte é paralisante e somente pode ser instalada quando o comandante maior da Nação tem autoridade moral para fazer isso.

As Constituições brasileiras foram votadas ou em mudança de regime ou em crise institucional, mas nunca para mudar leis e regras de jogo, em atendimento a governantes de plantão com vocação fina para ditadores.

Meu caro Senador Romeu Tuma, a Senadora Ideli Salvatti, Líder do Governo, vem aqui, num momento em que esperávamos que apresentasse justificativas, para dizer à Nação que a ONG instalada em seu Estado e que recebeu R\$18 milhões, R\$4 milhões dos quais recentemente, presta grande serviço à pobreza de Santa Catarina.

Quanto ao Sr. Jorge Lorenzetti – eu pensava que Lorenzetti, meu caro Presidente, fosse apenas aquele chuveiro que regula a temperatura da água –, esse veio para jogar uma ducha de água fria nesse grupo palaciano que infelicita o País.

Não quer o Governo – e a Senadora deixou bem claro – que a Oposição reclame no Tribunal contra o uso da máquina feito pelo atual Governo. Ele quer que nos calemos, que sejamos acusados de prevaricação, que sejamos coniventes, que silenciemos. Seria melhor para ele.

Eu esperava que a Líder viesse explicar de onde veio esse dinheiro, de duas origens: uma parte em moeda nacional, em real; a outra parte em dólar. O mais grave, meus senhores, é que esse dólar está ainda com aquela cinta branca de segurança de um banco americano, com o código original do banco mostrando, portanto, que entrou no Brasil de maneira ilegal. Não foi conferido, não foi internalizado legalmente pelo Banco Central. O Sr. Meirelles está sendo omisso, porque tem obrigação moral de mostrar à Nação por que esse dinheiro entrou assim.

O Sr. Meirelles, banqueiro internacional que, no passado, foi muito criticado pelo PT e que hoje é um dos seus grandes expoentes, tem obrigação de mostrar à Nação como esse dinheiro chegou aqui ou pelo menos

de dizer, Presidente João Alberto, que não chegou de maneira legal, pelos trâmites do Banco Central.

Ái vem, triunfante, orgulhosa, dizer que acompanhou o Ministro dos Transportes a Santa Catarina, para anunciar boas novas, Senador César Borges, para o seu Estado. Não estaria ela e o Ministro dos Transportes cometendo crime eleitoral, de uso de obra pública com fim eleitoreiro?

Meu caro Sibá, como um servidor do Palácio – no caso o Sr. Freud, que terá muito que explicar –, contrariando a lei eleitoral, participava de maneira direta da campanha do Senhor Presidente da República em horário de trabalho?

É preciso que essas coisas sejam explicadas.

Eu gostaria que houvesse uma explicação convincente para a distribuição de R\$18 milhões para a ONG do Sr. Lorenzetti. O que ela faz de tão importante em Santa Catarina?

Aliás, era hora de o Ministério Público bloquear as contas dessa ONG e exigir, imediatamente, que fossem revelados os repasses feitos nos últimos três anos para se saber realmente o destino benemerente dessa obra.

Senador Marco Maciel, estou aqui com um pedido de instalação de uma CPI e assumo, para que não se diga que ela é eleitoreira, Senador João Alberto, o compromisso de só pedir a sua instalação no dia seguinte ao da eleição. Quero uma CPI para investigar as ONGs neste País, quanto receberam e o que fizeram desse dinheiro.

Houve há dois ou três meses a invasão da Câmara dos Deputados por membros do MLST. Depois, se descobriu que esses cidadãos tinham várias ONGs espalhadas em diversos pontos do País, recebendo dinheiro do povo brasileiro de maneira pouco clara.

Ninguém sabe com o que gasta, quanto gasta, como gasta e por que gasta uma ONG dessa natureza. Disseram-me inclusive, Senador Sibá, que, no Acre, há algumas ONGs em atividade. V. Ex^a, como é um homem atento e vai falar em seguida, vai mostrar ao País que as ONGs do Acre funcionam bem, prestam contas do dinheiro aplicado – tenho certeza disso.

Mas isso ocorre no Brasil inteiro. Quando falta dinheiro para os hospitais, quando falta dinheiro para as estradas, ninguém sabe por que o Orçamento é contingenciado a bel-prazer do Governo; e esse dinheiro é usado também a bel-prazer para atender essas ONGs com profunda ligação com o Governo.

Senador Marco Maciel, a minha CPI é para que se apure a real utilização de recursos públicos do País com essas ONGs.

Quando acompanho o nosso candidato Geraldo Alckmin em visita às cidades, tenho o costume de

afastar-me um pouco, exatamente para ver e sentir a reação popular. Se eu ficar ao lado dele, atrapalho, e a função de coordenação não é aquela. Tenho tido boas lições.

Em Blumenau, várias pessoas me puxaram e disseram: “manda investigar umas ONGs que existem aqui”, “aqui há umas ONGs que não andam certo”; “os homens das ONGs têm tudo, até carro de luxo”. Eu pensei que fosse uma questão local. Pensei que fosse uma questão da política de Santa Catarina. Mas me parece que não. O chuveiro do Palácio vinha irrigando há muito tempo o Sr. Lorenzetti. Era uma ducha de recursos que agora é preciso averiguar.

Aliás, a primeira providência que temos que tomar nessa CPI, quando instalada, Senador César Borges, é examinar quem dessa turma está envolvido ou tem direta ou indiretamente ONGs para atender os seus caprichos.

Senhores e senhoras, povo brasileiro, meu caro Sibá Machado, o jornal **O Estado de S. Paulo** traz todos os companheiros do Presidente candidato. Vejam aqui.

Sr. Presidente, V. Ex^a me permite que eu leia? Vou ler os nomes: Luiz Gushiken, Henrique Pizzolato – esse já foi demitido. Como me parece que o Gushiken sabe mais coisa do Lula, por isso, há um certo temor, ele foi retirado da condição de Ministro, está ali embaixo numa função importante, não é Senador Siba? Está ali no Palácio, ali ao lado, mas continua. Ricardo Berzoini, Oswaldo Bargas – esse surgiu agora, é novidade, é lançamento o Sr. Bargas, poderoso; é um lançamento.

Feliz é o partido que pode lançar novas vocações para a corrupção neste País. Lançamento, coisa nova.

Continuo a leitura: Delúbio Soares – esse, inclusive, se aposentou como professor em Goiás; Silvinho Pereira, aquele do *Land Rover*, Presidente; Luiz Eduardo Greenhalgh, Gilberto Carvalho, José Carlos Espinoza, Paulo César de Oliveira Campos.

Quem é Paulo César de Oliveira Campos, Senador Sibá? Para mim, esse é novidade, é lançamento. Aqui diz que é “carregador-de-piano”. O Presidente toca? Que piano é esse? “Carregador-de-piano”.

João Paulo Cunha, Freud Godoy, outro lançamento para nós; Paulo Okamotto, aquele “doador universal” que pagava as contas do Presidente, as dificuldades, as necessidades; Devanir Ribeiro – quem é Devanir Ribeiro?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – É Deputado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, é um Deputado de São Paulo.

O nosso “chuveiro” aqui, Jorge Lorenzetti; outro que para mim é novidade, Gedimar Pereira... E aviso à Senadora Ideli Salvatti que Gedimar Pereira – e vi ontem no jornal – é do Piauí, de uma cidade chamada Monte Alegre. Que S. Ex^a não queira fazer comigo o mesmo que fez na situação do caseiro, e dizer que sou ligado a ele. Não o conheço e não sabia sequer que esse cidadão era piauiense.

Temos José Dirceu... E aqui terei de ler para ser fiel, com muita tristeza, Senador Siba Machado, Celso Daniel, vítima dessa turma toda. Rogério Buratti, aquele que tomou um porre. Juntou-se com o jornalista da **Veja** e contou aquela história do dinheiro de Cuba. V. Ex^a se lembra? Pegou um avião aqui e disse que era whisky. Ninguém carrega whisky em avião com o querosene do preço que está. Foi descer em Campinas, mas parece que tinha fiscalização e aí foi para outro aeroporto. É aquela história do dinheiro de Cuba. Será que esses dólares têm a ver com isso?

E tem aqui também... Ave Maria! Um nome como este tem muita coisa a ver também: Carlos Alberto Grana. Grana, sindicalista. Esse para mim é novidade. Eu queria os nomes que não conheço, Senador Sibá Machado, para ver se consigo me atualizar, antes que outros lançamentos surjam.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Heráclito, apenas para acrescentar a essa lista mais um novo lançamento: Expedito Veloso, Diretor do Banco do Brasil, que está sob investigação como sendo um dos que fabricaram o dossiê e inviabilizaram a sua...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E imaginar que as nossas contas, o nosso sigilo bancário está nas mãos desse pessoal!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Peço que conclua, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Digo isso com a maior tristeza, que aumenta quando vejo a covardia daqueles petistas ufanistas que somem do plenário e dão essa missão, essa tarefa inglória para o mais puro dos petistas, que é o meu velho conterrâneo Sibá Machado. Se V. Ex^a olhar hoje à noite, na TV, seu semblante de abatimento, de tristeza, de vergonha com o que está acontecendo... Sei o quanto é triste para V. Ex^a acompanhar tudo isso. V. Ex^a é um homem humilde, está sempre com o Cheque-Ouro estourado, não recebe ajuda dessas ONGs, e se elas oferecessem ajuda, V. Ex^a não aceitaria, eu sei disso.

Mas quero fazer justiça. Se há uma pessoa que peca pela vaidade, pela arrogância e pela soberba é o Senador Aloizio Mercadante. Mas não quero crer que tenha instrumentalizado esse escândalo...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Talvez seja uma das vítimas. Mas nem por isso esses fatos podem deixar de ser apurados. Porque o que o PT estava fazendo em São Paulo era uma molecagem, preparando panfletos envolvendo José Serra. Essas fotografias foram mostradas aqui há uns 20 dias pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. E eu vi, mais uma vez naquele dia, Sr. Presidente, o quanto a população brasileira estava atenta ao que acontecia. Pegaram a fotografia de Geraldo Alckmin e José Serra em uma feira no Anhembi, em São Paulo, ao lado de veículos em exposição, e trouxeram. Ato contínuo, recebi um telefonema de um ouvinte que me mandou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Vamos concluir, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou concluindo, com a sua generosidade.

Recebi um telefonema de um ouvinte que me mandou uma foto do Presidente Lula com os mesmos sangue-sugas e as mesmas ambulâncias, e nem um caso nem o outro caracterizando crime.

Mas a minha última palavra é para o Senador Sibá Machado, o mais puro dos petistas, o único que teve a coragem de publicamente reconhecer que o PT devia ao Banco Rural e ao Sr. Marcos Valério, e que ia pagar. Não sabia quando porque a quantia era muito grande. Vai ver que o dinheiro de ONG não é para pagar conta atrasada, mas para contas novas. A sua atitude foi de coragem.

Sei que V. Ex^a foi repreendido. Sei que ralharam, como se diz lá em União, lá na Liberdade, com o pobre do Sibá. Mas V. Ex^a dormiu com a consciência tranqüila, como vão dormir hoje com a consciência tranqüila os Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy,...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quando elogiam aqui Geraldo Alckmin e José Serra. E isso é bom. Nós vamos ver que o Partido de V. Ex^a não está de todo contaminado. Espero que tenha salvação, que tenha a humildade de recomeçar, e que volte a ter aquele Conselho de Ética para cassar corruptos,

e não os que discordavam ou discordam dos rumos que o seu PT tomou.

Fique certo o Presidente da República que o PFL, o PSDB e a Nação brasileira não querem o seu mal. O que todos queremos é apenas uma coisa: a verdade, que terá de vir, custe o que custar, doa a quem doer. Ninguém quer melar sucessão, ninguém quer condenar culpados. Nós queremos apenas que o PT honre o que prometeu há quatro anos ao povo brasileiro, pois a Nação está atenta e atônita com os rumos que os fatos tomaram.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. César Borges.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. César Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí, ex-Prefeito de Teresina.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, Senador César Borges, Senador Almeida Lima, Senador Heráclito Fortes, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o que considero muito importante, que foi o discurso do Presidente Lula na 61ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

O **Jornal do Brasil** trata o discurso do Presidente como “discurso de líder mundial”, que pauta assuntos naquele tão importante fórum internacional que até então o mundo inteiro não queria discutir, por vergonha ou seja lá por que motivo. O Presidente Lula chama a atenção, desde o início do seu Governo, para a fome no mundo, matéria de interesse de todos. Não podemos mais aceitar que daqui para frente países venham a tratar de democracia, tentar falar, dar recados, dar orientações, como paladinos da democracia no mundo, se não democratizar as oportunidades, fazer com que todos tenham acesso ao mínimo necessário para viver e não apenas para sobreviver.

Este assunto, que às vezes até incomoda alguns ouvidos, continuará muito presente e muito vivo, em

qualquer ambiente de trabalho que tivermos de tratar daqui para a frente!

E, aqui, nos termos do discurso do Presidente, gostaria de fazer a V. Ex^a algumas comparações. Os números apresentados mostram a população mundial de 6 bilhões de pessoas, das quais quase 1 bilhão vive em situação de extrema miséria. São pessoas que não sabem o que vai acontecer no dia seguinte, que não têm renda, que não têm um pedaço de pão, que não têm um abrigo para viver, que não têm nem água para beber, que não têm o mínimo necessário para continuar sendo tratadas como seres humanos.

E o Presidente, em seu discurso, diz que uma situação como essa leva inevitavelmente a uma situação de injustiça, que, por sua vez, leva a contrariedades, que levam a reações, reações essas que, por separatismo ou deposição de políticas, levam à alta concentração de renda e assim por diante. E aqui ele faz um quadro comparativo com o Oriente Médio e com os diversos países da chamada periferia da economia do mundo.

Esse bilhão de pessoas que passa hoje necessidade é de interesse de todos. Portanto, o Presidente apresenta o dever de casa brasileiro, e o nosso dever foi ter instalado, no seu Governo, o Programa Fome Zero. Dentro desse programa, temos uma série de atividades que levam a compensação financeira para aquelas famílias que não têm sequer um pedaço de pão para colocar na mesa no dia seguinte.

Até de maneira emocionada, há duas semanas, reportei-me a uma fase da minha vida. Certo dia, tínhamos para almoçar um punhado de arroz apodrecido, com gosto de barata. Era o que salário do meu pai, vigilante de uma companhia de eletricidade do Estado do Piauí, permitia comprar para alimentar uma família de 12 pessoas. Era o que ele podia colocar na nossa mesa.

Imagine o que vi em São Paulo e em tantas outras cidades brasileiras e que me levou a crer que, nas grandes cidades, há duas realidades: de um lado, a cidade que todos gostariam de ver como o retrato do mundo; de outro, a cidade que representava o submundo da vida humana relegada ao flagelo. Em 1978, em São Paulo, fiquei estarrecido ao ver um mendigo cobrando aluguel para que outro mendigo tivesse o direito de dormir à noite debaixo de um viaduto. Em situações como essa, o País precisa, no mínimo, criar condições para que essas pessoas possam se sentir novamente seres humanos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no debate com a Oposição, ouvimos que a política é eleitoreira. Todos nós já discutimos esse assunto de forma muito apaixonada. Mas o que dizer de uma pessoa que está na situação de não ter onde dormir, de não ter o que comer, de não ter um copo de água potável para beber, de não ter acesso a absolutamente nada?

Por isso o discurso do Presidente, segundo o jornal, é um discurso de líder mundial.

Faço aqui essas referências para mostrar o dever de casa do nosso País, chamando a atenção de todos os países mais pobres.

Falam da política de Cuba e do comandante Fidel Castro como sendo uma ditadura, um governo que cerceia as liberdades e tudo o mais. Chamou minha atenção uma matéria da revista **Época** que discorre sobre o governo de Fidel Castro.

Fidel Castro enfrentou os maiores líderes mundiais, esteve com quase todos, se não todos. Seu governo nunca enfrentou confrontos, a não ser de dissidentes, que têm o direito de ir embora e vão embora. Não existe unanimidade em nada. O governo sofreu bloqueio econômico desde seu primeiro dia e, até então, continua vivendo o bloqueio. Todos diziam que, quando os russos retirassem o aporte ao açúcar, o governo, no outro dia, seria extinto, e está aí até hoje, sobreviveu. É claro que, quando se olham Havana e outras cidades de Cuba, vêem-se prédios e carros degradados e caindo aos pedaços. Mas superaram uma série de questões sociais, como o analfabetismo, uma política de saúde de atendimento a todos etc.

Vimos o caso da Argentina, que enfrentou diversas atrocidades, erros em suas políticas econômicas, chegou a quebrar por uma vez e viveu um momento que não se deseja a ninguém no mundo. Assim também o México. São países que seguiam a orientação de uma cartilha internacional ditada pelo FMI.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Daqui a pouco, vou conceder o aparte a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Eu não queria perder o momento. Queria apenas entender seu raciocínio. Quer dizer que se justifica a ditadura de Cuba, de mais de quarenta anos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, há uma controvérsia do que vamos configurar como ditadura e democracia.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Há várias espécies de ditadura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou fazendo um quadro comparativo que leva em conta a democracia pregada pelos donos do dinheiro no mundo, pelos países mais ricos, o G-7, que coloca do lado de fora do direito à sobrevivência míima um bilhão de pessoas. Então, o que é democracia nessa hora e o que é ditadura?

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Se chegássemos a uma situação parecida com a de Cuba, V. Ex^a justificaria que o País poderia passar quarenta anos com o mesmo dirigente, sem eleições?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nós temos que discutir, temos que conceber a nossa democracia. Falo da nossa democracia. Estou fazendo um paralelo aqui entre dois extremos. Um extremo é capitaneado pelos Estados Unidos, pelo FMI, e o outro é o modelo cubano. O que é melhor para cada país, que cada um escolha. Nós temos que aperfeiçoar, de um lado...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Então, V. Ex^a acha que o povo cubano tem capacidade de escolha?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Acho que tem.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Está escolhendo livremente?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Qualquer povo tem direito de escolha.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Está escolhendo livremente?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tem capacidade de escolha e de reação.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Lá há democracia? Há eleições livres?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Há todas as condições. Qualquer povo tem condição. Qualquer povo tem condição de continuar apostando...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Há eleições livres em Cuba? V. Ex^a crê que um dirigente que está há quarenta anos no poder, que é único no país...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A população, Senador César Borges, escolheu o governo que tem. Aquele povo escolheu o governo que tem.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Escolheu como? Pelas armas?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se não o quisessem, já o teriam tirado.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Nunca foi votado Fidel Castro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se não o quisessem já o teriam tirado, assim como os americanos usam a força bélica para entrar no Iraque, para entrar em outros lugares.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Não estou entrando na questão americana. Estou falando de Cuba.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero voltar ao meu assunto, não quero entrar no seu.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Quero saber se V. Ex^a defende a ditadura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – No meu assunto, quero discutir aqui o que é a democracia no mundo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a relativiza o que é ditadura e democracia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Democracia no mundo é o direito de livre expressão e, principalmente, o direito das mínimas condições necessárias para ser uma pessoa humana neste planeta.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Não havendo, então, vamos para a ditadura, sem eleições?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não havendo, é ditadura, sim.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a defende a ditadura?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Defendo a democracia plena; a democracia plena.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Centralismo democrático. Ditadura do proletariado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estão chamando a atenção aqui para isso. Centralismo da democracia plena neste mundo.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Convenhamos que V. Ex^a está aqui por eleições livres.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, democracia é para todas as pessoas neste planeta.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senão, ditadura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou citar uma frase que gosto de utilizar. Eu a ouvi do Prof. Pedro Vicente Sobrinho, que foi da Universidade Federal do Acre e que hoje está na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Eu ouvi uma palestra em que ele traçava um quadro comparativo entre a democracia e o direito de viver. Para isso, ele utilizou a figura de

dois cães: um russo e um francês. O cachorro russo, que estava gordo, bonito e rosado, chegou à França e estava passeando pelas ruas de Paris, quando encontrou um cachorro francês, que estava magro, esquelético, passando fome e virando lata de lixo para poder comer. O cachorro russo pergunta para o cachorro francês por que ele estava virando lata de lixo. O cachorro francês disse que era porque ele precisava comer. O cão russo disse que, na Rússia, tinham muita comida e tudo de que eles precisavam para poder viver. Então, o cão francês perguntou por que ele tinha vindo para a França. O cachorro russo respondeu que tinha vindo latir.

A democracia tem de ser plena: direito de fala e direito de comida. Eu não concordo que o modelo cubano seja pleno, mas o modelo que estamos discutindo aqui, pregado pelo FMI, também não o é. Não pode ser.

As duas coisas dessa forma não existem. Portanto, o discurso do Presidente é dizer que a democracia no Brasil e no mundo é plena, com direito a fala e a comida. É isso que estamos debatendo neste momento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a se esquece de dizer que o Partido dos Trabalhadores e o Presidente Lula adotam exatamente o modelo do FMI, uma vez que não faz investimento, não deixa o País crescer, que pratica juros elevados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É um ponto de vista de V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Crescemos 2,3% ao ano, não geramos o número necessário de empregos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É um ponto de vista de V. Ex^a. O debate que tenho acompanhado pelo rádio e pela TV sobre os presidenciáveis...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – E é uma farsa ser liberado no FMI. O acordo deve ter sido pago porque satisfez ao FMI, mas contém a mesma política do FMI.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não é a mesma política, não, Senador César Borges. A política anterior foi um desastre! O Brasil se endividou em 61%. Tenho trazido esse debate para o plenário do Senado com a convicção de que, na história da nossa República, não conseguimos fazer aquilo que o Senador Cristovam Buarque disse quando era Ministro da Educação, ou seja, que, na República brasileira, a coisa mais difícil para um governante é conciliar o

crescimento econômico com o equilíbrio de contas e a democracia. É muito difícil conciliar esses três fenômenos. Houve sempre o cerceamento de uma dessas partes. Agora estamos tentando, a duras penas, conciliar as três partes: democracia, distribuição de renda e equilíbrio de contas.

O discurso do Presidente Lula chama a atenção dos países mais ricos do mundo para o fato de que no cenário da democracia mundial tem que haver a distribuição de renda, pois um bilhão de pessoas também têm o direito de comer.

Vi no programa do Jô Soares, em determinada ocasião, uma pessoa falando que a coisa mais difícil de se encontrar é um cavalo abandonado, uma vaca abandonada, uma galinha abandonada, mas crianças abandonadas, idosos abandonados são vistos. Mas ninguém se sente dóido por isso com algumas exceções. Então chamo a atenção desta Casa para o discurso do Presidente Lula numa reunião como essa.

O mundo escolhe o modelo bélico ou o modelo da disputa científica – essa é outra tese que gosto também de estudar. O caminho do capitalismo do mundo trilhou em algum momento pelo domínio via das armas ou pelo domínio via das finanças, do dinheiro, ou domínio via tecnologia. Daí, chamar a atenção do que é a verdadeira independência brasileira.

A independência do Brasil até hoje é uma luta constante; não atingimos ainda essa plenitude. Estamos caminhando para isso. Daí as negociações oficiais com o FMI de forma a impedi-lo de dar pitaco no nosso planejamento brasileiro. Está fora! O FMI não vem mais aqui dar pitaco. Está paga a sua conta, tem que ir pregar em outras praias. E esse é o caminho que os países mais pobres têm que trilhar.

Outra coisa é ir para a OMC, tratando com soberania. Temos que quebrar as barreiras econômicas, já que os países mais industrializados não podem querer competir em tudo, inclusive na agricultura, que é uma economia eminentemente dos países mais pobres. Chamar a atenção da América do Sul, debatendo a liderança desse cone, dessa região do mundo.

Digo, com toda a segurança, que vamos discutir o assunto da Bolívia, Sr. Presidente, com muita responsabilidade.

Peguei algumas notas que gostaria de lembrar a V. Ex^a. O povo boliviano – analisando inicialmente do ponto de vista histórico – teve uma história de muita dor. O Brasil teve uma história de muita dor. Todos esses países tiveram história de muita dor. Mas o caso

boliviano é pior. Nos livros de Eduardo Galeano, ele coloca como foi a situação dos espanhóis ao aportarem naquelas terras. A Bolívia sofreu por muitos e muitos anos, desde a chegada dos espanhóis ali: expropriaram, vilipendiaram tiraram tudo o que puderam; suas riquezas minerais, a prata principalmente. O que sobrou para aquela gente foram apenas recordações de muitas angústias, muita tristeza.

A Bolívia, Sr. Presidente, tem tentado, ao longo de sua história, um governo um pouco mais coeso, mais fortalecido e que possa falar um pouco a linguagem daquela gente. Temos que respeitar. Se Evo Morales está conseguindo, de uma maneira ou de outra, o que vamos tratar daqui para frente é como vamos nos relacionar civilizadamente. Por quê? Porque o Brasil precisa da Bolívia, a Bolívia precisa do Brasil; ambos precisam um do outro.

A nossa querida jornalista Lúcia Hipólito fez uma avaliação assim que começaram esses conflitos do gás. Vale dizer que o Brasil não precisa estar todos os dias gritando aos quatro ventos que é o líder da América do Sul porque a própria condição da economia brasileira já o coloca assim. É incomparável a distância entre o PIB brasileiro e o PIB do Paraguai; o PIB brasileiro e o PIB do Uruguai e assim por diante. Agora, precisamos estar juntos – isso é um gesto simbólico.

A entrada da Venezuela no Mercosul coloca agora o Mercosul com o seu primeiro trilhão de dólares de PIB. Discussão feita numa das vindas do Ministro Celso Amorim. Isso tem uma importância lógica muito grande para o mundo. Temos de nos pronunciar nos fóruns internacionais dessa maneira.

Temos ouvido também da Oposição aqui, Sr. Presidente, uma dura crítica sobre a política externa brasileira atual, no Governo do Presidente Lula, de querer insistir na obtenção de uma cadeira permanente do Conselho de Segurança da ONU. Mas isso está correto! Qualquer pessoa que se sentar na cadeira da Presidência da República tem de trilhar esse caminho, nós haveremos de sentar lá, o Brasil merece isso. E para tal, o Brasil tem de ter compromissos internacionais; ter participado, sim, daquela missão no Haiti, e participar de outras missões. Agora, do Iraque não participou. Correto, porque aquela tinha outro viés, não esse aqui do Haiti, que precisava, sim, do apoio de todo o mundo.

Então, Sr. Presidente, continuo dizendo que em termos dos acertos do nosso Governo e quando o Presidente Lula se pronuncia na ONU dessa maneira

é novidade. Não podemos ir lá apenas para tratar do óbvio e do ululante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O óbvio e o ululante já estão sendo tratados há muitos anos: como participar da distribuição das riquezas e isso haveremos de perseguir até o fim.

Sim, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Queria que V. Ex^a me explicasse a real prioridade do Governo Lula: ter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ou combater a corrupção implantada no Brasil? Qual das duas é a maior prioridade de Sua Exceléncia no momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ambos os assuntos, Senador Heráclito Fortes, são de competência do Governo, do chefe da Nação, naquilo que Sua Exceléncia puder, naquilo que estiver na sua competência imediata. Nesse caso da corrupção, vamos repetir aqui quantas vezes se fizerem necessárias – e podem alguns ouvidos não gostarem – que as instituições brasileiras têm, sim, hoje maior liberdade de atuação.

Este é o papel primordial de um Chefe de Estado, de um Chefe da nossa Nação, deixar essas coisas acontecerem livremente.

Vou reproduzir: o Brasil se encontrava bastante preocupado ao tempo do ex-Procurador-Geral da República, Brindeiro, que era considerado um engavetador de processos, os processos não andavam. Agora, na Procuradoria-Geral da República, os processos tramitam como o próprio Ministério considerar...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a há de conhecer o Deputado Hildebrando Pascoal. Lembra-se dele? Por sinal, do seu grupo político hoje; apóia o Partido de V. Ex^a no Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, essa é uma história muito macabra para o povo do meu Estado. Essa é uma história que lembra muitas coisas ruins.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então o relator não é engavetador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E a Justiça Federal, a Polícia Federal, o Governo do Estado contribuíram substancialmente para essa matéria ser encerrada.

Eu só quero lembrar que Hildebrando Pascoal era filiado ao Partido da Frente Liberal! Quero dizer que

depois que os eventos se tornaram daquela natureza é que ele foi retirado!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E agora apóia o PT.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só queria pedir a V. Ex^a que não nos reportássemos à pessoa de Hildebrando Pascoal porque esse é um nome que, a cada vez que é lembrado, só traz tristezas, muitas tristezas para muitas pessoas. Eu peço que possamos tratar: politicamente, como está a aliança política do Acre? Disso poderíamos tratar. Mas esse assunto é complicado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a se lembra de Orleir Cameli?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Lembro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Onde ele está hoje? Apoiando o partido de V. Ex^a no Acre. Não é verdade?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se ele quiser votar em nossos candidatos... Qualquer pessoa que queira votar em nós, até o Senador Heráclito Fortes, se quiser, destinar um voto no 13, nós aceitamos. Mas respeitamos do fundo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não é bem voto, é a companhia em palanque, Senador. Estou fazendo a defesa de um Procurador da República que foi um dos homens mais íntegros no exercício das suas funções, responsável, correto e atuou na maioria do período do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, como o atual Procurador vem fazendo. Agora, pergunto a V. Ex^a: cadê aquele herói que vocês consagraram, Procurador Luiz Francisco, que cresceu atuando no Acre? Onde ele está? Cadê o Procurador Celso Três, que vocês idolatravam?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pelo que me consta, continuam trabalhando em suas funções normalmente. Normalmente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas por que estão recolhidos? Depcionados?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, não sei.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Onde o Celso Três está agora?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não sei, isso é de foro íntimo do Procurador. Não posso

dizer a V. Ex^a o que ele está sentindo. Não converso com essas pessoas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vai ver que engavetaram os dois.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Meu trato com essas pessoas é estritamente oficial. Já faz tempo ...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aí vai ver que, ao invés de engavetarem processos, engavetaram os procuradores. Onde está o Procurador Celso Três? Está trabalhando onde?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de saber. Certamente está nas suas funções.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a se lembra, ele esteve na CPI do Banestado, prestou depoimentos. Onde ele está? Senador, não vamos olhar muito para passado, porque isso não condiz bem com a história do Partido de V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes,

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não fica bem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes,...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...o debate aqui tem que ter o nível o mais alto possível. Quero dizer a V. Ex^a que se há uma ou outra pessoa com dificuldade de trabalho no Ministério Público, isso não me interessa. O que nos interessa é a instituição trabalhando e prestando a sua contribuição para o País. E há uma diferença muito grande entre como o Ministério Público agia na época e o que faz hoje. Muitas vezes até, alguns procuradores agiam da maneira mais pública do que a própria Casa, porque a Casa tinha dificuldade de encaminhar os processos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá, eu gostaria que V. Ex^a concluisse, por gentileza. É possível concluir?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de pedir ao Senador Sibá Machado que tornasse mais clara essa denúncia gravíssima que ele faz contra o Ministério Público do Brasil, apontando os nomes, porque é um grande serviço que V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu citei o nome: Geraldo Brindeiro. O País conhece esse nome.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. V. Ex^a não citou só Geraldo Brindeiro. V. Ex^a citou vários procuradores. Eu gostaria que dissesse à Nação quem são esses procuradores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu não sei onde estão, não vou perguntar, porque o que me interessa é o trabalho da Casa, da instituição. Estou muito feliz com o trabalho do Ministério Público, que, no meu entendimento, está cumprindo rigorosamente com suas funções. Por isso, não me interessa saber onde está uma pessoa ou outra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O curioso é que o atual Governo não desengavetou nada. Por quê?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pelo contrário. Tem trabalhado muito bem.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. Isso é crime novo, é lançamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tem trabalhado muito bem.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A capacidade de escândalo do Partido de V. Ex^a e do atual Governo é infinitamente superior à capacidade de apuração do Ministério Público.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, o Presidente pediu-me que concluisse, mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sem mais apartes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu tinha de iniciar outro assunto exclusivo sobre a Bolívia. Vou encerrar o meu pronunciamento, dizendo que as negociações com a Bolívia têm trilhado pelo caminho da responsabilidade. O Governo não faz pirotecnia. Não vamos aceitar provocação.

O Governo brasileiro vai tratar a questão com toda a responsabilidade que lhe recai sobre os ombros. No caso da Bolívia, a indústria do gás está funcionando a todo o vapor. Pela primeira vez, atinge a plenitude do fornecimento. Agora é que está sendo feito o contrato, depois de dez anos. A participação da Petrobras no refino de petróleo na Bolívia é um assunto que será trilhado pela negociação e jamais vamos aceitar a provocação de quem que seja.

Portanto, quero pedir a V. Ex^a que dê como lido essa parte do meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR SIBÁ MACHADO.

Bolívia suspende negociação com a Petrobras.

1. Tenho a compreensão que o processo de transformações por que passa a Bolívia atende a legítimo pleito de toda a população boliviana. Um pleito manifestado por meio de inúmeras insurreições populares ocorridas nos últimos 5 anos e que redundaram na queda de vários presidentes e na convocação de novas eleições democráticas.
2. Tais insurreições populares ocorreram devido à revolta do povo boliviano que percebeu que fora enganado pela cantilena das privatizações. Perceberam que os bolivianos estavam ficando cada vez mais pobres enquanto sua riqueza era apropriada por empresas de outros países, inclusive o Brasil.
3. Fruto desse processo de conscientização e de inúmeros conflitos, houve um plebiscito em que a população decidiu que a exploração dos recursos naturais de gás e petróleo da Bolívia deveriam ser nacionalizada. O Congresso Boliviano, bem antes da eleição e posse do Presidente Evo Morales, aprovou uma nova Lei de Hidrocarbonetos que determinava aquilo que a população tinha decidido, ou seja, a nacionalização da exploração dos hidrocarbonetos bolivianos.
4. A partir de sua posse, o Presidente Evo Morales, vem adotando medidas para fazer cumprir a vontade de seu povo, como seria de se esperar de um presidente eleito democraticamente.
5. Compreendemos e temos o maior respeito pelo processo de reordenamento democrático que vem sendo implementado na Bolívia. Porém, quero deixar registrada a minha perplexidade pela forma como foram adotadas algumas medidas, principalmente essa última Resolução.
6. A Resolução foi baixada quando os dois governos estavam trabalhando para um acordo que preservasse o interesse dos dois países. Estava estabelecido que não haveria negociação pela imprensa, entretanto, a Petrobras tomou conhecimento

pela imprensa. Não é exagero dizer que foi mais um desrespeito com os negociadores brasileiros.

7. Também lamentável e inaceitável foi o anúncio do seqüestro de receita das refinarias brasileiras. Ora, se o governo Boliviano de resolver quebrar contratos, espero sinceramente que não faça isso, afinal o Brasil está aberto para sentar à mesa. Se isso vier a ocorrer efetivamente, a Petrobras não terá por que continuar atuando naquele país. Não restará outra possibilidade a não ser encerrar as atividades de refino de nossa estatal na Bolívia.
8. Se isso acontecer, quem mais perderá será a própria Bolívia. Hoje, quase 20% do PIB daquele país é gerado pela empresa brasileira. Para um País com tantos problemas sociais, acredito, seria desastroso. Espero que eles coloquem na balança as perdas econômicas e os danos políticos que essa decisão poderá causar.
9. Outra insensatez, fruto de um sectarismo fora de época, foi à declaração do ex-ministro Andrés Soliz de que a empresa brasileira teve lucro de pelo menos US\$ 320 milhões desde que se instalou lá. Na verdade, nos últimos seis anos, a empresa obteve lucro de US\$ 85,3 milhões. Só posso entender isso como uma difamação do ex-ministro com o objetivo de criar uma imagem negativa da estatal brasileira. Para justificar um tratamento depreciativo da petrolífera.
10. Por isso, senhores senadores, concordo com a posição firme do presidente da Petrobrás: se tiver que sair da Bolívia, a Petrobras sai, mas num processo que tem que ter resolução dos contratos, eliminação de pendências, resarcimento de investimentos. Sair, mas não ser expulso da Bolívia. Sair da forma legal, da forma que entramos. É assim que se procede no mundo sustentado pelo direito.

11. O Governo Brasileiro, dentro da solidariedade que deve presidir a relação entre povos irmãos, conhece sua responsabilidade como o País de maior relevância do continente sul-americano. Conhece as dificuldades e respeita a decisão soberana do povo boliviano em estabelecer um novo ordenamento social.
12. Não interessa ao Brasil e ao povo brasileiro a instalação de conflitos com nossos irmãos bolivianos. Nossa Governo trabalha para que consigamos uma negociação boa para as partes.
13. Entretanto, caso não seja possível, a Petrobras já anunciou que tomará, medidas duras se os seus interesses legítimos não forem respeitados. A declaração do presidente Lula a esse respeito não deixa dúvida: "Se a Bolívia teimar em tomar essas atitudes unilaterais, o Brasil vai ter de pensar em como fazer uma coisa mais dura com a Bolívia". Apesar disso, governo e a Petrobras trabalham para resolver essa crise de forma serena.
14. Se as negociações não chegarem a termo satisfatório, a Petrobras vai recorrer ao Centro Internacional para Arbitragem de Disputa sobre Investimento, órgão do Bird (Banco Mundial), em Washington. Importante ressaltar que esse recurso só pode ser apresentado seis meses após o início das negociações. O centro não tem poderes para revogar a resolução do governo boliviano, mas que, se considerar que o governo brasileiro foi prejudicado pelo boliviano, poderá exigir um resarcimento dos investimentos realizados. A Petrobras pagou US\$ 100 milhões pelas duas refinarias. Se a Bolívia se recusar a cumprir a decisão do Centro Internacional, sofrerão as consequências das sanções no mercado internacional.
15. Era o que tinha.~~an - 43 p.2~~

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Srs e Srs. Senadores, antes de dar a palavra ao próximo orador, o Senador Paulo Octávio, gostaria de fazer uma comunicação a esta Casa como Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Comunico que a representação do relatório do Senador Jefferson Péres, Relator da Representação nº 1, de 2006, referente ao Senador Ney Suassuna, anteriormente marcada para esta data, foi transferida para a 15ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no dia 4 de outubro, quarta-feira, às 10 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho. Estivemos presentes, mas não houve quórum. Fizemos apenas as oitivas que estavam marcadas.

O Senador Jefferson Péres já tem o seu relatório pronto.

Comunico, igualmente, que está convocada a 16ª reunião do Conselho para o próximo dia 5 de outubro, quinta-feira, às 10 horas, no mesmo local, destinada a ouvir o Deputado Walter Pinheiro e os Srs. Wilerson Moreira da Costa, Valdir Agostinho Piran e Valcir José Piran, nos autos da Representação nº 3, de 2006, referente ao Senador Magno Malta.

Gostaria que os Srs. Senadores estivessem presentes nessa data; é muito importante. Nos dias 4 de outubro, quarta-feira, e 5 de outubro, quinta-feira, teremos aqui sessões plenárias deliberativas e, pela manhã, reuniremos o Conselho de Ética.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é oportuno esse esclarecimento que V. Exª presta, mas gostaria também de esclarecer fatos sobre a reunião marcada para hoje. Semana passada, numa reunião presidida por V. Exª, ficou acertado que hoje seria feita uma nova reunião para a leitura do relatório por parte do Senador Jefferson Péres. Ontem, procurei V. Exª e o Senador Jefferson Péres, comunicando-lhes que tínhamos compromissos assumidos no Rio de Janeiro hoje, pela manhã, e sugeri que a reunião fosse marcada para hoje à tarde. O Senador Jefferson Péres ficou de tratar do assunto com V. Exª e então marcar essa reunião para a tarde, por um motivo muito simples: nós tínhamos três ou quatro membros – não sou preciso aqui nos números – dessa Comissão, que participam da coligação Brasil Decente. E nós – eu, o Senador Sérgio Guerra, não me lembro exatamente dos outros membros – tínhamos o lançamento de um programa

hoje, no Rio de Janeiro. Daí por que não podíamos comparecer hoje, pela manhã, e eu ter feito esse apelo. Mas houve, de pronto, a solicitação de que essa reunião fosse feita à tarde.

Estou lhe falando isso, porque estou sendo cobrado por vários órgãos de imprensa por essa ausência. Quero dizer o que ocorreu. Ontem conversei com V. Exª. Fui à Mesa, a qual V. Exª estava presidindo. conversei com V. Exª e com o Relator, pedindo que fosse marcado para a parte da tarde, até porque, na semana passada, não marcamos um horário preciso, no qual seria feita a reunião.

Presto esses esclarecimentos, porque acho que é dever, não só no meu caso pessoal, mas também dos companheiros que não estavam aqui hoje, pela manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito Fortes, V. Exª está com toda razão. Ontem, aqui, quando eu cheguei – eu até presidi a sessão de ontem também –, V. Exª, juntamente com o Senador Sérgio Guerra, procuraram-me para dizer da impossibilidade do PFL e do PSDB participarem da reunião do Conselho de Ética.

O Relator falou também com V. Exªs, e S. Exª tentou hoje, já na parte da manhã, pois, com a ausência do PFL e do PSDB, que são majoritários, não dava número no Conselho de Ética. Então, tentamos fazer a reunião e não houve número. De qualquer maneira, já marcamos para o dia 04, quando será lido o relatório, porque o Senador Jefferson Péres gostaria de ler o relatório com a maioria do Conselho Presente. Não foi possível hoje, mas no dia 04 nós o leremos.

Concedo a palavra o Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal, candidato a vice-governador do Distrito Federal. Em seguida, como último orador, o ex-Presidente da República, ex-governador de Pernambuco, ex-Presidente da Câmara Federal, o Senador Marco Maciel.

O Relator falou também com V. Exªs, e S. Exª tentou hoje, já na parte da manhã, pois, com a ausência do PFL e do PSDB, evidentemente, não dava número no Conselho de Ética, uma vez que ali o PSDB e o PFL são majoritários. Então, tentamos fazer a reunião, mas não houve número. De qualquer maneira, já marcamos para o dia 4, quando será lido o relatório, com a presença da maioria do Conselho, porque assim gostaria o Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra agora ao Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal, candidato a Vice-Governador do Distrito Federal, por 20 minutos.

Em seguida, o último orador será o ex-Presidente da República, ex-governador de Pernambuco, ex-Pre-

sidente da Câmara Federal, o Senador Marco Maciel, por 20 minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, declino dos 20 minutos em homenagem ao nosso Presidente Marco Maciel. A minha posição hoje aqui é no sentido de, até como presidente da Comissão que comemora os 50 anos da posse do Presidente Juscelino, registrar, para os Anais do Senado, a matéria que ontem foi publicada no **Correio Brasiliense** intitulada “O dia em que o sonho virou lei”. Ela foi publicada ontem, 19 de setembro, e é de autoria da jornalista Conceição de Freitas.

Trata-se de uma matéria sobre o fato ocorrido nessa data, há 50 anos, que foi justamente a lei que sancionou a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap, responsável pelo planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, Presidente Marco Maciel, que hoje habitamos com muita alegria.

A matéria ocupa toda uma página e traz uma foto, também de caráter histórico, onde aparece o Presidente JK assinando o texto que autoriza a construção da nossa cidade. Atrás do Presidente Juscelino, destaca-se a figura ilustre do então Deputado Israel Pinheiro, que viria a ser o homem de confiança de JK para tocar sua grande obra e também o primeiro Prefeito de Brasília.

Também está estampada na página uma cópia da lei, onde podemos ler em seu cabeçalho: “Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o texto da Conceição de Freitas é muito interessante no ponto em que ela diz:

Era cobra contra cobra. O Presidente JK contra a UDN (União Democrática Nacional) de Carlos Lacerda. Aprovar uma lei que determinava a construção de Brasília era uma ousadia quase risível diante da incansável oposição lacerdista. [...] O projeto estava empacado, mas Juscelino, não. Articulava-se com os políticos goianos que, apesar de udenistas, tinham um interesse maior, a transferência da nova capital para Goiás. Essa articulação, somada à crença da UDN de que JK jamais construiria uma cidade no meio do cerrado inabitado, permitiu que 50 anos depois Brasília fosse uma realidade de 2,3 milhões de habitantes [quase 2,5 milhões].

A reportagem traz depoimentos importantes, como o do ex-Governador de Brasília Ronaldo Costa Couto, do médico e pioneiro Dr. Ernesto Silva, da

professora Cleusa Neves, que ministra um curso de história de Brasília para professores da rede pública do Distrito Federal, e de professores da rede pública do Distrito Federal.

No final da matéria, a repórter conclui que “os 50 anos da lei que autorizou a transferência da nova Capital são também a constatação de que o Brasil perdeu a capacidade de sonhar”.

“O Brasil precisa de sonhos”, afirma o depoimento de Ronaldo Costa Couto. E ele prossegue:

Naquele tempo, duvidava-se de que os brasileiros eram capazes de fabricar carros e, mais ainda, de construir uma cidade. Esse povo, aos trancos e barrancos, fez uma obra que espantou o mundo. Obra de afirmação de um povo, numa época em que a economia era muito menor.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é esse sonho que não podemos deixar morrer. Brasília cresceu mais do que seu sonho. E é esta cidade, criada por lei há 50 anos, que embala todos os nossos sonhos futuros.

Era o que tinha dizer e não poderia deixar de registrar.

Com prazer, ouço o aparte do Senador Marco Maciel, que muito honra este pequeno pronunciamento.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa de trazer à memória da Casa e do País a lei que criou a então futura e hoje pujante Capital do Brasil aqui no Planalto Central. Aproveito a ocasião para lembrar a capacidade empreendedora de Juscelino Kubitschek, porque Brasília foi muito mais do que a transferência da Capital do Rio de Janeiro, porque se converteu também numa mudança de eixo no nosso processo de desenvolvimento. Brasília propiciou a integração nacional. O historiador Frei Vicente Salvador, certa feita, disse que a população do Brasil vivia como caranguejo: arranhando o litoral, porque, de fato, o Brasil era basicamente uma nação litorânea. Com a criação de Brasília, houve um acentuado processo de interiorização, que se refletiu inclusive no florescimento de regiões até então de baixa participação na economia nacional, como o Centro-Oeste e o próprio Norte do País. Além da significação política e da realização do sonho de Dom Bosco de trazer a Capital para o Planalto Central, isso representou também uma importante contribuição para o crescimento integrado do País e, sobretudo, pela oportunidade do surgimento de alternativas de desenvolvimento no País. Acredito que não é sem razão que Brasília pode merecer o título de Capital da Integração. Cumprimento V. Ex^a, portanto.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Presidente Marco Maciel, agradeço seu aparte. É isto o que buscamos efetivamente: Capital da Integração Nacional. É a missão de Brasília.

Sr. Presidente, duas leis importantes marcaram a história de Brasília. A primeira é essa que estamos registrando, do dia 19 de setembro de 1956, que criou Brasília. Outra lei muito importante foi sancionada em dezembro de 2002, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso e por V. Ex^a, então Vice-Presidente da República, Marco Maciel, que criou o Fundo Constitucional de Brasília.

Tal fundo é a verdadeira autonomia financeira da cidade; permite que Brasília caminhe a passos largos para um futuro melhor; é hoje o responsável pelo pagamento dos salários dos servidores da educação, saúde e segurança e dá dignidade à Capital de todos os brasileiros.

Por isso, fica registrado meu profundo agradecimento, em nome do povo de Brasília, ao Presidente Marco Maciel, que apoiou essa iniciativa do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje, no **Jornal do Senado**, há uma matéria, na contracapa, cujo título diz: “Pavan protesta contra ‘mentiras deslavadas’ de Ideli Salvatti”. Já tive, nesta Casa, em outras oportunidades, esse tratamento de mentirosa ou coisa que se equivalha.

Em primeiro lugar, gostaria de trazer toda a documentação que, depois, oficialmente, vou encaminhar à Mesa do Senado. É claro que se trata de uma situação estadual, que diz respeito a um debate dentro do processo eleitoral do meu Estado, sobre a BR-282, importante rodovia de Santa Catarina.

Foi proibida a aplicação de recursos por parte do Governo Federal nessa rodovia porque havia um processo no Tribunal de Contas da União. A licitação é antiga, de 2000 ou 2001. Teve que ser toda repactuada. A empreiteira teve que fazer um desconto considerável, de R\$ 43 milhões. O Tribunal de Contas da União, depois de muito tempo, terminou o processo.

No entanto, só poderemos voltar a aplicar recursos depois que o Congresso Nacional votar o decreto legislativo. Esse decreto legislativo está na Comissão Mista de Orçamento.

No esforço concentrado, houve uma reunião em cuja pauta estavam vários assuntos, incluindo esse.

No debate eleitoral, surgiu essa questão, porque estamos discutindo os problemas do Estado.

Na propaganda, tive oportunidade de relatar essa situação. Registrei que, no dia da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, não houve quórum e não foi possível que a matéria fosse votada. Dos três Parlamentares catarinenses efetivos, dois estavam presentes – ou pelo menos assinaram a lista de presença –, mas o terceiro, exatamente o Senador Leonel Pavan, não assinou a lista, apesar de estar no Senado Federal.

E, diferentemente do que disse o Senador ao se pronunciar da tribuna ontem, o Plenário do Senado Federal não estava na apreciação da Ordem do Dia. Quem estava em votação da Ordem do Dia era a Câmara dos Deputados. A Ordem do Dia do Senado Federal somente começou às 20 horas.

O Senador Leonel Pavan se pronunciou várias vezes ao longo da tarde. De fato, não houve quórum para a reunião e não foi a ausência do Senador Leonel Pavan a responsável por essa falta de quórum – e não foi isso que veiculei na propaganda eleitoral, no debate que estamos fazendo sobre os problemas de Santa Catarina.

Portanto, para que não pare nenhuma dúvida, encaminho à Mesa a degravação do que falei no programa eleitoral do dia 11 de setembro; trago a lista de presença da reunião de Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em que fica claro quem compareceu – quem assinou – e quem não compareceu; trago a ata da reunião, mostrando por que ela não aconteceu; e também trago todos os pronunciamentos feitos pelo Senador Leonel Pavan no dia 5 de setembro, por ocasião da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em virtude das declarações e da agressão verbal que o Senador fez a mim em discurso proferido ontem, na minha ausência, hoje esperei que S. Ex^a aparecesse. Mas para que não pare nenhuma dúvida, não posso deixar de fazer alusão ao fato, tendo em vista que a matéria do **Jornal do Senado** é realmente muito agressiva à minha pessoa. O Senador disse que estava tranquilo porque ganhou o direito de resposta pelo Tribunal Regional Eleitoral, mas não obteve direito de resposta na propaganda da qual participei e na qual está a minha fala, o meu pronunciamento, o meu depoimento a respeito do que aconteceu e da

importância da BR-282 para Santa Catarina. S. Ex^a obteve direito de resposta no programa de rádio do qual não participei.

Portanto, não aceito, como já não aceitei, ser agredida, ter meu nome enxovalhado, caluniado. Em episódios anteriores, Parlamentares que me chamaram de mentirosa, tiveram depois, em face de toda a documentação apresentada, a dignidade de reconhecer de público que se tinham equivocado, como ocorreu na CPI dos Correios, com o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Espero que sejam suficientes todos os documentos que estou apresentando e que, pelo

menos, o comportamento do Senador Leonel Pavan, na próxima vez em que comparecer ao plenário, seja equivalente ao que o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto teve a partir da documentação apresentada.

Agradeço e peço desculpas, Sr. Presidente, por ter tomado esse tempo, mas não poderia permanecer sem me pronunciar sobre essa questão.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA.. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Esta é a transcrição do áudio do programa político da coligação Força do Povo em Santa Catarina onde a senadora Ideli Salvatti fala da votação de um decreto legislativo na Comissão Mista de Orçamento no Congresso Nacional. A inserção com o áudio da senadora foi ao ar no dia 11 de setembro.

"A 282 é uma novela ruim que se arrasta há muito tempo, teve uma licitação lá em 2000/2001, que foi superfaturada, quando foi descoberto este superfaturamento o Tribunal de Contas da União barrou a obra, nós não pudemos no governo Federal, no governo Lula colocar dinheiro na 282, porque havia uma proibição do tribunal de contas, teve que ser repactuado, teve que ter um desconto, a empresa teve que reduzir o preço mais de 40 milhões, só agora isto está resolvido mas antes de podermos colocar dinheiro do governo federal de novo na 282 tem que ser votado um decreto legislativo no congresso nacional. Dois esforços concentrados, em agosto e em setembro, não deu quorum na comissão mista de orçamento pra votar este decreto e autorizar o governo Lula a colocar o 48 milhões que estão no orçamento este ano para podermos andar com esta obra importante, só que não deu quorum, dos três catarinenses que compõem a comissão mista de orçamento como efetivos dois foram, Cláudio Vignati e o Carlito Merss, mas o Senador Pavan preferiu fazer discurso no plenário contra o Presidente Lula do que estar na Comissão Mista de Orçamento pra votar esta importante autorização pra gente poder fazer esta obra tão importante andar."

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DE PRESENÇA

Termo de Reunião 006/2006, realizada em 05/09/2006, referente

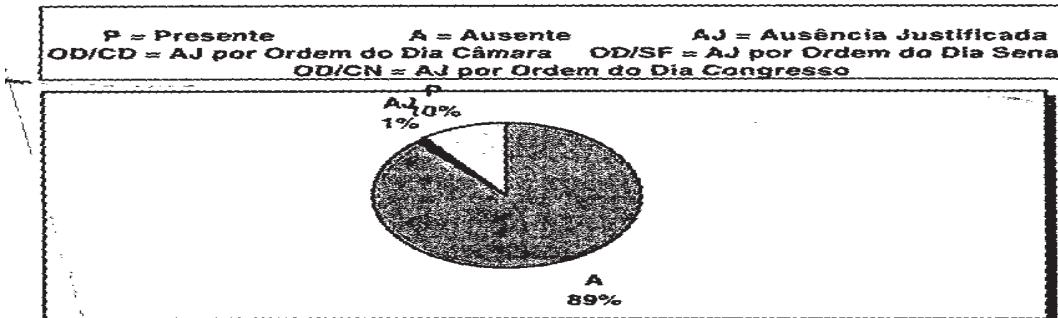
CÓD. PARLAMENTAR	TIPO PARL.	TIT/SUPL.	Partido	UF	FREQ.
1 3481 ALMIR SÁ	Deputado(a)	Titular	PL	RR	P
2 1239 BISMARCK MAIA	Deputado(a)	Titular	PSDB	CE	P
3 3653 CARLITO MERSS	Deputado(a)	Titular	PT	SC	P
4 1428 CARLOS ABICALIL	Deputado(a)	Suplente	PT	MT	P
5 3166 CLAUDIO CAJADO	Deputado(a)	Titular	PFL	BA	P
6 3438 COLBERT MARTINS	Deputado(a)	Suplente	PPS	BA	P
7 1967 EDUARDO SCIARRA	Deputado(a)	Titular	PFL	PR	P
8 3520 EUNÍCIO OLIVEIRA	Deputado(a)	Titular	PMDB	CE	P
9 2091 FLEXA RIBEIRO	Senador(a)	Titular	PSDB	PA	P
10 1445 GERALDO RESENDE	Deputado(a)	Titular	PPS	MS	P
11 3590 GILMAR MACHADO	Deputado(a)	Titular	PT	MG	P
12 3523 MARCELO CASTRO	Deputado(a)	Titular	PMDB	PI	P
13 2057 NAZARENO FONTELES	Deputado(a)	Suplente	PT	PI	P
14 3332 RICARDO BARROS	Deputado(a)	Titular	PP	PA	P
15 1478 ROBERTO BALESTRA	Deputado(a)	Titular	PP	GO	P
16 2024 SÉRGIO ZAMBIASSI	Senador(a)	Suplente	PTB	RS	P

17	1976	VIGNATTI	Deputado(a)	Titular	PT	SC	P
18	2013	ANA JÚLIA CAREPA	Senador(a)	Suplente	PT	PA	AJ
19	1640	OSVALDO REIS	Deputado(a)	Titular	PMDB	TO	AJ
20	2018	AELTON FREITAS	Senador(a)	Suplente	PL	MG	A
21	1914	ALCESTE ALMEIDA	Deputado(a)	Suplente	PPB	RR	A
22	3680	ALEX CANZIANI	Deputado(a)	Titular	PTB	PR	A
23	3113	ALEXANDRE CARDOSO	Deputado(a)	Titular	PSE	RJ	A
24	2036	ALMEIDA LIMA	Senador(a)	Suplente	PMDB	SE	A
25	2336	ALVARO DIAS	Deputado(a)	Titular	PDT	RN	A
26	1524	AMAURO GASQUES	Deputado(a)	Titular	PL	SP	A
27	2213	AMIR LANDO	Senador(a)	Suplente	PMDB	RO	A
28	3122	ANÍBAL GOMES	Deputado(a)	Suplente	PMDB	CE	A
29	3123	ANIVALDO VALE	Deputado(a)	Suplente	PSDB	PA	A
30	2337	ANTERIO PAES DE BARROS	Senador(a)	Suplente	PSDB	MT	A
31	3518	ANTONIO CAMBRAIA	Deputado(a)	Suplente	PMDB	CE	A
32	1438	ANTONIO CRUZ	Deputado(a)	Suplente	PP	MS	A
33	1214	ANTONIO JOAQUIM	Deputado(a)	Suplente	PSDB	MA	A
34	2037	ARTHUR VIRGÍLIO	Senador(a)	Suplente	PSDB	AM	A
35	1619	ÁTILA LINS	Deputado(a)	Suplente	PMDB	AM	A
36	2030	AUGUSTO BOTELHO	Senador(a)	Titular	PDT	RR	A
37	3744	BENEDITO DE LIRA	Deputado(a)	Suplente	PP	AL	A
38	2074	BENJAMIN MARANHÃO	Deputado(a)	Titular	PMDB	PB	A
39	3146	BETINHO ROSADO	Deputado(a)	Suplente	PFL	RN	A
40	9014	BETO ALBUQUERQUE	Deputado(a)	Suplente	PSB	RS	A
41	3155	CARLOS MELLES	Deputado(a)	Titular	PFL	MG	A
42	1964	CEZAR SILVESTRI	Deputado(a)	Suplente	PPS	PR	A
43	3588	CLEUBER CARNEIRO	Deputado(a)	Suplente	PTB	MG	A
44	1128	COPONEL ALVES	Deputado(a)	Suplente	PL	AP	A
45	2069	CRISTOVAM BUARQUE	Senador(a)	Suplente	PDT	DF	A
46	1339	DANIEL ALMEIDA	Deputado(a)	Titular	PC DO B	BA	A
47	1473	DELEY	Deputado(a)	Suplente	PSC	RJ	A
48	2020	DEMÓSTENES TORRES	Senador(a)	Suplente	PFL	GO	A
49	1531	DEVANIR RIBEIRO	Deputado(a)	Titular	PT	SP	A
50	1122	DR. RODOLFO PEREIRA	Deputado(a)	Suplente	PDT	RR	A
51	1540	DURVAL ORLATO	Deputado(a)	Suplente	PT	SP	A
52	2254	EDISON LOBÃO	Senador(a)	Suplente	PFL	MA	A

CÓD.	PARLAMENTAR	TIPO PARL.	TIT/SUPL.	Partido	UF	FREQ.	
114	3411	NÁRCIO RODRIGUES	Deputado(a)	Titular	PSDB	MG	A
115	9002	NATAN DONADON	Deputado(a)	Suplente	PMDB	RO	A
116	1259	NÉLIO DIAS	Deputado(a)	Suplente	PP	RN	A
117	3309	NELSON MEURER	Deputado(a)	Titular	PP	PR	A
118	3564	NELSON PELLEGRINO	Deputado(a)	Titular	PT	BA	A
119	2277	NEY SUASSUNA	Senador(a)	Suplente	PMDB	PB	A
120	1700	OLAVO CALHEIROS	Deputado(a)	Suplente	PMDB	AL	A
121	9043	ORLANDO FANTAZZINI	Deputado(a)	Suplente	PSOL	SP	A
122	1837	OSÓRIO ADRIANO	Deputado(a)	Suplente	PFL	DF	A
123	1230	OSVALDO COÉLHO	Deputado(a)	Suplente	PFL	PE	A
124	1168	PAES LANDIM	Deputado(a)	Suplente	PTB	PI	A
125	1293	PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	Deputado(a)	Suplente	PSB	PE	A
126	1622	PAUDERNEY AVELINO	Deputado(a)	Titular	PFL	AM	A
127	1975	PAULO AFONSO	Deputado(a)	Suplente	PMDB	SC	A
128	3322	PAULO FELÓ	Deputado(a)	Suplente	PSDB	RJ	A
129	2043	PAULO OCTÁVIO	Senador(a)	Titular	PFL	DF	A
130	1986	PAULO PIMENTA	Deputado(a)	Titular	PT	RS	A
131	1297	PAULO RUBEM SANTIAGO	Deputado(a)	Titular	PT	PE	A
132	3672	PEDRO CHAVES	Deputado(a)	Titular	PMDB	GO	A
133	3511	PEDRO FERNANDES	Deputado(a)	Titular	PTB	MA	A
134	1649	PEDRO NOVAIS	Deputado(a)	Titular	PMDB	MA	A
135	1959	PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	Deputado(a)	Titular	PSDB	GO	A
136	3328	RAIMUNDO SANTOS	Deputado(a)	Suplente	PL	PA	A
137	3627	RICARTE DE FREITAS	Deputado(a)	Suplente	PTB	MT	A
138	1830	ROBERTO GOUVEIA	Deputado(a)	Suplente	PT	SP	A
139	2317	ROBERTO SATURNINO	Senador(a)	Suplente	PT	RJ	A
140	1312	ROGÉRIO TEÓFILO	Deputado(a)	Titular	PPS	AL	A
141	2282	ROMERO JUCÁ	Senador(a)	Titular	PMDB	RR	A
142	2283	ROMEU TUMA	Senador(a)	Titular	PFL	SP	A
143	1213	RONALDO DIMAS	Deputado(a)	Titular	PSDB	TO	A
144	1961	SANDES JUNIOR	Deputado(a)	Suplente	PP	GO	A
145	3350	SANDRO MABEL	Deputado(a)	Suplente	PL	GO	A
146	2015	SÉRGIO GUERRA	Senador(a)	Titular	PSDB	PE	A
147	1942	SÉRGIO MIRANDA	Deputado(a)	Titular	PDT	MG	A
148	2022	SÉRGYS SLHESSARENKO	Senador(a)	Titular	PT	MT	A
149	2051	SIBÁ MACHADO	Senador(a)	Titular	PT	AC	A
150	2179	TEOTONIO VILELA FILHO	Senador(a)	Suplente	PSDB	AL	A
151	1232	TEREZINHA FERNANDES	Deputado(a)	Suplente	PT	MA	A
152	2048	VALDIR RAUPP	Senador(a)	Titular	PMDB	RO	A
153	1451	VANDER LOUBET	Deputado(a)	Suplente	PT	MS	A

154	1519	VIEIRA RBS	Deputado(a)	Suplente	PMDB	RJ	A
155	3476	WALDEMIR MOKA	Deputado(a)	Suplente	PMDB	MS	A
156	1952	WALTER FELDMAN	Deputado(a)	Suplente	PSDB	SP	A
157	3456	WALTER PINHEIRO	Deputado(a)	Titular	PT	BA	A
158	1831	WELLINGTON FAGUNDES	Deputado(a)	Suplente	PL	MT	A
159	1277	WELLINGTON ROBERTO	Deputado(a)	Titular	PL	PB	A
160	2094	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Senador(a)	Titular	PMDB	MG	A
161	1283	WILSON SANTIAGO	Deputado(a)	Suplente	PMDB	PB	A
162	3389	ZÉ GERARDO	Deputado(a)	Titular	PMDB	CE	A
163	1146	ZEQUINHA MARINHO	Deputado(a)	Titular	PSC	PA	A

**Representação gráfica da Reunião Termo 006/2006, realizada
em 05/09/2006**



Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**Quarta Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura**

TERMO DE REUNIÃO N° 06, DE 2006

Deixou de ser realizada, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter inicio às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de 2006, no Plenário 2, conforme disposto no *caput do art. 39, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, alterada pelas Resoluções nºs 01, 02 e 03 de 2003-CN e Ofício n.º 824/2004-CN*. Foi registrada presença dos membros: - **Deputados titulares:** Almir Sá, Bismarck Maia, Carlito Merss, Claudio Cajado, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Marcelo Castro, Ricardo Barros, Roberto Balestra e Vignatti; **Senador titular:** Flexa Ribeiro; **Deputados Suplentes:** Carlos Abicalil, Colbert Martins e Nazareno Fonteles; **Senador Suplente:** Sérgio Zambiasi. Foi registrada a ausência dos membros: **Deputados titulares:** Alex Canziani, Alexandre Cardoso, Alvaro Dias, Amauri Gasques, Benjamin Maranhão, Carlos Melles, Daniel Almeida, Devanir Ribeiro, Francisco Dornelles, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Herculano Anghinetti, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Jaime Martins, João Leão, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Chaves, José Divino, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júlio Semeghini, Leonardo Mattos, Manato, Marcello Siqueira, Márcio Reinaldo Moreira, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Osvaldo Reis, Pauderney Avelino, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professora Raquel Teixeira, Rogério Teófilo, Ronaldo Dimas, Sérgio Miranda, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Gerardo e Zequinha Marinho ; - **Senadores Titulares:** Augusto Botelho, Efraim Moraes, Fernando Bezerra, Geovani Borges, Heloisa Helena, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Moarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Guerra, Serys Slhessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional - Sessão Conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Mesa tomará as providências do encaminhamento.

Com a palavra o ilustre Senador Marco Maciel – um exemplo para todos –, do PFL de Pernambuco.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Wellington Salgado, que preside esta sessão, Srs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna, no final desta sessão, é um evento ocorrido hoje, pela manhã, no Rio de Janeiro, na Marina da Glória, de lançamento do programa do candidato do PSDB/PFL, Geraldo Alckmin, que tem como companheiro de chapa a Vice-Presidente da República o nosso Senador José Jorge, de Pernambuco.

Devo, inicialmente, dizer que foi uma cerimônia extremamente concorrida. Lá estavam não somente o Presidente do meu partido, o ilustre Senador Jorge Bornhausen, mas também o Presidente do PSDB, o Senador Tasso Jereissati, além de outros parlamentares, entre os quais mencionaria o Senador Heráclito Fortes, presente neste plenário, bem como o ex-Senador e ex-Prefeito de São Paulo e candidato a Governador do Estado, José Serra, o Governador Aécio Neves, do Estado de Minas Gerais, o Governador Luiz Henrique, do Estado de Santa Catarina, o prefeito Cesar Maia, que, aliás, fez uma exposição antecedendo a palavra do presidente Geraldo Alckmin, e outras tantas figuras da política brasileira. Seria impossível mencionar todas, tendo em vista a grande quantidade de pessoas representativas presentes. Além de líderes políticos, compareceram líderes empresariais e sindicais, membros de instituições não governamentais, o que mostra o quanto expressivo foi o evento.

O documento que o presidente Geraldo Alckmin apresentou ao País, o chamado plano de governo, é uma peça que fertiliza o debate da sucessão presidencial. Não sem razão se tem dito que o debate precisa ser enriquecido com contribuições e propostas sobre as grandes questões nacionais. E foi o que fez o candidato a presidente pela nossa coligação, Geraldo Alckmin.

Trata-se de uma proposta que não pode deixar de ser lida. Não somente pela análise que faz dos problemas nacionais, mas sobretudo pelas sugestões que oferece. Insisto, portanto, que é uma fundamental contribuição à análise dos problemas do País e de fórmulas para resolvê-los.

Não vou, obviamente, mencionar todos os pontos da proposta, porque se trata de um documento com mais de duzentas páginas.

Destacarei apenas alguns itens, lembrando que não me vou referir à parte que trata do Nordeste porque já me manifestei sobre o tema há cerca de quarenta ou cinqüenta dias, da tribuna do Senado Federal. O programa para o Nordeste foi apresentado numa reunião no Recife, com a presença do candidato ao Senado Jarbas Vasconcelos, do Governador Mendonça Filho e de tantos outros políticos do Estado e da região, debatido na ocasião. Agora vou me referir a diferentes questões nacionais. E começaria mencionando, Sr. Presidente, a que diz respeito à política.

O candidato a presidente Geraldo Alckmin mencionou apropriadamente:

“Ser vitorioso, neste caso, significa nos incorporarmos ao grupo de nações que têm um claro projeto de futuro e avançam decididamente em sua direção. Acima de tudo, significa cada brasileira e cada brasileiro poder sentir na sua vida, na da sua família e na da sua comunidade que está progredindo junto com o País.

Unir o Brasil em torno de um projeto nacional de desenvolvimento que conjugue de uma vez por todas democracia com ética, estabilidade com crescimento, justiça social com boa gestão, esperança com mudança, é o sonho que inspirou minha geração. É ele que me motiva a concorrer à Presidência”.

É lógico que a primeira questão que ele trabalha é a que considero essencial: o aperfeiçoamento institucional do País, daí por que não deixou de, logo no início, mencionar a necessidade das chamadas reformas institucionais.

É indispensável que, tão logo termine o processo eleitoral e haja a diplomação dos eleitos, aproveitemos esse tempo entre a diplomação dos eleitos e o início da nova legislatura em fevereiro para definirmos os projetos de reforma institucional, porque, sem fazermos as chamadas reformas institucionais ou – se quiserem assim chamá-las – políticas, não vamos verter um processo consequente de desenvolvimento para o País.

O Presidente Geraldo Alckmin enfatizou nesse ponto, chamando atenção para a necessidade de mudar o sistema eleitoral brasileiro, porque praticamos um sistema proporcional por listas abertas, que conduz à fulanização do voto – o eleitor brasileiro não vota em um partido, vota em pessoas –, e também mencionou a necessidade de uma reforma da legislação partidária para melhorar os níveis de fidelidade partidária, algo igualmente fundamental para o País.

Por outro lado, o Presidente Geraldo Alckmin referiu-se à necessidade de investir também na questão dos direitos humanos.

O Brasil avançou muito nesse campo, sobretudo a partir da Constituição de 1988. E não foi por outra razão que o Presidente da Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães, denominou a Carta Magna de "Constituição Cidadã".

Entretanto, é bom salientar que, apesar dos avanços que temos alcançado ao longo desses 18 anos da nova Constituição, ainda há muito que fazer. Há necessidade daquilo que hoje se chama aprofundamento da democracia, "o que leva a reforçar as estruturas governamentais, que formulam, implementam e monitoram as políticas públicas de defesa e promoção dos direitos humanos com transparência, participação, pluralismo, seriedade e consequência", conforme fez questão de citar o candidato a Presidente, Geraldo Alckmin.

Por outro lado, ele insistiu também na questão da segurança pública, que é crucial nos dias que estamos vivendo. Ele anunciou, entre muitas das suas propostas, a criação do Ministério de Segurança Pública. Isso, a meu ver, vai permitir que o País execute um projeto integrado com os Estados e Municípios, que são os demais entes federativos, no sentido de reduzir a violência, de assegurar mais paz e tranquilidade à família brasileira.

Não vou ler todas as suas propostas. Mencionei já a primeira, a criação desse Ministério de Segurança Pública, que vai atuar em estreita cooperação com o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e, assim também, em articulação, como já tive oportunidade de dizer, com os Estados e Municípios.

No que diz respeito à defesa nacional, o candidato Geraldo Alckmin observou que:

"Para o Brasil, permanece válida a assertiva de que a defesa nacional deve ser pensada com sensata moderação, apoiada na construção de um eficiente poder militar moderno dissuasor, com capacidade de mobilização e de resposta eficaz a eventuais ameaças".

E acrescentou:

"A agenda brasileira é global na economia, meio ambiente e assuntos humanitários, mas é regional no que se refere à defesa. A Amazônia, o Atlântico Sul e os corredores aéreos devem ser prioridades da defesa nacional".

É oportuno referir que o Atlântico Sul tem a peculiaridade – em um mundo marcado por muitos conflitos, felizmente – de ser uma zona de paz, o que é muito bom para o Brasil e para as nações da região.

É lógico que, na parte de defesa nacional, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin tece outras considerações, inclusive salientando o papel que o Brasil tem na América do Sul pelo seu peso relativo e pela responsabilidade no bom desenvolvimento das ações na área de defesa.

Com relação ao desenvolvimento, sem querer me alongar, Sr. Presidente, a grande meta do Presidente Geraldo Alckmin, acaso eleito juntamente com o Vice-Presidente José Jorge, é recuperar o tempo perdido.

O Brasil cresceu, nos últimos anos, a taxas muito reduzidas. Não foi por outra razão que se disse que, no ano de 2005, o Brasil, na América Latina, só cresceu a uma taxa maior que a do Haiti, o que não é um bom exemplo, visto tratar-se de um país que vive uma grave situação econômica e social e que agora recomeça a retomar a sua estabilidade institucional.

O candidato a Presidente Geraldo Alckmin lembrou que, "entre 1930 e 1980, o Brasil conseguiu reduzir significativamente a diferença de renda **per capita** em relação aos países desenvolvidos. Poucos países do mundo cresceram tanto como o Brasil. Crescer parecia ser o nosso destino".

É bom lembrar que, nessa época, surgiu o livro **Brasil, País do Futuro**, de Stefan Zweig. Vivia-se, portanto, uma época de grande otimismo no País. O fato é que essas taxas elevadas de crescimento não se repetiram nos últimos anos, daí por que, diz o candidato Geraldo Alckmin:

"É preciso retomar o crescimento acelerado. É perfeitamente possível resgatar taxas de crescimento da ordem de 5% a 6% sem comprometer a estabilidade doméstica. Estudo recente do Banco Mundial acerca do crescimento dos países da América Latina mostra que, com políticas econômicas adequadas, o Brasil poderá reencontrar a trajetória de crescimento do passado, de 7% ao ano".

Para isso, o candidato Geraldo Alckmin sugere três providências: resgatar a capacidade de investir, reduzir o custo de investimento e aumentar a produtividade da economia.

Afirma o candidato que a retomada da capacidade de investir do País dependerá do ajuste das contas públicas. O Estado brasileiro, como sabemos, é grande e, em muitos casos, ineficiente. Cito o plano do Presidente Alckmin, que é apoiado pela coligação PSDB-PFL:

"Hoje (o Estado) se apropria de quase 43% de tudo o que o País produz, sendo 39% oriundos da carga tributária e 4% de outras receitas. É uma cifra muito elevada para os pa-

drões internacionais. Economias com a mesma renda **per capita** brasileira apresentam carga tributária significativamente inferior".

Também na área de política econômica, o candidato fere uma questão que considero essencial e que tem a ver também com as chamadas reformas institucionais, que é a necessidade de fortalecer as agências reguladoras.

O País deu um passo certo quando criou as agências reguladoras, porque elas dão estabilidade ao processo econômico e são permanentes, são órgãos de Estado. Sabemos que os governos passam, mas o Estado fica. Então, é fundamental que essas agências reguladoras sejam prestigiadas. E penso que as agências reguladoras que foram implantadas – a maioria delas ao tempo do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante o qual fui Vice-Presidente da República – ainda estão na sua primeira etapa, na sua adolescência, mas é necessário fortalecê-las, porque, nos países onde há estabilidade econômica, as agências reguladoras cumprem um papel fundamental.

Vou citar, mais uma vez, parte do Programa do Governo Geraldo Alckmin-José Jorge, lançado hoje. Diz o documento:

"O investimento privado exige que o marco regulatório que envolve a sua atividade seja estável, seguro, permanente. Assim, é preciso desenhar instituições e regras que assegurem que os recursos produtivos se destinem diretamente aos agentes que os geraram. As agências reguladoras são um elemento central do arranjo institucional voltado para a expansão dos negócios e para a clareza das regras. Sua espinha dorsal é zelar pela formulação e fiscalização de políticas de Estado de longo prazo, equilibrando os interesses dos agentes econômicos intervenientes".

Aí vem uma questão que decorre da necessidade de existência das agências reguladoras, que se chama segurança jurídica. Isso vale para o investidor interno e para o investidor externo.

Eu, muitas vezes, nas diferentes funções que tenho exercido, como Governador, como Presidente da Câmara, como Senador, como Vice-Presidente da República, como Ministro de Estado, sempre me deparei com pessoas que vêm do exterior e que perguntam quais as garantias que essas empresas terão caso resolvam investir no Brasil. A resposta é difícil, porque, na realidade, até recentemente, não tínhamos agências reguladoras, não tínhamos regras estáveis, o que, na linguagem do "economês", se chama de insegurança jurídica. O cidadão vem investir e teme que, de uma

hora para outra, os pressupostos que o levaram a fazer investimento no País sejam alterados, provocando a inviabilização do investimento, trazendo, portanto, dano ao crescimento do País e também à imagem do País no exterior. Daí por que resolvi, dentre os pontos do Programa de Governo do candidato Alckmin, destacar esse aspecto, porque ele tem uma interface externa muito importante.

Outro tema a que eu não gostaria de deixar de aludir – o programa é muito longo e não vou poder ferir todos os temas – é o que diz respeito à questão "educação, ciência, tecnologia e inovação".

Recentemente, em um artigo, o novo Diretor-Geral da Unesco dizia que a educação é o bem comum da humanidade. Acho que ele tem razão. Essa frase se aplica exatamente ao País, ao Brasil. Às vezes, penso que a educação é a grande questão ainda não resolvida no País, porque ela tem a ver, em primeiro lugar, com a própria prática da democracia e, em segundo lugar, com políticas corretas de desenvolvimento. Esse mundo globalizado está mostrando que as modernas tecnologias nos levam a investir mais também em desenvolvimento científico e tecnológico.

O candidato a Presidente Geraldo Alckmin não deixou de tratar dessa questão, e a meu ver de forma muito pertinente. Disse ele:

"Outra área que requer avanços constitucionais é a da inovação tecnológica. O motor do crescimento econômico a longo prazo é o progresso tecnológico. Somente o avanço do conhecimento permite a elevação contínua da renda **per capita**. Assim, a política econômica deve ser estruturada para estimular ao máximo a geração e a incorporação de novos produtos e processos produtivos".

Mais adiante, diz o programa:

"Absorção e desenvolvimento de conhecimento dependem essencialmente de formação de capital humano. O País precisa urgentemente melhorar seu padrão educacional em todas as esferas (infantil, básico, médio e superior). A educação constitui elemento fundamental da nova economia do conhecimento".

Não tenho dúvida em afirmar, e penso que este é um sentimento nacional, que, na medida em que avançarmos no campo da educação, ampliaremos a nossa inserção no exterior. Aí ocorre lembrar a frase de Norberto Bobbio, que, na lucidez de seus 94 anos, disse que "o mundo vai-se dividir entre os que sabem e os que não sabem". Ele afirmou que o mundo já se dividiu entre nações ricas e pobres, fortes e fracas, e que agora iria também se dividir entre os que sabem

e os que não sabem. E o Brasil precisa dominar essas modernas tecnologias para ter a indispensável participação que certamente terá na sociedade do século XXI.

Não tenho dúvidas de que temos tudo para realizar esse sonho possível, esse “sonho intenso” de que fala o Hino Nacional: Brasil “de um sonho intenso, um raio vívido”. Temos todas as condições de ser uma grande Nação neste século XXI. Mas, obviamente, tudo passa por investir em educação.

Gostaria de mencionar outros aspectos da política social – saúde, previdência e muitos outros pontos –, mas quero ler uma pequena parte que diz respeito à questão da pobreza. Diz o Programa de Governo de Geraldo Alckmin:

“O eixo principal do programa será o combate à miséria e à pobreza que ainda hoje predominam no Brasil. Para tanto, torna-se necessário que a população pobre do Brasil tenha oportunidades concretas de superar a exclusão, com a criação, repita-se, de oportunidades de trabalho e de geração de renda. Os programas de transferência de renda devem estar agregados à educação, à capacitação para o trabalho, à saúde, à habitação, ao fortalecimento da família e da mulher em específico, à atenção aos idosos e portadores de deficiências e a uma sólida ação com a juventude brasileira”.

O Brasil é um país jovem, que agora completou 500 anos. Comparado com países mais antigos, de tradições mais que milenares, o Brasil é um País extremamente jovem, mas também é o País dos jovens. Daí por que na pauta do Presidente não poderia faltar, como não falta, uma preocupação com a juventude.

Também S. Ex^a fere a questão do meio ambiente. O Brasil é, talvez, o País com a mais rica biodiversidade do mundo e, portanto, não pode deixar de dar uma atenção muito especial à questão ambiental.

Recorda-se que foi no Rio de Janeiro, em 1992, que se realizou a primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente: a Eco-92. Assim como existem a Unesco para tratar da questão da educação e cultura, a Unicef para tratar da questão da infância, a FAO para tratar da questão da fome, espero que, no dia em que a ONU criar uma instituição voltada especificamente para o meio ambiente, ela seja sediada no Brasil, porque foi aqui que nasceu a primeira proposta global de desenvolvimento ambiental.

O Presidente Geraldo Alckmin, em seu Programa de Governo, página 85, diz o seguinte:

“Os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na Conferência Rio-92 têm evoluído muito lentamente e a Agenda 21 Brasileira, lançada em 2002, foi virtualmente deixada de lado pelo atual Governo. A dimensão ambiental, além de desprestigiada na agenda internacional brasileira do atual Governo, não foi ainda incorporada ao planejamento estratégico do País sequer em setores críticos – como os da energia, saneamento, agropecuária – onde é imprescindível”.

O candidato a Presidente Geraldo Alckmin se refere à questão do saneamento, como não poderia deixar de fazer, e até exulta com o fato de haver o Senado aprovado um projeto, já anteriormente apreciado na Câmara, que representa um importante marco regulatório no setor de saneamento no Brasil. O projeto, no Senado, levou o número 19/2006, lei fundamental para a atração de investimentos que, certamente, são extremamente necessários para a questão do saneamento.

Sr. Presidente, feitas essas considerações, gostaria também de dizer ao Senado Federal que o documento que o Presidente Geraldo Alckmin trouxe a debate deve ser motivo de reflexão por parte da sociedade brasileira. Nunca é desnecessário lembrar que não votamos em pessoas, mas em programas. Esse deve ser o grande papel que deve cumprir um partido político, uma instituição que vocaliza – não diria uma ideologia, mas certamente um ideário, um programa para uma nação.

Certa feita, De Gasperi, um dos grandes líderes da unidade italiana, disse que um verdadeiro democrata não tem necessariamente ideologia, mas idéias. Então, o que o Presidente Alckmin traz a debate no País é um conjunto doutrinário, uma proposta de Brasil, com idéias adequadas aos tempos que estamos vivendo, tempos de integração, de mundialização, de aceleração do processo histórico, de simultaneidade do não-contemporâneo. Esses tempos exigem, portanto, que um candidato a Presidente da República deva oferecer uma proposta como ele o fez.

Acho que a sociedade brasileira, no momento em que nos preparamos para o voto no dia 1º de outubro, muito ganhará se puder refletir um pouco sobre seu programa, porque ele traz contribuições indispensáveis para que possamos construir não somente um País democrático – já o somos, mas precisamos enraizar ainda a democracia no tecido social brasileiro –, mas também um País que seja, além de democrático, desenvolvido e, sobretudo, justo.

Essas aspirações são possíveis, porque o Brasil tem tudo para assegurar a seus filhos condições de ser

uma grande nação, que possa dar uma grande contribuição na esfera internacional para a construção de uma civilização que tenha na paz e na solidariedade os seus grandes objetivos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero registrar a importância da TV Senado para a manutenção do regime democrático e o seu fortalecimento neste País.

Há pouco, anunciei que estaria colhendo assinaturas para a instalação de uma CPI que investigará as atividades das ONGs neste País. Evidentemente, o objetivo é separar ONGs que têm relevantes serviços prestados e que são reconhecidas das arapucas que são montadas e que estão enchendo de dinheiro atividades não republicanas, como diria o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Recebi um telefonema de um leitor da coluna do jornalista Cláudio Humberto chamando atenção para uma ONG que vem da lua. É fantástico, Sr. Presidente! O Governo Lula corta verbas para pesquisa espacial, mas destina R\$7,5 milhões para a Sociedade Amigos de Plutão – é o nome da ONG – defender a questão já decidida pela União Astronômica Internacional sobre a nomenclatura dos planetas. São R\$7,5 milhões para discutir a nomenclatura dos planetas, Sr. Presidente!

Tenho certeza de que essa CPI está chegando em boa hora.

Agradeço a primeira sugestão que recebi e peço a todo brasileiro atento que queira zelar pelos cofres públicos e tiver informações de ONGs exóticas como essa que as mande ao Senado ou ao meu gabinete.

Espero que as investigações sobre essa ONG se limitem apenas ao planeta Terra, não sendo necessárias incursões fiscalizadoras em outras galáxias. De qualquer maneira, agradeço a colaboração ao ouvinte, que deve ficar tranquilo, pois o objetivo e a intenção dessa CPI é separar o joio do trigo. Pelo visto, há muito joio e pouco trigo nesta história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.002, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em substituição ao Senador Roberto Saturnino, para representar o Senado Federal, em visita à República Islâmica do Irã e ao seu Parlamento, de 7 à 13 de outubro próximo, conforme correspondência anexa, venho solicitar, nos termos do inciso II, “B”, do Artigo 40 de Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 5-10-2006 a 14-10-2006.

Sala das Sessões, de setembro de 2006. – Senador **Leonel Pavan**, PSDB/SC.

OF. Nº 175/2006 – CRE

Brasília, 19 de setembro de 2006

Assunto: Viagem ao Irã.

Senhor Presidente,

1. O Parlamento iraniano convidou os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal do Brasil para visitar aquele país, no mês de julho do corrente, conforme correspondência anexa. Entretanto, a referida viagem foi transferida para o dia 7 de outubro em comum acordo.

2. As passagens internacionais deverão ficar a cargo do Senado Federal e sua emissão já foi autorizada conforme OF. Nº 145/2006, de 12 de julho de 2006.

3. Informo ainda que, apesar de ter o maior interesse em participar da referida visita, motivos de saúde na minha família me impedem de integrar a comitiva brasileira nesta viagem. Indico, portanto, o Senador Leonel Pavan para me substituir neste evento. Segue abaixo os Senhores Senadores confirmados para a viagem:

- Senador Heráclito Fortes;
- Senador Eduardo Azeredo;
- Senador Leonel Pavan.

4. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

OF. Nº 145/2006 – CRE

NPE Nº 9/06

Brasília, 12 de julho de 2006

Assunto: Viagem ao Irã.

Senhor Presidente,

1. O Parlamento iraniano convidou os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal do Brasil para visitar aquele país, no mês de julho do corrente, conforme correspondência anexa. Entretanto, a referida viagem foi transferida para período de 8 a 14 de agosto em comum acordo.

2. As passagens internacionais deverão ficar a cargo do Senado Federal, já as despesas na parte iraniana ficarão por conta do governo do Irã.

3. Diante do exposto, solicito de V. Ex^a, as provisões necessárias para emissão de passagem aérea, ida e volta, para os Senhores Senadores confirmados para a viagem:

- Senador Roberto Saturnino;
- Senador Heráclito Fortes;
- Senador Eduardo Azeredo.

4. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

OF. Nº 149/2006 – CRE

Brasília, 25 de julho de 2006

Assunto: Adiamento de Viagem.

Senhor Presidente,

1. Venho por meio deste, informar a V. Ex^a o adiamento da viagem de parlamentares brasileiros à República Islâmica do Irã, em virtude do intenso calendário eleitoral brasileiro nos próximos meses.

2. A referida viagem estava programada para o período de 8 a 14 de agosto do corrente ano, com a presença dos seguintes Senadores:

- Senador Roberto Saturnino;
- Senador Heráclito Fortes;
- Senador Eduardo Azeredo.

3. Foi sugerido como nova data para o início da referida viagem o dia 5 (cinco) de outubro do corrente ano.

4. Certo de sua atenção, renovo protestos de estima e consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente.

Brasília, 26 de maio de 2006

Excelentíssimo Senador

Roberto Saturnino

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN Senado Federal da República Federativa do Brasil.

Excelência,

Em prosseguimento à reunião mantida com a Vossa Excelência em 24 de maio, na qual fizemos uma abordagem quanto aos meios de dinamizar as nossas relações parlamentares e, nesse sentido, foi sugerido a visita de uma delegação parlamentar brasileira, chefiada por Vossa Excelência, composta por senadores e deputados das comissões da Casa, vindo através desta convidar, em nome do parlamento iraniano, Vossa Excelência para uma viagem a República Islâmica do Irã.

Nesse sentido solicito os procedimentos necessários de me apresentar duas datas nas quais posso providenciar a agenda da viagem.

Aproveito a oportunidade de agradecer pelo acolhimento de Vossa Excelência na reunião frutífera e feliz supracitada e reiterar meus sinceros votos da mais alta estima e amizade. – **Seyed Jafar Hashemi**, Embaixador da República Islâmica do Irã.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, em virtude de a próxima sessão deliberativa ordinária estar prevista para o dia 3 de outubro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício COP/ nº 191/2006

Brasília, 14 de setembro de 2006

Ilustre Presidente,

Reporto-me aos termos do art. 130-A, V da Constituição da República, bem como às exigências da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Ex^a que o Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil elegeu, na sessão ordinária do dia 12 deste mês, o eminentíssimo Advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto, inscrito na OAB/Pará sob o nº 87.090 e cujos documentos acompanham o presente, para ocupar a vaga reservada à categoria do Conselho Nacional do Ministério Público, decorrente da renúncia o mandato formulada pelo eminentíssimo Advogado Luiz Carlos Lopes Madeira, na forma do expediente cuja fotocópia remeto em anexo.

Colho o ensejo para renovar a V. Ex^a os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, — **Roberto Antonio Busato**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) — O Presidente Renan Calheiros já despachou o ofício para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) — A Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^as e Srs.

Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PIB brasileiro na lanterninha”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 31 de agosto do corrente.

A matéria destaca que o IBGE divulgará o PIB do segundo trimestre deste ano, que mostrará um crescimento pífio da economia brasileira. A matéria mostra que, se a economia crescer 3,5% este ano, o País ocupará a 127.^a posição no ranking mundial.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada na íntegra como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PIB brasileiro na lanterninha

Se a economia crescer 3,5% este ano, o País ficará na 127.^a posição no ranking mundial

Nilson Brandão Junior
RIO

Mesmo que o Brasil cresça até 4,5% este ano, como acredita o governo, o País não chegará ao primeiro pelotão de países em termos de crescimento econômico. Repetirão, no máximo, colocações de anos anteriores. Levando em conta a expectativa média do mercado para o crescimento do PIB em 2006, de 3,5%, o País será o 127º colocado numa lista de 180 nações. Com uma expansão de 4% a 4,5%, o crescimento brasileiro ficaria entre a 87^a e a 112^a posições.

Hoje, o IBGE divulgará o PIB do segundo trimestre, que deverá mostrar dados mais fracos que os esperados e expor as dificuldades de crescimento do

Leste Europeu e Ásia estão atraindo mais investimentos diretos que o Brasil

País. “A história se repete; o Brasil permanece, mesmo que venha a ter um desempenho de até 4,5% no ano, com um crescimento muito limitado. Fica mal colocado no ranking”, afirma o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, que preparou um levantamento comparativo com base em projeções do FMI para 2006.

O trabalho também mostra que o crescimento de 2,3% em 2005 pôs o Brasil na 144^a posição no ranking. Nessa comparação, as melhores colocações nesta década foram em 2000, quando a economia avançou 4,4% e o País ficou na 84^a posição, e em 2004, com uma expansão do PIB de 4,9% e a 87^a colo-

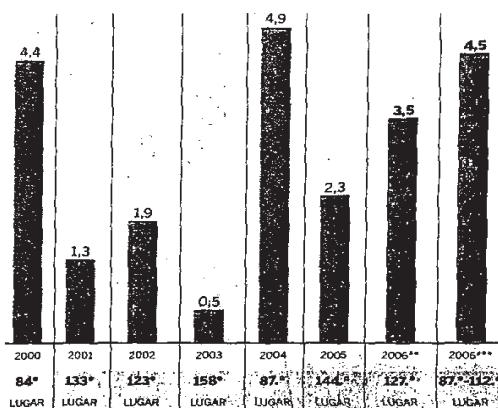
CRESCIMENTO

Fora do primeiro pelotão

Desempenho

PIB brasileiro em cada ano e posição do Brasil em ranking do FMI* para 180 países

EM PORCENTAGEM



*Com base nos dados do FMI. Dados relativos a 2005 e 2006 são estimativas do Fundo

**Projeção do mercado, em pesquisa

FONTE: AUSTIN RATING

cação. O pior desempenho relativo recente ocorreu em 2003, quando a economia cresceu só 0,5%, deixando o Brasil na 158^a posição.

Nas primeiras posições da lista de projeções do FMI para 2006 aparecem economias relativamente menores da África e Ásia, tradicionais produtores de petróleo ou com a atividade em expansão, explica o presi-

dente da Expetro, Jean-Paul Prates. Já na oitava colocação surge a China, país emergente de grande porte que deverá avançar 9,5% este ano. Atrás do Brasil no ranking ficam a economia americana e algumas europeias, mais maduras.

Ao longo deste ano, as projeções do crescimento brasileiro vêm sendo gradualmente revisadas. O Instituto de Economia da

IBGE divulga hoje o PIB do segundo trimestre e resultado deve ficar abaixo do esperado

Ranking de crescimentos previstos no mundo

TAXAS ESTIMADAS PELO FMI EM PORCENTAGEM

RANKING	PAÍSES	TAXAS
1. ^o	Azerbaijão	26,2
2. ^o	Angola	26,0
3. ^o	Mauritânia	18,4
4. ^o	Butão	13,2
5. ^o	Sudão	13,0
6. ^o	Afganistão	11,7
7. ^o	Trinidad e Tobago	10,4
8. ^o	China	9,5
18. ^o	Vietna	7,43
19. ^o	Argentina	7,3
20. ^o	Índia	7,3
35. ^o	Arábia Saudita	6,3
38. ^o	Nigéria	6,2
45. ^o	Rússia	6,0
47. ^o	Venezuela	5,0
56. ^o	Chile	5,5
60. ^o	Coreia do Sul	5,5
74. ^o	Indonésia	5,0
97. ^o	Africa do Sul	4,3
127. ^o	Brasil***	3,5
135. ^o	Estados Unidos	3,4
150. ^o	Japão	2,8
171. ^o	Alemanha	2,3
177. ^o	Portugal	1,8
180. ^o	Zimbábue	1,7

****A previsão para o Brasil, de 3,5%, é de mercado, que coincide com a do FMI para o País. Para os demais países, foram usadas as estimativas do FMI

INSTITUTO FÁTIMA

afetou a expansão do PIB. Nemo o avanço da massa salarial, o recuo dos juros e a expansão do crédito, ainda que mais branda, e a política expansionista de gastos públicos estão compensando, segundo o grupo de conjuntura, os efeitos do câmbio sobre a indústria, setor de maior influência econômica. “Dificilmente o PIB vai superar 3,5% este ano”, afirma.

A Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais da Globalização Econômica (Sobeet) também entrou o ano apostando numa expansão de 4% e agora prevê 3,5%. O economista-chefe da Sobeet, Alexander Xavier, também avalia que “não dá para chegar” na expectativa do governo, entre 4% e 4,5%, conforme disse anteriormente o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

O ministro reconheceu que houve desaceleração no segundo trimestre, mas indicou que a economia deverá se recuperar no terceiro e quarto trimestres. Numa conta simples, contudo, Licha avalia que para o PIB crescer ao redor de 4% este ano, a produção industrial teria num ritmo forte demais nos próximos dois trimestres, perto de 2,5% ante o trimestre anterior, o que não é esperado. O lepe também reduzirá sua projeção de 3,8% para o PIB este ano.

Para Xavier, o Brasil continua cada vez mais para receber investimentos. “O Leste Europeu e a Ásia estão atraindo investimentos diretos, economias que estão se abrindo e gerando novas oportunidades de negócios” diz ele. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “De ataques e quadrilha”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 22 de agosto de 2006.

O artigo, do jornalista Clóvis Rossi, ironiza a entrevista do presidente do PT, Ricardo Berzoini, que disse dedicar a possível vitória do Partido nas eleições deste ano aos “companheiros que foram atacados”, numa referência aos políticos do Partido dos Trabalhadores, que renunciaram ao mandato para não serem cassados ou que foram cassados por causa do escândalo do mensalão.

De ataques e quadrilha

SÃO PAULO - Faço questão de me solidarizar com o presidente do PT, Ricardo Berzoini, em sua campanha para dedicar a eventual vitória do partido aos “companheiros que foram atacados”.

De fato, os “ataques” foram inaceitáveis. Veja o caso do deputado João Paulo Cunha: pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é “atacada” por um maço de R\$ 50 mil. Ninguém mais agüenta a violência neste país.

Pior: a moça foi obrigada a levar o dinheiro para casa e entregar para o marido. Que “ataque”, hein?

A baixaria dos “ataques” revelou-se especialmente no caso daquele petista do Ceará: os “atacantes” visaram literalmente suas partes baixas, ao enfiarem a mão na cueca do cidadão para nela colocar até dólares. “Ataque” com moeda forte deve doer mais.

Se eu fosse Berzoini, pediria a demissão sumária do procurador-geral da República por ter confundido a opinião pública ao afirmar que o

O jornalista se “solidariza” com os mensaleiros e cita como exemplo o ex-deputado e ex-presidente da Câmara Federal, João Paulo Cunha: “pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é “atacada” por um maço de R\$50 mil”. “Ninguém agüenta mais a violência neste país”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT se transformara em “quadrilha” e “organização criminosa”.

É capaz de algum desavisado, que não vê a aura de santidade em torno da cabeça de todo petista, achar que os “ataques” não foram “ataques”, mas fatos.

A confusão é tamanha que envolveu até o presidente da República, presidente de honra do PT: ele, em vez de condenar os “ataques” que seu partido sofreu, pediu desculpas, na certa supondo, como o procurador, que não houve “ataques”, mas fatos.

Ainda por cima demitiu algumas das vítimas dos “ataques”, chamando-as de “envolvidos” (Palocci, no ataque ao sigilo bancário de um caiseiro; Dirceu no “ataque” chamado “mensalão”).

Faltou a Berzoini dedicar a eventual vitória igualmente a Paulo Maluf. Maluf também se queixa sempre de ser vítima de “ataques” e, afinal, é companheiro de viagem do lulo-petismo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Nem as crianças escapam”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de setembro de 2006.

O artigo destaca que o presidente Lula, em campanha na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, confundiu a Presidência com um comitê eleitoral, confirmando os piores prognósticos sobre a falta de escrúulos do atual governo. Segundo o artigo, “Em dado momento,

crianças beneficiárias de programas federais subiram ao palanque, contaram suas histórias – e pediram votos para a reeleição”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Nem as crianças escapam

No sistema de reeleição de detentores de mandatos executivos com direito de permanecerem nos cargos durante a campanha, de fato ocorrem situações em que não é visível a olho nu a distinção entre atos de governo e atos de candidatura. Nesses casos controversos por definição e dificilmente suscetíveis de serem enquadrados, mesmo nas mais rigorosas regras do jogo, apenas o compromisso pessoal do prefeito, governador ou presidente com a ética poderá servir de barreira ao aproveitamento eleitoral do cargo: quando em dúvida, o político genuinamente preocupado em manter separada a sua condição de agente público daquela de participante de competição pelo voto agirá como se não pudesse fazer o que não está claro que não possa.

Claro que se trata de um ideal a ser alcançado, e o realismo aconselha que a opinião pública se dê por satisfeita se o governante-candidato se comportar assim na metade das vezes. Nesta eleição, porém, o presidente da República, que deveria ser, por evidentes motivos, o primeiro a dar o exemplo de conduta eleitoral minimamente aceitável, é o primeiro a debochar até da aparência de integridade. Não é que Lula decida sempre a favor de seus interesses nas tais situações em que são imprecisas as fronteiras entre as atividades do chefe de Estado e as da campanha política – o que já seria uma lástima tendo em vista a sua proclamada posição contrária ao instituto da reeleição, porque daria aos já eleitos vantagens exclusivas na disputa.

O presidente vai muito além disso, confirmando os piores prognósticos sobre a falta de escrúulos com que seria capaz de reduzir a Presidência a comitê eleitoral. Até quando é patente que certas práticas não podem ser rotuladas, em hipótese alguma, como eventos de governo, ele não hesita em se entregar a elas, pouco se lhe dando que isso configura clamorosa apropriação, para fins eleitorais, dos recursos de poder próprios da função presidencial. No sábado passado, para citar o exemplo mais recente, Lula fez comício na Cidade de Deus, na zona oeste do Rio, celebrizada pelo filme de mesmo nome. Em dado momento, crianças beneficiárias de programas federais subiram ao palanque, contaram suas

histórias – e pediram votos para a reeleição.

Pelas primeiras informações, as crianças – do Rio, São Paulo e Belo Horizonte – teriam sido levadas a participar da manifestação pela Central Única das Favelas (Cufa). Mas um dos coordenadores da entidade, Celso Athayde, logo tratou de colocar as coisas nos devidos lugares. “Não foi a Cufa quem as trouxe, mas o secretário nacional de Juventude do governo, Beto Cury”, revelou ao repórter Marcelo Auler, deste jornal. “Nós só garantimos o espaço, como iremos garantir aos demais candidatos que aceitarem o nosso convite.” Athayde lembrou que a Cufa é apartidária e informou que receberá no próximo sábado, no mesmo local, o tucano Geraldo Alckmin. A Secretaria Nacional de Juventude está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, cujo titular é o ministro Luiz Dulci.

Não há por que duvidar de sua palavra. Mas, apenas para efeito de raciocínio, supondo verdadeira a versão oficial de que a iniciativa tenha partido, não do Planalto, mas da “equipe de mobilização” da campanha de Lula, ou seja, do PT, ainda assim Lula transgrediu a lei. As crianças colocadas no papel de cabos eleitorais do presidente – uma indignidade que afronta o Estatuto da Criança e do Adolescente – foram beneficiadas por programas de promoção social, como Segundo Tempo, Pro-Jovem e Pró-Índio, movidos a dinheiro público. Ou seja, a Cidade de Deus foi palco para um espetáculo em que recursos oficiais tiveram uma nova finalidade – a de ajudar a reeleição de Lula. A coligação oposicionista PSDB-PFL anunciou que entrará com ação a respeito na Justiça Eleitoral.

Dê no que der a iniciativa, ela não se compara à brutal reação do presidente do PT e coordenador da campanha de Lula, Ricardo Berzoini, às críticas dos adversários. Ele não se limitou a rejeitar a acusação de que a cena infanto-eleitoral foi um caso notório de uso da máquina. “Isso é fascismo”, disparou. “Quem pensa dessa maneira só pode ser um fascista.” Falso. Quem pensa dessa maneira rejeita a simbiose entre chefe de governo, partido e Estado – um dos traços dos regimes fascistas, imitados pelo lulismo. De todo modo, a agressão indica que, pela reeleição, Lula e os seus estão prontos para abater a golpes de borduna o que aparentar no caminho.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores.

PRONUNCIAMENTO

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, CONADE – Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência, COORDE – Coordenadoria Nacional das Pessoas com deficiência, Associações de Pessoas com deficiência de todo Brasil, Movimentos sociais organizados que lutam para fazer de nosso País uma sociedade cada vez mais justa e igualitária, Centros de Vida Independente – CVI, APAES do Brasil,

Amanhã, 21 de setembro, comemoram-se, em todo o Brasil, o dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Este dia foi instituído em 1982 com a participação de várias associações, entidades de e para pessoas com deficiência.

Esta data, também dia da árvore, foi escolhida pelo significado da luta das pessoas com deficiência. Como a árvore simboliza o nascimento de um novo tempo. Tempo que floresce, brota, germina, gera vida.

Se no dia da árvore comemora-se a preservação e cuidado com o ambiente. Com o dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência comemoram-se as lutas vitoriosas que libertam as cidades dos preconceitos, da discriminação impondo a concretização dos direitos das pessoas com deficiência e a qualidade de vida em ambientes ecologicamente construídos para acolher a pessoa humana com suas diferentes necessidades.

Nesta data, refletimos sobre os novos tempos onde brotam, florescem e surgem os meios e os instrumentos indispensáveis a dignidade de vida para 24,5 milhões de pessoas com deficiência.

Portanto neste dia, venho a esta tribuna para solicitar aos senadores, que busquem garantir no orçamento da União para 2007 os recursos financeiros indispensáveis a construção da sociedade inclusiva. São recursos para financiamento da acessibilidade, indo desde a eliminação de barreiras arquitetônicas em escolas, postos de saúde, em espaços públicos em geral, transporte coletivo, incluindo os recursos financeiros para a formação e contratação de intérprete da Língua Brasileira de Sinais para os Surdos – LIBRAS, para a aplicação das múltiplas linguagens alternativas necessárias as diversas formas de comunicação das pessoas, para a formação de professores, para a distribuição de equipamentos e materiais de reabilitação e habilitação, aos recursos indispensáveis ao desenvolvimento de programas e projetos desenvolvidos pelas associações de e para pessoas com deficiência.

Neste dia temos que reforçar a necessidade de fazer nascer, em todo País cidades sem barreiras arquitetônicas e de atitudes.

Verdadeiras cidades inclusivas.

As associações de e para Pessoas com Deficiência, através do Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência, nesta data, reafirmo o nosso compromisso

com a luta das pessoas com deficiência e para apoiar as reivindicações da Primeira Conferência

Nacional das Pessoas com Deficiência. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o resultado parcial do julgamento de um recurso impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal sinaliza a correção de uma das injustiças tributárias em que, infelizmente, nosso país é pródigo.

Reunidos em sessão plenária no final do mês passado, os ministros do STF praticamente decidiram sobre a exclusão do ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, da base de cálculo da Cofins, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Cinco dos 11 integrantes da corte suprema do País votaram pela exclusão, acompanhando o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello.

Trata-se de uma discussão antiga, tanto é que o recurso agora em julgamento tramita no STF há quase 10 anos. Não é tão antiga, contudo, quanto o velho hábito brasileiro de onerar qualquer atividade produtiva com uma carga de tributos que há muito já passou do insuportável.

No caso da inclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins, o absurdo é flagrante, como assinalaram conceituados advogados tributaristas. Imposto não é receita, já que o empresário exerce apenas o papel de agente arrecadador para o governo, repassando o valor para os cofres públicos.

Em seu voto, o ministro-relator diz, com razão, que a base de cálculo da Cofins “não pode extravasar, sob o ângulo do faturamento, o valor do negócio, a parcela percebida com a operação mercantil ou similar”. Ou seja, a Cofins deve incidir sobre o faturamento, mas nunca sobre outro tributo, já que imposto não pode, em hipótese alguma, ser incluído no conceito de receita de qualquer empreendimento. O ICMS não é receita da empresa, mas receita do Estado. Logo, não há como contestar a afirmação de que ninguém “fatura” imposto...

A mesma lei complementar 70/91 que determinou esta incidência, como bem lembrou o ministro Marco Aurélio, não fez a Contribuição incidir sobre o valor devido a título de IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados.

É lamentável, contudo, que o governo federal tenha iniciado o que jornais de circulação nacional anunciaram como uma “ofensiva junto ao Supremo Tribunal Federal” para tentar mudar a decisão parcialmente desfavorável a seus interesses no julgamento do recurso.

Técnicos do Ministério da Fazenda alegam, de acordo com o noticiário, que o governo corre o risco de perder cerca de 15 bilhões de reais por ano em arrecadação com a redução do imposto a ser pago pelas

empresas, caso se mantenha a exclusão do ICMS da base de cálculo.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em várias ocasiões, nesta tribuna, tive a oportunidade de protestar contra o que chamo de perversidade tributária do Estado brasileiro. Temos impostos que incidem sobre impostos, uma cascata de incidências que compõem um regime de cálculo capaz de desafiar a compreensão do maior dos especialistas em tributação.

Não é à toa que a carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro atingiu, no primeiro semestre deste ano, 39,41 por cento do Produto Interno Bruto do País, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Isto quer dizer que cada um dos habitantes deste país pagou 2.132 reais e 52 centavos em impostos nos primeiros seis meses de 2006, e até o final do ano pagará cerca de 4.302 reais. Serão 392 reais e 54 centavos a mais, em relação ao ano passado. São 90 milhões de reais arrecadados a cada hora do dia, o dobro de quatro anos atrás.

O mesmo estudo mostra que o Brasil já promoveu 12 reformas tributárias desde 1988 e, em todas, aumentou impostos já existentes ou criou novos. O resultado está aí, bem à vista de todos: os brasileiros destinam

quase a metade do que ganham ao pagamento de tributos, enquanto o País não consegue aproveitar o bom momento da economia mundial e mantém uma taxa de crescimento mediocre, que este ano, mais uma vez, não deve ultrapassar os 3 por cento.

Não é a interferência indevida do Poder Executivo junto ao Judiciário que irá resolver o problema dos baixos índices de crescimento do País. Só há um caminho para romper as amarras que nos prendem a essa tendência: precisamos de menos impostos, de racionalidade tributária, de contenção e melhor direcionamento dos gastos públicos e de medidas que estimulem a geração de empregos e de renda.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 321, adotada em 12 de setembro de 2006 e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que “Acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia.”.

CONGRESSISTAS	EMENDAS
Deputado Betinho Rosado	002, 003
Deputado Domiciano Cabral	001

SSACM

Total de Emendas: 003

**MPV - 321
00001**

MEDIDA PROVISÓRIA N° 321, 12 DE SETEMBRO DE 2006.

Acresce art. 18-0 à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia.

EMENDA ADITIVA N°

Acrescente-se à Medida Provisória nº 321, de 12 de setembro de 2006, os seguintes artigos:

“Art. .. Os artigos 21 e 26 de Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21.....
§ 1º

§ 2º Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, inclusive nas hipóteses de:

I – duplicata de venda de mercantil ou de prestação de serviço sem aceite, mas acompanhada do respectivo comprovante da venda e da entrega da mercadoria ou da prestação do serviço ou de declaração substitutiva do credor de tê-lo em seu poder comprometendo-se a exibi-lo onde e quando for determinado pelo juízo;

II – de letras de câmbio sem aceite, ainda que sacadas em benefício do próprio sacador, representativas de valor total, parcial ou de parcelas vencidas, oriundas de contrato de empréstimo, conta garantida ou de financiamento firmado com instituições financeiras nelas indicados ou mencionados em suas respectivas indicações;

III – de letras de câmbio sem aceite, ainda que sacadas em benefício do próprio sacador, representativas de dívidas, desde que acompanhadas dos respectivos instrumentos ou documentos comprobatórios;

IV – de cotas condominiais inadimplidas, desde que aprovadas em assembléia geral de condôminos, indicadas sob responsabilidade do síndico ou da administradora. (NR)

Art. 26.

...

§ 7º O cancelamento do registro do protesto ainda será feito pelo Tabelionato de Protesto de Títulos e de Outros Documentos de Dívida, nas seguintes hipóteses:

I – mediante simples requerimento do credor, originário ou por endosso translativo, ou do apresentante que figurou do protesto como mandatário, devidamente identificado perante o tabelionato de protesto, ainda que transmitido por meio eletrônico;

II – pelo pagamento no tabelionato de protesto do título ou documento de dívida protestado, com base na tabela de cálculo de atualização monetária dos débitos judiciais publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado ou do Distrito Federal, aplicada desde a data do protesto. (A)"

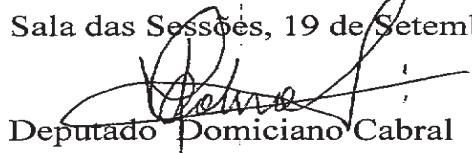
J U S T I F I C A T I V A

Tratando-se a Medida Provisória nº 321/06, de medida que visa estabelecer a atualização dos contratos celebrados com entidades integrantes dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento (SFH e SFS), com base na remuneração básica aplicável aos Depósitos de Poupança, a presente emenda tem o objetivo de estabelecer, para os fins de comprovação do inadimplemento ou do descumprimento de obrigação, as hipóteses de protesto que devem ser lavrados por falta de pagamento, mesmo que de título não aceito, mas que tenham sido emitidos com base em contratos de firmados com instituições financeiras ou comprovados mediante instrumentos ou documentos que comprovem o débito, ou ainda de débitos indicados aprovados por assembléia geral no caso dos condomínios.

Por outro lado, visa possibilitar o cancelamento de protesto mediante simples pedido do credor, originário ou por endosso translativo, ou ainda pelo apresentante que figurou no protesto como mandatário, ou quando pago o título protestado no próprio tabelionato de protesto mediante atualização do débito desde a data do protesto, com base na Tabela Oficial de

Atualização dos Débitos Judiciais adotadas pelos Tribunais de Justiça locais, visando a uniformização desse procedimento em todo território nacional, para o aprimoramento da concessão do crédito e atendimento dos próprios devedores, posto que as citadas tabelas oficiais, adotadas pelos Tribunais de Justiça locais, levam em consideração apenas os índices oficiais da inflação e os juros legais.

Sala das Sessões, 19 de Setembro de 2006


Deputado Domiciano Cabral

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 321
00002

Data

proposição

Medida Provisória nº 321/2006

autor

Dep. Betinho Rosado

Nº do prontuário

1. **Supressiva** 2. 2. **substitutiva** 3. 3. **modificativa** 4. 4. **aditiva** 5. 5. **Substitutivo global**

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 321/2006, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Fica prorrogado por mais 10 (dez) anos o prazo da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, prevista no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Art. O *caput* do art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Por um prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

O desequilíbrio entre as regiões é uma marca do desenvolvimento econômico do País. No decorrer da nossa história, o Sul, o Sudeste e, mais recentemente, o Centro-Oeste brasileiros tornaram-se as regiões mais ricas, em detrimento do Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse contexto, o constituinte original tratou de inserir, na atual Carta Magna, dispositivos que prevêem a criação de incentivos regionais, que compreendem, entre outros, isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais.

Entre os vários incentivos em vigor, há a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, em relação a mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, prevista no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Embora os motivos econômicos e sociais que ensejaram a criação do sobredito incentivo fiscal não tenham deixado de existir, ele será extinto em 2007, se não for alterado o prazo de

vigência do dispositivo legal em questão. O que poderá gerar uma crise sem precedentes em algumas áreas da economia do norte e nordeste do país.

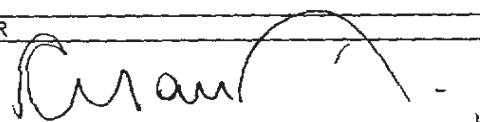
Uma indústria, em especial, sofrerá de imediato as consequências do retorno da cobrança da AFRMM, a indústria de sal do Rio Grande do Norte. Enquanto perdura a mencionada dispensa, o sal marinho, produzido no Rio Grande do Norte, disputa o mercado do centro sul do país em igualdade de condições com o sal importado do Chile. Isto porque o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, por força do 5º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Estados partes do Mercosul e República do Chile, não incide sobre o frete do sal originário daquele país.

Portanto, na hipótese da não renovação da citada dispensa, a indústria salineira do Rio Grande do Norte passará a ter um encargo que o sal chileno não tem, desaparecendo assim o tratamento isonômico, significando uma flagrante perda de competitividade do sal potiguar, atingindo toda a economia do Estado, mais fortemente o setor portuário.

Por isso, apresento a presente emenda, que sugere a prorrogação, por mais dez anos, da isenção de que trata o art. 17 da Lei nº 9.432/1997.

PARLAMENTAR

Assinatura:



**MPV - 321
00003**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data

proposição

Medida Provisória nº 321/2006

Autor

Dep. Betinho Rosado

Nº do prontuário

1 Supressiva

2. substitutiva

3. modificativa

4. aditiva

5. Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 321/2006, onde couber, os seguintes artigos:

Art. Fica reduzida a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Art. Os arts. 8º e 28º da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 12.

XIII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

Art. 28.

VII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A incapacidade de muitas famílias de prover alimentação adequada para seus integrantes, é um dos os graves problemas brasileiro. Perto de 22 milhões de brasileiros vivem em condições de indigência. Aproximadamente 34% da população vivem em condições de pobreza. Os números sobre a miséria do povo brasileiro podem variar, de acordo com o critério e metodologia

utilizados, mas, em todos os casos, revelam uma realidade extremamente preocupante.

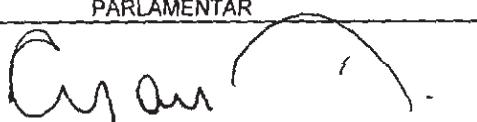
Nesse contexto, a criação de mecanismos que estimulem a diminuição dos preços dos alimentos, especialmente os consumidos em larga escala pela população mais carente, são de fundamental importância.

A apresentação da presente emenda, tem por objetivo reduzir a carga tributária que incide sobre sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Essa medida contribuirá para melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda, estimulando a produção e a circulação dos referidos produtos, o que pode gerar mais empregos, renda e, indiretamente, impostos. Além disso, preços mais baixos de alimentos podem contribuir para a manutenção de níveis de inflação aceitáveis, ajudando a sustentar o equilíbrio macroeconômico do País.

PARLAMENTAR

Assinatura:



ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1864 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013007/06-8,

RESOLVE dispensar a servidora LOURDES MARIA VIEIRA GOMES CARNEIRO, matrícula 30640, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Teotonio Vilela Filho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Lidrança do PTB, a partir de 23 de agosto de 2006.

Senado Federal, 20 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1865 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **014139/06-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MARILSON OLIVEIRA DA COSTA**, matrícula n.º 189197, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 20 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1866 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014093/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ LINDOMAR GOMES DE FARIAS**, matrícula n.º 198113, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 14 de setembro de 2006.

Senado Federal, em 20 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1867 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014176/06-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PERPÉTUA APARECIDA AFONSO**, matrícula n.º 161400, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 20 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1868 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014140/06-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ANTONIA COSTA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 20 de Setembro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1869 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 09, de 29/01/97, e tendo em vista o que consta do Processo PD000276/99-5, RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112, de 1990, com a nova redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, c/c o Decreto nº 3.644, de 2000 e com o Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2002, conceder a **ALCIONE SILVA ROMERO** reversão ao serviço ativo, no cargo de Analista de Informática Legislativa, Área 1, Nível III, Padrão 45, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1870 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013560/06-9,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO EDMAR SALMITO, matrícula 149382, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Intercâmbio, Portal e Formação de Rede da Secretaria Especial do Interlegis, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Administrativo da Subsecretaria de Administração, a partir de 30 de junho de 2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.

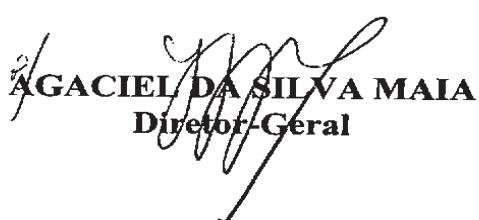

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1871 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014163/06-3,

RESOLVE designar o servidor ARYNETTE VIDAL DE MARINS FILHO, matrícula 43609, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Segurança Presidencial da Subsecretaria de Proteção a Autoridades, com efeitos financeiros a partir de 05 de setembro de 2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1872 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013752/06-5,

RESOLVE designar a servidora VANEIA MARIA CEOLIN, matrícula 36332, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Batista Motta, com efeitos financeiros a partir de 05 de setembro de 2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1873 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012164/06-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1638, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3542, de 11/08/2006, que nomeou **NATHAN NUNES FREIRE ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1874 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012169/06-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1634, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3542, de 11/08/2006, que nomeou **ANDRÉ AFONSO DE MOURA SOUZA CRUZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1875 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO

FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011771/06-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1572, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3537, de 04/08/2006, que nomeou **NILSON MONTEIRO MENEZES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Álvaro Dias, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1876 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011568/06-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1575, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3537, de 04/08/2006, que nomeou **JOSÉ APARECIDO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1877 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014232/06-5**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GISLENE COSTA BRASILIENSE**, matrícula n.º 188910, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 19 de setembro de 2006.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1878 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014220/06-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **BETANIA DE OLIVEIRA LOPES CANÇADO**, matrícula n.º 198411, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.

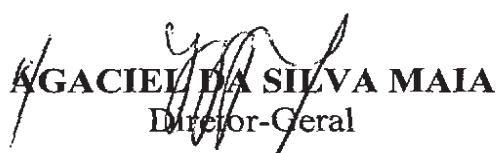

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1879 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014233/06-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOYCE CAROLINE ALVES DE SÁ**, matrícula n.º 198538, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 19 de setembro de 2006.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1880 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014219/06-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NIVEA ELISA DE DEUS SILVA**, matrícula n.º 173268, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1881 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014234/06-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARMEN NILCE DA SILVA BRASILIENSE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.

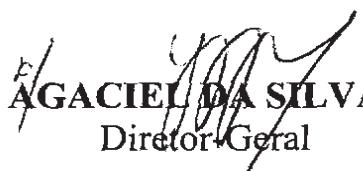

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1882 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014235/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SAINY DOS SANTOS ANTONIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1883 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014230/06-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NATHAN NUNES FREIRE ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

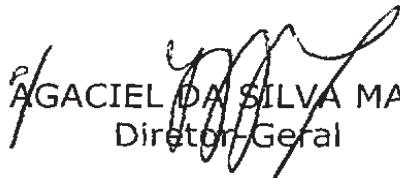
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1884 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.219/90-2.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 178/1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **JOAQUIM SERAFIM DE SOUZA**, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 20/07/2006, sendo comprovado o diagnóstico em **25/06/2005**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1885 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013568/06-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “c” e inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão temporária a SOFIA DE OLIVEIRA PARENTE e SARA MARIA DE OLIVEIRA PARENTE, na condição de filhas menores, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada uma, e pensão vitalícia a FRANCISCA SILENE DE OLIVEIRA CAMPOS, na condição de companheira, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ GERVÁSIO TORRES PARENTE, matrícula 4069-ERGON, a partir da data do óbito, 21/08/2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.



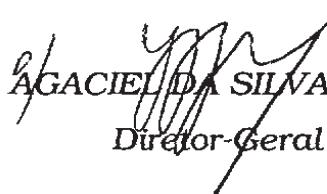
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1886 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 000748/05-6;

RESOLVE, fundamentado no inciso II, do art. 7º, da Lei 3.373/58, por perda da qualidade de beneficiário por ter falecido, cancelar a cota de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) da pensão temporária concedida a MARTHA VIRGINIA MARTINS, na condição de filha , e nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei 3.373/58, reverter a referida cota cancelada para LIGIA MARIA MARTINS e CÂNDIDA MARIA MARTINS, na condição de filhas, alterando a cota da pensão temporária de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) para 50% (cinquenta por cento) para cada uma, dos proventos que percebia o ex-servidor JORGE MARTINS, matrícula 121086, a partir da data do falecimento da pensionista, 24/10/2004.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.



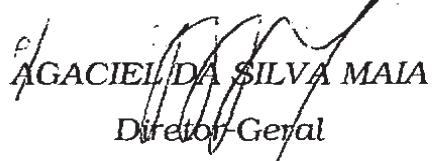
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1887 , de 2006.**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos SF n.ºs 003399/98-2, 003398/98-6 e 003364/98-4,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) da pensão temporária concedida a LUIZ MARIANO SLAIB, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para JOYCE FERREIRA SLAIB e JESSICA FERREIRA SLAIB, na condição de filhas menores, alterando as cotas de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) para cada uma, da pensão temporária e manter a pensão vitalícia concedida a TEREZA CRISTINA SLAIB, na qualidade de cônjuge e HILDENER FERREIRA DA SILVA, na qualidade de companheira, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para cada uma, conforme Título Concessório de 08/04/1998, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ MAURÍCIO SLAIB, matrícula 126321-Ergon, a partir da data da maioridade, 19/09/2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.

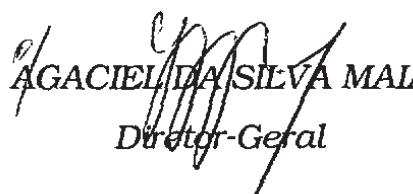

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1888 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 012672/06-8 (anexo 013179/06-3),

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão temporária a MARYANNE RACKEL NEGREIROS DA SILVA, MAYARA RAYANNE NEGREIROS DA SILVA e MAGNO RAFAEL NEGREIROS GALDINO DA SILVA, na condição de filhos menores, no percentual de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) para cada um, e pensão vitalícia a MARIA APARECIDA MELO DOS SANTOS, na condição de companheira, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor DAMIÃO GALDINO DA SILVA, matrícula 125912-ERGON, a partir da data do óbito, 28/07/2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1889 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 005123/87-9,

RESOLVE, fundamentado no art. 7º, inciso II, da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a ANTONIO CIRINEU COELHO DE ANDRADE, na condição de filho menor, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, reverter a referida cota cancelada para APARECIDA COELHO ANDRADE, na condição de filha, alterando a cota da pensão temporária de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA HILÁRIA COELHO ANDRADE, na qualidade cônjuge, na proporção de 50% (cinquenta por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor ANTÔNIO DE OLIVEIRA ANDRADE, matrícula 125699, a partir da data da maioridade, 05/09/2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1890 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013597/06-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a” e inciso II, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão temporária a ANDRÉ MAURO DE JESUS PAIVA DA SILVA, na condição de filho inválido, no percentual de 50% (cinquenta por cento) e pensão vitalícia a ELEATRIZ MARIA DE JESUS PAIVA DA SILVA, na condição de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor ACYR MAURO PAIVA DA SILVA, matrícula 17933-ERGON, a partir da data do óbito, 28/08/2006.

Senado Federal, 20 de setembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio - PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽⁸⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Shhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS